

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* –
MESTRADO EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

IRANI BATISTA DE ARAÚJO

A VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS NUM COLÉGIO DE FOZ DO IGUAÇU

FOZ DO IGUAÇU – PR
2015

IRANI BATISTA DE ARAÚJO

A VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS NUM COLÉGIO DE FOZ DO IGUAÇU

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin

FICHA CATALOGRÁFICA

A663 Araújo, Irani Batista de

A violência entre jovens num colégio de Foz do Iguaçu / Irani Batista de Araújo. – Foz do Iguaçu, 2015.

135 f.: tab.: gráf.

Orientador: Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Universidade Estadual do Oeste Paraná.

1. Educação – Aspectos sociais. 2. Violência na escola. 3. Delinquência juvenil– Foz do Iguaçu. 4. Sociologia educacional. I. Título.

CDU 371.5

37.062(816.2 Foz do Iguaçu)

37.015.4

IRANI BATISTA DE ARAÚJO

A VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS NUM COLÉGIO DE FOZ DO IGUAÇU

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível Mestrado, área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz Faisting (UFGD)
Membro Efetivo Convidado

Prof^a. Dra. Elis Maria Teixeira Palma Priotto (UNIOESTE)
Membro Efetivo da Instituição

Prof. Dr. José Carlos dos Santos (UNIOESTE)
Membro Efetivo da Instituição

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin (UNIOESTE)
Orientador

Foz do Iguaçu, 05 de março de 2015.

Trabalho de pesquisa dedicado aos meus pais:
Francisco e Irene.

AGRADECIMENTOS

AOS PROFESSORES

Ao Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin pela aceitação da orientação do trabalho de pesquisa já iniciado. Pela sua dedicação, paciência, ensinamentos e comprometimento com tudo que realiza.

Ao Prof. Dr. André Luiz Faisting, ao Prof. Dr. José Carlos dos Santos e à Profª Dra. Elis Maria Teixeira Palma Priotto pela participação e colaboração com o presente trabalho na banca de defesa.

Aos professores do programa Dr. José Carlos dos Santos e Dr. Fernando José Martins pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores doutores do programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, colaboradores importantíssimos nesta caminhada. Em especial à Profª Dra. Maria Elena Pires Santos, ao Prof. Dr. Valdir Gregory e ao Prof. Marcos Augusto Moraes Arcoverde pela grande ajuda na aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética.

À SECRETÁRIA DO MESTRADO

Vânia Maria da Costa Valle sempre pronta para nos socorrer, pela responsabilidade, dedicação e comprometimento com a UNIOESTE.

AOS ENTREVISTADOS

Ao diretor do Colégio Estadual Profª Carmelita de Souza Dias, Agnaldo Marcos da Silva, pela disponibilidade, recepção, participação e autorização para que este trabalho fosse realizado. Aos professores, funcionários e adolescentes participantes da pesquisa de campo. Ao Sr. Ricardo Lemmert e Sra. Celanira Antunes pela gratificante colaboração nas suas entrevistas.

AOS DEMAIS

Aos meus estimados pais e irmãos. Aos amigos (as) que conheci no mestrado, principalmente Gisele e Leila, amigas e companheiras de muitas horas.

Ao delegado da Delegacia de Homicídios de Foz do Iguaçu, Marcos Araguari de Abreu, e ao Tenente do Batalhão de Polícia Comunitária, José Antônio da Silveira Júnior, pela disponibilidade e fornecimento das informações obtidas para a realização do presente trabalho de pesquisa.

À grande amiga, confidente e incentivadora Dra. Michelle Dutra Bronzatti por acreditar na minha capacidade, determinação e me ajudar na superação das dificuldades ao longo do mestrado. Serei sempre grata a Deus por ela existir.

“A juventude não é progressista e nem conservadora por natureza, mas, em função de uma força dormitante que sobre ela reside, está pronta para tudo o que há de novo” (MANNHEIM, 1952, p. 62).

ARAÚJO, Irani Batista de. A violência entre jovens num colégio de Foz do Iguaçu. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar a violência entre adolescentes em um colégio do bairro Porto Belo em Foz do Iguaçu/PR. O interesse surgiu a partir de situações vivenciadas no ambiente escolar, na região, pelo período de dois anos. Muitas eram as notícias divulgadas pela imprensa envolvendo jovens do bairro Porto Belo, além das situações de agressões físicas e verbais presenciadas no interior da instituição. Para tanto, foram realizadas entrevistas com estudantes, professores, funcionários e moradores do local abordando o assunto em pauta. Além do aprofundamento teórico por meio do estudo de livros, dissertações e artigos que retratassem a temática da violência no sentido amplo e da adolescência, verificou-se, por meio de instrumento de pesquisa mista, as razões que induzem os alunos a se envolverem em conflitos. Para uma melhor exposição do fenômeno pesquisado foram considerados dados estatísticos da Polícia Civil sobre os homicídios na região, da Patrulha Escolar e análise dos livros Ata da instituição de ensino no sentido de melhor descrever a violência *na*, *da* e *contra* a escola. Assim, espera-se que o trabalho de pesquisa possa colaborar para o melhor entendimento do fenômeno de interesse.

PALAVRAS-CHAVE: adolescente, educação, violência.

ARAÚJO, Irani Batista de. Violence among young people in a school of Foz do Iguaçu. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2015.

ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the violence among adolescents in a school of Porto Belo neighborhood of Foz do Iguaçu / PR. The interest came from situations experienced in the school environment in the region for a period of two years. There were many press reports involving youth in the region, in addition to the situations of physical and verbal attacks witnessed within the institution. Several interviews were conducted with students, faculty, staff and local residents addressing the issue at hand. In addition to the theoretical development through the study of books, essays and articles which reflect the theme of violence in the broad sense and adolescence, it was found, by means of joint research instrument, the reasons that induce students to get involved in conflicts . For better access to the phenomenon researched statistical data were verified civil police about the killings in the region, the School Patrol and analysis of Minutes books from the university to better describe the violence, and against the school. Thus, it is expected that the research work can contribute to a better understanding of the phenomenon of interest.

KEYWORDS: teen, education, violence.

ARAÚJO, Irani Batista de. La violencia entre los jóvenes de un colegio de Foz do Iguaçu. 2015. 135f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2015.

RESUMEN

El objetivo de la investigación es analizar la violencia entre adolescentes en una escuela de la zona de Porto Belo de Foz do Iguaçu / PR. El interés proviene de situaciones vividas en el entorno escolar en la región por un período de dos años. Hubo muchos informes de prensa relativos a la juventud en la región, además de las situaciones de agresiones físicas y verbales testigos dentro de la institución. Varias entrevistas se llevaron a cabo con los estudiantes, profesores, personal y residentes locales que abordan el tema en cuestión. Además del desarrollo teórico a través del estudio de libros, ensayos y artículos que reflejan el tema de la violencia en el sentido amplio y de la adolescencia, se encontró, por medio de instrumentos de investigación conjunta, las razones que inducen a los estudiantes a involucrarse en conflictos. Para un mejor acceso al fenómeno datos estadísticos investigados fueron verificadas de la policía civil sobre las matanzas en la región, la Patrulla y análisis de los libros de actas de la universidad Escuela para describir mejor la violencia, y en contra de la escuela. Por lo tanto, se espera que el trabajo de investigación pueda contribuir a una mejor comprensión del fenómeno de interés.

PALABRAS LLAVE: adolescente, educación, violencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa da Região 2 – Vila C	52
Gráfico 01 - Gênero dos adolescentes entrevistados – 9º ano A e 1ª série A.....	66
Gráfico 02 - Estado civil dos adolescentes entrevistados.....	67
Gráfico 03 - Idade dos interlocutores adolescentes.....	68
Gráfico 04 - Cor/Raça dos adolescentes.....	70
Gráfico 05 - Com quem mora o (a) adolescente entrevistado (a).....	71
Gráfico 06 - Quem mantém as despesas da casa em que o (a) adolescente reside.....	72
Gráfico 07 - Gênero feminino em relação a quem mantém as despesas da casa em que a adolescente habita.....	73
Gráfico 7.1 - Gênero masculino em relação a quem mantém as despesas da casa em que o adolescente habita.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Homicídios por região em Foz do Iguaçu no ano de 2013.....	54
Tabela 02 - Motivos que contribuem para a violência no Porto Belo segundo os adolescentes entrevistados.....	63
Tabela 03. Dados da Patrulha Escolar referentes ao ano de 2013.....	64
Tabela 04. Dados comparativos da Patrulha Escolar dos primeiros semestres 2013/2014.....	64
Tabela 05. Envolvimento dos adolescentes em brigas (questão 11).....	78
Tabela 06. Adolescentes que tiveram amigos assassinados no Porto Belo (56 entrevistados).....	79
Tabela 07. A opinião da cor/raça em relação à existência da violência no Porto Belo (56 entrevistados).....	81
Tabela 08. Registros dos livros-ata do colégio.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

RITLA - Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEED – Secretaria de Estado da Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENJUNE - Encontro Nacional de Juventude Negra

ONU - Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SMED - Secretaria Municipal da Educação

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

OMS - Organização Mundial da Saúde

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PROSAD - Programa de Saúde do Adolescente

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Objetivos da pesquisa.....	17
Delineando a Pesquisa.....	17
Organização do Trabalho Dissertativo.....	20
1 O EXTREMO OESTE DO PARANÁ: “A FRONTEIRA PERIGOSA”	23
1.1 A OCUPAÇÃO DO EXTREMO OESTE PARANAENSE.....	26
1.2 A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU.....	34
1.3 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO DE FRONTEIRA.....	44
2 A VIOLÊNCIA NO COLÉGIO DO PORTO BELO: REALIDADE OU MITO?	50
2.1 A REGIÃO DO PORTO BELO OU UM BELO PORTO?.....	51
2.2 O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA E SEUS ATORES.....	60
2.3 OS ADOLESCENTES DIANTE DA VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	75
3 VIOLÊNCIA ESCOLAR: NA, DA E CONTRA A ESCOLA	82
3.1 A ADOLESCÊNCIA, A EDUCAÇÃO E O TRABALHO.....	95
3.2 O ADOLESCENTE E OS CONFLITOS DE GERAÇÕES.....	104
3.3 O DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PÚBLICO JOVEM.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICES: QUESTIONÁRIOS APLICADOS	128
APÊNDICE A – Questionário adolescentes.....	128
APÊNDICE B – Questionário professores e funcionários.....	132

INTRODUÇÃO

A violência¹ sempre existiu, não sendo apenas um problema da modernidade. Contudo, constatam-se mudanças em sua composição e nas suas formas de manifestação. Como em muitos outros lugares do globo, no Brasil, ela consiste num dos produtos de um sistema político/econômico injusto que contamina todas as atividades do homem. Na raiz da injustiça, está um sistema socioeconômico baseado na desigualdade e na pobreza crescente para a maioria, enquanto a minoria se beneficia da riqueza e do poder.

As causas da violência urbana² variam conforme o lugar e os meios que favorecem sua perpetuação. É desconfortável e gera a sensação de insegurança nos grandes centros urbanos, em especial nas cidades maiores. O processo acelerado de urbanização e globalização vivenciado por muitas cidades tem gerado algumas consequências e, por isso, o tema tem feito parte dos discursos políticos, mas não necessariamente em forma de ações voltadas para a prevenção. Muito pelo contrário, o medo coletivo da população tem pressionado pela segurança dos cidadãos e pela punição aos agressores, o que incentiva os dirigentes a tomarem decisões emergenciais e em curto prazo.

Em relação à região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina, Catta (2009, p. 50) a descreve como um espaço geográfico rico em culturas, etnias e privilegiado pelas belezas naturais, porém possuidor de um lado perverso marcado pelo contrabando, pela violência e pelo tráfico de drogas e de armas. Tais práticas, embora agravadas com o crescimento demográfico desordenado vivido pelo município após a construção da hidrelétrica de Itaipu, estavam presentes em períodos anteriores ao megaempreendimento. Neste sentido, é necessário pensar no encontro das frentes de expansão com as populações nativas, dos colonos como os antigos posseiros ou dos primeiros proprietários com os jagunços existentes em toda a região.

Todavia, não é possível negar que a construção da Usina de Itaipu trouxe rápidas modificações espaciais e sociais. Como lembra Catta (2009), Foz do Iguaçu era uma pequena

¹ Dois elementos são apontados para a compreensão da violência, ela não é autoexplicável e pluricausal. Segundo Sales, Matos e Leal (2010), ela é estabelecida por determinações variadas e imbricadas, isto é, não há uma única causa para explicá-la. O Brasil possui elementos inéditos nos quais é possível verificar processos de intensificação de isolamento e solidão que atinge tanto a vida pública quanto a vida privada e excluindo os que vivem na condição de supérfluo, descartável.

² A violência urbana é descrita pelo médico/pediatra Antonio Marcio Junqueira Lisboa “como um fenômeno gerado nos processos sociais que leva as pessoas, os grupos, as instituições e as sociedades a se agredirem mutuamente, a tomarem à força a vida, o psiquismo, os bens ou o patrimônio alheio, a violência é um dos problemas que mais aflige a humanidade. É um fenômeno universal” (LISBOA, 2006, p. 15).

cidade do interior onde, praticamente, toda população se conhecia. No entanto, no início das obras, ou seja, em meados da década de 1970, a cidade sofreu abruptas transformações nos aspectos espacial, social e político. O impacto econômico provocou mudanças na estrutura arquitetônica para atender aos interesses e às regras do mercado da época. Em meio a esse processo, as famílias que não conseguiram acompanhar as mudanças do mercado imobiliário, passaram a habitar barracos em regiões mais afastadas do centro, sem a mínima infraestrutura. (SOUZA, 2009, p. 53).

Nas décadas posteriores, a cidade manteve a tendência de rápido crescimento, gerando oscilações econômicas, a necessidade do estabelecimento de uma reorganização espacial urbana e a reformulação na política assistencial para atender à população que se encontrava desempregada e sem moradia. Neste sentido, a dissertação produzida por Maia (2012) permite a visualização de um dos fenômenos relacionados ao contexto fomentado nas últimas décadas, mais especificamente a exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade. Em perspectiva semelhante, Reimann (2013) realizou um trabalho de pesquisa para entender o trabalho ilegal das crianças e adolescentes no comércio fronteiriço no município. Ambas as pesquisas têm um ponto em comum com o presente estudo de pesquisa desenvolvido: a violência direta ou indireta envolvendo crianças e adolescentes na cidade fronteiriça de Foz do Iguaçu.

Uma das hipóteses sobre o assunto é a de que os adolescentes e jovens não estejam sendo preparados adequadamente para os desafios e mudanças do século XXI. As frustrações da exclusão, a falta de oportunidade para ingressar no primeiro emprego, a ausência de uma educação de qualidade e a falta de expectativas futuras podem colaborar para que se sintam desprovidos, rejeitados, abandonados a sua própria sorte e condenados a viver em carências materiais, físicas, sociais e afetivas, ou seja, tornando-se mais vítimas do que infratores. Alguns dos fatores da violência, de acordo com a divulgação dos últimos relatórios de pesquisa (MAPA DA VIOLÊNCIA³, CONANDA⁴ e RITLA⁵), são decorrentes da vulnerabilidade social, da desigualdade, da pobreza e da ausência de políticas públicas que são, em grande parte, insuficientes, fragmentadas e/ou inadequadas ao público que atendem.

³ Mapa da Violência é uma coletânea de estudos sobre a violência, de responsabilidade do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz (<http://www.mapadaviolencia.org.br>).

⁴ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) – é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas elaboradas para a infância e a adolescência no âmbito nacional. Mais informações: <https://www.mj.gov.br>.

⁵ Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) - (Fonte: <http://www.ritla.org.br>).

A partir do contexto explicitado, foi realizada a presente pesquisa⁶ com o objetivo de analisar a violência entre jovens no entorno de um colégio estadual na região do Porto Belo. Os índices de violência, envolvendo indivíduos cada vez mais jovens, vêm sendo reportados nas mais diferentes expressões: roubos, assaltos, assassinatos, contrabando e tráfico de drogas, entre outros. Diretamente relacionado ao ambiente escolar, observa-se o predomínio de brigas, desacato e dano ao patrimônio público.

Os dados divulgados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (2009) colaboram para a delimitação da idade dos sujeitos sociais que participaram da pesquisa de campo que foram alunos com idade entre 13 e 17 anos. Fazendo referência ao fenômeno violência, Paro (2008, p. 1) afirma que, “*entre 2001 e 2007, 504 jovens foram assassinados na cidade*”, dados considerados alarmantes, pois apontam uma média de 234 mortes por cem mil habitantes, embora esses e outros índices sejam, algumas vezes, contestados pelos órgãos de Segurança Pública do Estado por considerarem inadequada a comparação do município fronteiriço com outros, principalmente, devido à sua localização geográfica que facilita a presença de narcotraficantes e contrabandistas.

Para alguns estudiosos da temática em pauta, Sposito (2007), Nazzari (2006), Sales (2010), Papa e Freitas (2011), a violência entre os jovens é um processo crescente que requer um olhar cuidadoso e uma política social mais abrangente que consiga amenizar alguns fatores como a fome, o desemprego, a corrupção, as drogas, a miséria e o consumismo que induz, de certa maneira, a juventude a desejar produtos de grifes famosas, cujos valores vão além da sua condição econômica. Nesse contexto, a violência se apresenta como uma possibilidade de manifestação e de denúncia das atuais condições de vida e sociabilidade no mundo contemporâneo.

A partir de situações vivenciadas no ambiente escolar na região do Porto Belo (período de 2 anos), interessei-me em desenvolver um estudo que permitisse um entendimento referente aos conflitos violentos entre os jovens do colégio estadual da região; muitas eram as notícias divulgadas pela imprensa os envolvendo, além das situações presenciadas no interior da instituição. Para tanto, busquei aprofundamento teórico em livros, dissertações e artigos que retratassem a temática da violência no sentido amplo e da juventude, em específico. Cada vez mais me intrigava e procurava compreender as razões que os induzem a entrarem no mundo dos “descaminhos” e a encararem com naturalidade suas práticas, pelo menos na fala,

⁶ Projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos da UNIOESTE – Cascavel/PR - sob o Parecer nº 487.553, em 17 de dezembro de 2013.

como se estivessem narrando um jogo de futebol entre amigos. O sujeito que encontrei no estudo realizado, não é diferente dos que sofrem o peso das injustiças de relações entre o capital e o trabalho, que são massacrados pelas estruturas políticas e econômicas, os denominados “*jovens de vida incerta*”, como descrevem as autoras Papa⁷ e Freitas⁸ (2011, p. 236).

Contudo, na intenção de facilitar o entendimento da temática, foi necessário delimitar os elementos mais representativos para o contexto escolar, pois a instituição tem encontrado dificuldade de contornar a violência no interior e entorno, já que é um fenômeno complexo e abrangente em toda sociedade que envolve vários segmentos – as políticas públicas, a economia e a cultura da população (PRIOTTO, 2011). Inserida na sociedade, a escola não pode estar à margem da temática, por isso, busquei, no presente trabalho, ouvir quem dela faz parte: os adolescentes, os professores e os funcionários. Dessa maneira, espera-se um entendimento da dimensão da violência *na, da, e contra* a escola, abordada na pesquisa realizada em três escolas estaduais da cidade pela professora/pesquisadora Elis Maria Teixeira Palma Priotto (2011), no sentido de obter um aprofundamento teórico da temática em pauta.

Objetivos da pesquisa

1. Analisar a violência entre adolescentes no colégio estadual do bairro Porto Belo;
2. Examinar os impactos da violência ocorrida no Porto Belo sobre a sua população;
3. Verificar as razões dos conflitos violentos entre os adolescentes do colégio estadual do Porto Belo.

Delineando a Pesquisa

Optei por uma pesquisa mista (questionários, observações, relatórios e entrevistas abertas) por ser um meio que facilita à pesquisadora realizar um exame mais crítico das informações obtidas por meio das entrevistas realizadas. Além da descrição das informações obtidas com os questionários na pesquisa de campo, elaborou-se, também, gráficos e tabelas (quantitativo) com o conjunto de dados adquiridos nos relatórios da polícia civil, da patrulha

⁷ Fernanda de Carvalho Papa é Comunicadora Social pela PUC-SP e mestranda em administração pública e governo pela FGV-SP. Diretora de Projetos da fundação Friedrich Ebert no Brasil.

⁸ Maria Virgínia de Freitas é Socióloga, mestre em educação e coordenadora adjunta da Ação Educativa. Foi vice-presidente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) em 2008.

escolar e dos livros Atas da instituição de ensino. Não suficiente, a realização das observações presenciais foram válidas no sentido de contribuírem para a descrição dos registros sobre o universo e os sujeitos sociais que fizeram parte do contexto pesquisado. Uma interação direto/indireta com as pessoas, em situações formais/informais com os participantes da pesquisa e suas múltiplas relações é uma experiência enriquecedora, pois a observadora descreve a importância que as pessoas dão ao seu contexto real, lembrando que a pesquisadora não pode deixar de lado seu enfoque dedutivo/sensitivo. É interessante sentir-se parte integrante do grupo pesquisado, assim, diminui a possibilidade dos sujeitos mudarem o comportamento ao saberem que estão sendo pesquisados. Observar implica:

A existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador. Planejar a observação significa determinar com antecedência ‘o quê’ e ‘o como’ observar (...). O observador precisa aprender a fazer registros descritivos, saber separar os detalhes relevantes dos triviais, aprender a fazer anotações organizadas e utilizar métodos rigorosos para validar suas observações. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 25).

Em linhas gerais, podemos afirmar que no presente trabalho foi priorizada a abordagem qualitativa que, segundo descrevem as professoras/pesquisadoras em educação, Lüdke e André (1986, p. 11) “*supõe um contato direto e prolongado do pesquisador (a) com o ambiente e com a situação que está sendo investigada*”. É uma abordagem infinitamente criativa e abrangente que fornece instrumentos interpretativos das observações provenientes dos contatos com o ambiente pesquisado. A tarefa do pesquisador é muito mais do que um ato de observar, é também um ato de comunicar a análise das observações e das informações obtidas não apenas como produto final, mas como um processo em andamento que, a cada novo tempo, desafia a uma recapitulação.

Diversos são os conceitos em relação à abordagem qualitativa, mas que não diferem na sua essência, que pode ser caracterizada “*como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade*” (OLIVEIRA, 2010, p. 60). Assim, para a realização do estudo no colégio estadual do Porto Belo, foi necessário efetuar observação/análise/compreensão/descrição do contexto do sujeito social (adolescente) e do fenômeno (violência) de maneira minuciosa, para que o estudo atingisse o melhor resultado possível proposto na temática, pois, para que os fenômenos e fatos da pesquisa qualitativa sejam significativos e relevantes, é importante que sejam

avaliados por meio de várias técnicas: leituras bibliográficas, observações, entrevistas abertas, análises de questionários, entre outros.

A primeira etapa do estudo foi de consultas literárias em livros, periódicos, artigos científicos, sites e reportagens sobre o tema em questão, pois como pontua Oliveira (2010, p. 69) “*as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico*”. Na segunda etapa, houve uma interação da pesquisadora com o contexto pesquisado e com os adolescentes. Posteriormente, iniciou-se a realização das entrevistas⁹ com a aplicação dos questionários com os professores/funcionários convidados (15 profissionais) do Colégio Estadual Professora Carmelita de Souza Dias e com os adolescentes (56 nas duas turmas: 9º ano A e 1ª série A). Posteriormente, foram sorteados 8 alunos (4 de cada turma) para uma entrevista aberta a fim de sanar as dúvidas surgidas nos questionários respondidos. A etapa final da pesquisa de campo foi de consulta aos livros Atas da instituição para verificação das situações de violência *na, da e contra* a escola presentes no ambiente estudado.

Nesse sentido, a intenção foi conseguir desenvolver um trabalho descritivo dos dados obtidos na pesquisa de campo com maior qualidade das informações. Cada participante recebeu uma via do TCLE¹⁰, assinada pela pesquisadora/aplicadora, ao término da entrevista que ocorreu numa das salas do colégio. Em relação aos professores/funcionários, foram convidados pessoalmente pela pesquisadora. Foram selecionados: professores/residentes no bairro, funcionários/residentes, professores (não residentes), funcionários/pais. O número de participantes adotado foi com o intuito de encontrar o ponto de saturação das informações sobre a temática em pauta, o objetivo foi obter uma quantidade suficiente de entrevistados para desenvolver um trabalho descritivo com mais qualidade e aprofundamento teórico.

Após a obtenção das respostas dos questionários e das entrevistas abertas, as informações foram analisadas e descritas no presente texto. Este, segundo Oliveira (1986, p. 104), é o “*momento em que o pesquisador constroi sua teoria*”, sendo até, em alguns casos, dispensada a análise do pensamento dos autores, utilizando-o apenas em caso de necessidade. Dessa maneira, a abordagem qualitativa viabiliza o reconhecimento do objeto, e,

⁹ “Técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo” (OLIVEIRA, 2010, p.83).

¹⁰ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: “É de extrema importância para salvaguardar e proteger as identidades das pessoas, dos locais de pesquisa, bem como, a confidencialidade dos dados obtidos” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p 146).

eventualmente, instrumentaliza uma posterior exposição alternativa, podendo ser dada continuidade por outro pesquisador (PEREIRA, 2004). Contudo, é importante ressaltar o que as pesquisadoras Denzin e Lincoln (2006) pontuam sobre os *Códigos de Ética* nas pesquisas, no que se refere à importância do consentimento em relação à autonomia individual, pois a ciência social que segue a tradição de Mill e Weber insiste que os sujeitos participantes de pesquisas têm o direito de ser informados sobre a natureza dos experimentos dos quais participarão. E que:

o verdadeiro respeito pela liberdade humana, geralmente, inclui duas condições necessárias. Os sujeitos devem concordar voluntariamente em participarem – ou seja, sem coerção física ou psicológica. Além disso, sua concordância deve basear-se em informações completas e transparentes. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 146).

Fazendo referência à metodologia adotada na pesquisa qualitativa, é possível dizer que é um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e instrumentos para melhor entendimento do objeto em estudo no seu contexto histórico. No que se refere aos resultados da pesquisa qualitativa, Bauer e Gaskell (2012, p. 24) afirmam que são “*significativos e conseguiram desmistificar a sofisticação estatística como o único caminho para conseguir resultados confiáveis*”. Portanto, espera-se que as informações obtidas em relação ao assunto elencado sejam satisfatórias e que respondam aos objetivos propostos no presente estudo.

Organização do Trabalho Dissertativo

Para melhor compreensão, no Capítulo 1, encontra-se uma sucinta apresentação da fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, região que já despertava preocupação desde a era Vargas (1930). Uma das expedições chefiada pelo general Lima Figueiredo descreveu o espaço fronteiriço como um lugar desnacionalizado, enfatizando a falta de brasilidade no país em decorrência da presença maciça de etnias estrangeiras na região. Praticamente, caracterizou o território como “abandonado” pelas autoridades da época (WACHOWICZ, 1987). Décadas depois, desenvolve-se a cidade Foz do Iguaçu, conhecida pelas belezas naturais das Cataratas do Iguaçu e pela produção de energia da Itaipu, muito bem descrita nos trabalhos de pesquisa de Ribeiro (2009) e de Souza (2002). O lugar é, também, definido como espaço perigoso da ilegalidade, do contrabando, conforme o sociólogo Cardin (2011; 2013).

No Capítulo 2, descreve-se a região da Vila C, em específico, o Porto Belo onde foi realizada a pesquisa de campo, apresenta-se o histórico do Colégio Estadual Professora Carmelita de Souza Dias onde foram aplicados os questionários, uma breve descrição dos sujeitos sociais (vestes, linguagem, acessórios, movimentos, etc) obtida nas observações feitas nas visitas ao contexto/ambiente de pesquisa, como também, as análises das respostas dos adolescentes da instituição de ensino e dos dados quantitativos da Delegacia de Homicídios e da Patrulha Escolar da cidade.

Baseando-se em autores como Papa e Freitas (2011), Baquero (2008), Sposito (2007) e Sales (2006) foram feitas comparações com as informações contidas nas respostas dos sujeitos entrevistados que compõem um universo vitimado pelas diferentes formas de violência presentes na sociedade brasileira. Deste modo, percebeu-se que a realidade vivida pelos adolescentes do Porto Belo não está distante dos diversos processos de enfrentamento que a maioria passa no que se refere à escassez de bens culturais, de uma educação de qualidade e de políticas públicas de saúde e de lazer que tanto necessitam nessa fase da vida.

O Capítulo 3 apresenta uma análise mais aprofundada das informações sobre a temática proposta. Para tanto, desenvolve-se uma reflexão sobre a adolescência (conceitos), depois, sobre a escola como socializadora e formadora da força de trabalho, e uma sucinta abordagem em relação ao campo das Políticas Públicas da Juventude que ainda é frágil e permeado pela disputa de classificações sobre a ideia de Estado, de política pública, de direitos e de controle social. As diferentes categorias a serem observadas (violência, educação, trabalho, adolescência/juventude e políticas públicas) foram pensadas e relacionadas com fundamentações teóricas de alguns autores como Mannheim (1968), Westphal e Bydlowski (2010), Levisky (2000), Zaluar (2010), Feffermann (2006), ECA (1990) e Priotto (2011), de maneira mais aprofundada, bem como, as dinâmicas da violência identificadas nas entrevistas com os adolescentes, professores e funcionários, nas fontes documentais (registros em livros Atas) obtidas no colégio.

Nas considerações finais, buscou-se apontar os resultados alcançados por meio da análise do exposto no estudo, encontrar distanciamentos e aproximações em relação às consultas literárias, mesmo sabendo que o adolescente do Porto Belo, morador da tríplice fronteira, vive numa realidade bem diferente das que são descritas nas pesquisas/publicações, sendo possível afirmar existir a violência no ambiente escolar e na região quando comparada com outras instituições e/ou bairros com menor intensidade.

É pertinente ressaltar que, ao final da pesquisa, surgem alguns questionamentos sem respostas e que os adolescentes observados/pesquisados demonstraram, nas suas respostas,

possíveis alternativas que apontem para o reconhecimento de sujeitos plenos de direitos que instiguem um novo estudo, o qual demonstre uma perspectiva de oportunidades, de responsabilidades específicas na construção de uma sociedade mais igualitária/humanizada e com a violência em escala decrescente.

CAPÍTULO I

1 O EXTREMO OESTE DO PARANÁ: “A FRONTEIRA PERIGOSA”

A palavra fronteira é entendida de várias formas. Em alguns momentos, ela é apresentada como sinônimo de limite, divisa, confim. Em outros, ela tende a ser definida, pelo seu aspecto territorial, como delimitação de espaço geográfico, ou, no seu sentido metafórico, quando se refere à demarcação de limites culturais/ideológicos entre grupos e áreas do conhecimento. Independente disso, a região de fronteira é observada pela imprensa e pela imaginação popular como um espaço perigoso marcado pela ilegalidade, contrabando, drogas ilícitas e violência. Algumas fronteiras são definidas como *terra de ninguém*, ou seja, lugar onde as autoridades fazem “vistas grossas” para os negócios ilícitos e para a contravenção (CORRÊA, 2006). No caso da fronteira Brasil/Paraguai (Foz do Iguaçu/Ciudad del Este), a associação feita ao país vizinho tende a estar relacionada com a produção da maconha e a comercialização dos falsificados da China, enquanto que, na divisa Brasil/Argentina (Foz do Iguaçu/Puerto Iguazú), a fiscalização na entrada/saída é mais rigorosa e os turistas compram mais alimentos, vinhos e roupas em couro.

Os limites internacionais com as consequentes regiões de fronteira correspondem a invenções humanas, delimitadas e demarcadas em processos sucessivos de acordo com a ocupação militar, democrática, econômica, política e cultural que ocorre nos espaços de fronteira. Pierre Bourdieu (1998) os define como “*produtos de atos jurídicos artificiais, de disputas de poder e a vontade política é capaz de construir diferenças culturais em contextos históricos semelhantes*” (p. 115). Para o autor, as fronteiras geográficas são como um campo de luta pela delimitação legítima do espaço, e as diferenças culturais elaboradas, às vezes, sendo vistas como causa dos limites políticos.

Ainda destacando as fronteiras, a pesquisa realizada por Zago (2007, p. 33) traz, no seu conteúdo, um breve recorte sobre o território fronteiriço, onde considera os estudos desenvolvidos pelo engenheiro, geólogo, geógrafo e pedagogo brasileiro Everardo Backheuser¹¹, no qual descreve quatro leis sobre a instabilidade das áreas fronteiriças:

¹¹ BACKHEUSER, Everardo. *Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1952, p. 110.

Lei da vontade ou força – diz respeito à posição das fronteiras quando localizadas de acordo com o desejo e o interesse dos Estados que as disputam. Eles atuam de acordo ou pela força de um deles ou auxiliado por um terceiro, bem mais poderoso, que intervém na vida política dos demais;

Lei do equilíbrio dinâmico – é o resultado de pressões recíprocas, nenhuma fronteira é estável e definitiva, a não ser como expressão de um equilíbrio dinâmico e transitório como resultado das ações que os Estados exercem juntos;

Lei da fricção – é derivada das áreas de atrito entre Estados confrontantes. Na referida faixa, pode estar a formação das futuras flutuações fronteiriças;

Lei da pressão – é a influência coercitiva exercida nas fronteiras em relação direta com a potência dos Estados competidores, dos recursos e das forças à disposição dos mesmos.

Neste sentido, Everardo Backheuser reforça que as fronteiras naturais nunca satisfazem completamente, pois os acordos e limites podem ser contestados posteriormente, dependendo da interpretação. Para Zago (2007), em algumas situações é necessário que o Estado defina seu espaço no solo, no mar e no ar, como também os limites da sua área de poder. Segundo a autora, é por isso que os países, ao fazerem acordos e tratados de limites, preferem usar as “*fronteiras naturais*” – os rios, o mar, os lagos e as montanhas, entre outros – a “*fronteiras antropogeográficas*” – linguísticas, étnicas, culturais e religiosas – pois a primeira expressão têm um caráter mais definido. Porém, salienta que nem todos os geopolíticos concordam com essa exatidão das fronteiras naturais (p. 30).

A migração movimenta a fronteira nacional e dilue barreiras jurídicas e políticas. Ao emigrarem do seu território para outro, as pessoas perdem a validade de seus documentos originais e novos documentos são necessários para que permaneçam legalmente. Mesmo que seja curta a distância (atravessar uma ponte), os indivíduos deixam de ser cidadãos do seu país de origem e assumem uma nova identidade fronteiriça que requer uma adaptação à legislação local. As fronteiras não são apenas marco territorial de delimitação física, mas também “*lugares de controle e de travessia, lugares de movimento de pessoas que cruzam os limites territoriais e configuram outras fronteiras*” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 34). Geralmente, é uma zona difícil de manter a fiscalização e o controle de tudo que entra e sai de um país. Na região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina, a situação é mais

complicada quando há feriados longos e eventos festivos do calendário nacional, pois o movimento intenso de veículos e de turistas/compristas quase que triplica.

A fronteira, na visão de José de Souza Martins (1997), é um cenário de intolerância, de ambição e de morte; mas também de esperança, de justiça, de alegria e de fartura. Nos mais de 20 anos pesquisando as várias fronteiras do país, o autor encontrou situações muito contraditórias que expressam a coexistência de práticas modernas e arcaicas em um conflito de tempos históricos. Neste sentido, pontua que cada grupo “*está situado diversamente no tempo da História*” (p. 151) e também que os grupos sociais convivem, de certa maneira, no mesmo espaço, disputando a sobrevivência, cada um na sua condição de explorado/explorador. Enfim, a fronteira é um espaço social marcado por caminhos e descaminhos. Na concepção do autor, a fronteira:

está longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela, nestes estudos, o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos. Elas se estendem à sociedade inteira, em seus efeitos conservadores e bloqueadores de mudança social em favor da humanização e da libertação do Homem de suas carências mais dramáticas. (MARTINS, 1997, p. 16).

As observações feitas por Martins (1997) são de que é quase impossível desvendar todos os mistérios da situação real da fronteira, principalmente, na sua dimensão social profunda e significativa. O autor constatou diversas situações reais de degradação humana, como o rapto de crianças e de mulheres. Observou também as maneiras arcaicas de dominação e de exploração da força de trabalho humana, a reprodução ampla do capitalismo, a escravidão por dívida e a exploração do trabalho infantil, entre outras. Os conflitos existentes nas fronteiras descritos pelo sociólogo colaboram para a percepção de que seja um lugar, ao mesmo tempo, de descoberta do outro e dedesencontro da temporalidade histórica, pois existem diferentes concepções de projetos históricos, de distintas concepções de destino.

Essa situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que as outras situações sociais. Em grande parte, porque, mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega o conflito entre historicidades desencontradas. (MARTINS, 1997, p. 182).

Desse modo, Martins (1997) descreve a fronteira como lugar da história e da historicidade e, principalmente, como fronteira do humano. Mas também, lugar de encontro

das relações sociais, de mentalidades e orientações desordenadas no limite da História, que há como ter uma noção das relações mais atualizadas e poderosas com as relações mais ‘atrasadas’ e frágeis (p. 183). A medição das relações mais avançadas colabora para que o atraso não apareça como diferença no sentido de passado, mas como contradição numa sociedade das diferenças sociais e étnicas, ou seja, pode-se definir como relações de tempos históricos distintos.

Mais do que isso, a fronteira descrita por Martins (1987) é de muitos e diferentes aspectos, “*é, sobretudo, a fronteira do humano*” (p. 13). Por isso, pensando na diversidade das relações nela existentes, sejam elas históricas e/ou contemporâneas, optou-se por apresentar e contextualizar, neste primeiro capítulo, o universo estudado, bem como discutir alguns elementos históricos fundamentais para o entendimento da conjuntura atual da tríplice fronteira e dos seus problemas sociais históricos. Para tanto, no intuito de deixar mais didático, organizou-se o texto em três tópicos correlacionados. No primeiro, encontram-se alguns apontamentos sobre o processo inicial de formação da região, onde se destacam a fundação da colônia militar e o processo de colonização incentivado pelas políticas do Estado Novo. No segundo, o debate fica concentrado mais diretamente na construção e nas consequências das obras que ergueram a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Por fim, é desenvolvido um parâmetro entre as observações históricas realizadas e o fenômeno da violência na região.

1.1 A OCUPAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

A leitura da narrativa histórica elaborada por Ruy Christovam Wachowicz (1987) teve a preocupação de descrever como ocorreu o processo de ocupação, colonização, exploração e desenvolvimento da região do *extremo oeste* paranaense, no período que compreende o final do século XIX e início do século XX. Segundo o autor, o interesse do governo imperial pela região tinha relação com a navegação exploratória realizada (1859) pela canhoneira *Mearim*, sob o comando do capitão/tenente Francisco de Borja Salema Garção. Segundo consta:

Os acordos assinados no início da década de 1850, o Brasil teria acesso à navegabilidade do baixo Paraná e no rio Paraguai, a fim de assegurar sua comunicação com a Província de Mato Grosso. Desta forma, o Brasil passou a praticar o serviço de cabotagem nos rios Paraná e Paraguai, como uma espécie de tolerância, sobretudo por parte da Argentina. Em contrapartida, a Argentina exigiu e obteve do Brasil, a concessão de navegar livremente na costa brasileira desde a foz do rio Iguaçu, até as Sete Quedas. Por este

acordo, a região das barrancas do rio Paraná foi praticamente aberta à navegação e ao comércio argentino. (WACHOWICZ, 1987, p. 15).

A região era dominada pela influência estrangeira e necessitava de maior presença de brasileiros. Relacionado ao estudo da região do extremo oeste do Paraná, Wachowicz (1987) expôs também sobre a origem histórica de Foz do Iguaçu, ao identificar a instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1889) como iniciativa do governo brasileiro para retomada e controle do espaço nacional que estava ocupado pelo povo paraguaio e argentino. A distância era significativa entre Foz e Guarapuava (na época), pois a expedição saiu no regime monárquico e chegou, depois de 69 dias de viagem, no regime republicano. Segundo o autor, a finalidade principal da colônia militar era a permanência de colonos para:

Estimular o povoamento por brasileiros e proporcionar a produção de gêneros alimentícios. Mas, objetivos não estavam sendo atingidos. Em 1910, constatava-se que a agricultura apresentava pouco, apesar de fertilidade da terra (...). O colono plantava para consumo de sua numerosa tropa, empregada na exploração e transporte da erva mate, fora do território colonial. (WACHOWICZ, 1987, p. 24-25).

Assim, as considerações das análises de Wachowicz (1987) foram de que a intenção da colônia militar era de modificar os costumes já implantados na extração de erva mate e na madeira. O que não conseguiu, pois, como observava o sertanista paranaense Cândido Ferreira de Abreu¹², os colonos cortavam e vendiam a madeira dos seus próprios lotes e o mesmo faziam com a erva mate abastecendo a economia argentina. Segundo Wachowicz (1987), se as afirmações procedem, pode-se entender que aos militares da Colônia teria sido incorporada a prática do contrabando de exportação e importação. De certo modo, o autor considerou este comportamento explicável, pois, *“a colônia militar de Foz do Iguaçu estava localizada na fronteira, considerada, pelo autor, um lugar natural de desterro e exílio”* (p. 25), se comparado o lugar com o imaginário de toda a nação.

Desta maneira, a situação nos permite pensar que o exército mandava, para a Colônia de Foz do Iguaçu, militares com comportamento desviante, como também, que a prática do contrabando já existia nos primórdios da cidade. Ainda segundo o autor, já carregavam com si os indícios da corrupção, como sugeriu neste comentário:

¹² ABREU, Cândido Ferreira de. Colônia Militar do Iguaçu. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnógrafo Paranaense. vol. XXII, p. 129. Curitiba, 1974.

Os diretores e oficiais que para ali eram destacados, na realidade o faziam para *penitenciarem-se de delitos políticos cometidos contra o governo federal*. Sendo assim, uma vez no desterro de Foz do Iguaçu, não possuíam outro objetivo do que o *pensamento premeditado de fazer fortuna em pouco tempo ou mesmo para dirimir situações financeiras difíceis*. Este posicionamento atingia os subalternos. (WACHOWICZ, 1987, p. 25).

Dessa forma, afirma-se que o Ministério da Guerra (março de 1888) deliberou sobre a criação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu para assegurar o valor estratégico que a região possuía na época e nas últimas décadas do século XIX, pois já existia exploração de riquezas naturais naquele território, como também havia presença significativa de estrangeiros. O objetivo era nacionalizar a fronteira do *extremo oeste* paranaense, pois, além de defender o território, a Colônia Militar deveria transformar o espaço em centro de atividades agrícolas e pastoris. Para a fundação da Colônia Militar era justificado que:

o *extremo oeste* paranaense tem como uma de suas características essenciais o processo racional de ocupação e uso do solo agrícola, a partir da década de 1930. Porém, se recuarmos à última década do século XIX, já nos deparamos com uma primeira referência histórica, o que indica, do ponto de vista de segurança nacional, a preocupação em integrar esse território fronteiriço às demais regiões do país (FREITAG, 2001, p. 46).

É importante ressaltar que, no período da instalação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, já havia, na margem direita (Paraguai) do rio Paraná, unidades produtivas denominadas de *obrages*¹³. Em grande medida, essas empresas se configuravam como grandes propriedades no espaço coberto por matas subtropicais em território argentino ou paraguaio. O interesse fundamental do *obragero* era a exploração de erva mate e de madeira em toras, que existia em abundância na região de fronteira. Os *obrageros* argentinos foram os responsáveis pelo início desse sistema no Brasil, especificamente, no território paranaense e mato-grossense. Como não havia fiscalização na região, a situação propiciava para o sistema de *obrage* adentrar o Brasil e o Paraguai. Contudo, para a instalação da colônia, teve pouca mudança em relação à influência argentina no controle das atividades comerciais na fronteira (WACHOWICZ, 1987, p. 130).

¹³ No oeste paranaense, surgiram no fim do século passado e início do século XX, gigantescas concessões por parte do governo paranaense para exploração de erva mate. As propriedades ou concessões foram denominadas de *obrages*. (WACHOWICZ, 1987).

Algumas *obrages* tinham a hegemonia econômica e produtiva na região, efetivando suas instalações no *extremo oeste* paranaense que, em pouco, estava ocupado por milhares e utilizando a força de trabalho dos *mensus*¹⁴. Esse processo colaborou para a miscigenação dos trabalhadores com as populações rurais, surgindo uma numerosa população denominada por Darcy Ribeiro¹⁵ de *guaranis modernos* – descendentes dos índios aldeados pelos jesuítas. Com o passar dos anos, o *guarani moderno* não resistiu mais à moda antiga de trabalho e os *obrageros obrigaram-se* a recorrerem à força de trabalho nos navios que transportavam o mate e a madeira. Os *mensus* (peões) que eram recrutados pelos comandantes das empresas de navegação recebiam uma espécie de adiantamento de salário, o Antecipo (cerca de 250 pesos), como garantia da contratação. Contudo, enquanto aguardava o barco no porto para destinar-se à *obrage*, o *mensu* gastava o Antecipo com bebidas, mulheres e outras diversões. Ao chegar à *obrage*, já estava preso ao patrão por uma conta corrente e só poderia deixar o local quando quitasse sua dívida (WACHOWICZ, 1987, p. 47).

A segunda tentativa de povoamento da região foi efetivada com a *Marcha para Oeste*. O objetivo era implantar um projeto de integração nacional, pois, além de promover a ocupação, a região se destacava por ter vastas extensões de solo fértil e saudável. Em seus inúmeros discursos, Vargas, presidente do Brasil na época, ressaltava o retorno aos campos, mas sempre considerando as condições do meio físico para a população, pois havia uma diferença: enquanto alguns viviam em condições parecidas com as da época colonial, outros segmentos evoluíam de maneira econômica e social prósperas. Além disso, a *Marcha para Oeste* era um modo de demonstrar amor pelo território brasileiro, ou seja, a brasilidade. No que se refere às características que deveriam ser impressas à referida *marcha*, Wachowicz (1987) levou em consideração os comentários do engenheiro, fomentador e estimulador Cassiano Ricardo¹⁶ sobre as características do movimento e publicou na sua obra que:

a marcha para oeste – são os trilhos, digamos assim, abertos pela bandeira e que os levarão sempre para o sentido de brasilidade que ela nos impôs. Estão vivas, em nós, as qualidades ancestrais da imaginação, de ambição, do espírito de iniciativa e da mobilidade social. (...) e o mais curioso é que a pequena propriedade parece acompanhar o espírito bandeirante. Tal como no início social do planalto é ela característica dessas zonas pioneiras nas quais

¹⁴ Era o nome atribuído ao indivíduo que se propunha a trabalhar de maneira braçal numa *obrage*. *Mensu* – de origem espanhola – quer dizer mensalista (WACHOWICZ, 1987).

¹⁵ RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 88.

¹⁶ RICARDO, Cassiano. *Marcha para oeste*. Vol. 2, p. 272. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.

se processa uma verdadeira revolução agrária, quando a grande fazenda parecia a única forma de exploração possível. Os cafezais em marcha reeditam as bandeiras. O desbravamento das zonas novas lhes traduz a mesma sede de inauguração. E, do mesmo modo que se explica a mobilidade tupi pelo instinto social que hoje caracteriza as nossas populações pelo instinto hereditário do bandeirismo (WACHOWICZ, 1987, p. 143).

Uma das expedições com destino ao *extremo oeste* paranaense foi chefiada por Lima Figueiredo¹⁷, brasileiro com o ideário estadonovista. Ele descreveu a fronteira do Brasil como um lugar desnacionalizado, enfatizando a falta de brasilidade no país em decorrência da presença de várias etnias estrangeiras na região. Ao descrever a região, abordou questões econômicas e políticas desse território que era caracterizado pelo “*abandono*” das autoridades da época. O *extremo oeste* foi apresentado como um território de belezas naturais, porém, despovoado e desconhecido, com riquezas inaproveitadas, bem como uma terra rica e produtiva, onde predominava o extrativismo, razões que não explicavam a inexploração e o abandono por parte dos brasileiros.

As observações descritas por Lima Figueiredo foram de que a prática do contrabando pela população era recorrente, já que existia uma dependência local dos produtos argentinos. Assim, povoamento, modernização e integração nacional descrito por Lima Figueiredo mostraram uma nova forma de organização e construção de um espaço social chamado Brasil, porém, ausente de brasileiros. O referido autor ressalta que as diversões eram os *bailaricos* ao som de sanfona, onde dançavam ricos, pobres, patrões e empregados; como também os velórios sob influência paraguaia, denominados de *fazer quarto a defuntos*. Nos velórios, se jogava baralho, tinha comes e bebes e, frequentemente, baile.

Contudo, como se destacou, o reconhecimento do limite físico e jurídico não representou o início de um processo de povoamento da região, isso ocorrera de forma mais sistematizada apenas durante o Estado Novo. Alguns países definem, juridicamente, seu espaço fronteiro como área de segurança nacional. Essas delimitações são abstratas, invisíveis, fruto de um tratado jurídico internacional ou de uma delimitação. Entretanto, pode se tornar visível quando há um marco concreto (uma ponte), uma alfândega e instituições militares que fiscalizam a saída e a entrada de mercadorias e de pessoas. As fronteiras entre o Brasil/Paraguai foram definidas pelo Tratado de Paz e de limites Loizaga-Cotegipe em 1872, logo após a derrota do Paraguai na Guerra do Paraguai (ALBUQUERQUE, 2010, p. 36).

¹⁷ FIGUEIREDO, Lima. Oeste paranaense. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Brasiliana, vol. 27.

Todavia, com a prisão de alguns militares, o clima ficou tenso, originou-se a chamada *Questão Militar* e, com o apoio patrocinado pelo exército, de maneira geral, ao abolicionismo, era possível haver uma polaridade das atenções entre civis e militares (WACHOWICZ, 1987). Nessa época, já existiam os adeptos ferrenhos às ideias republicanas.

Neste sentido, observa-se que, na década de 1930, o Brasil passou a se preocupar, efetivamente, com a segurança nacional e a política territorial, a partir da política centralizadora e autoritária de Getúlio Vargas. Assim:

Em 1934, através do Decreto nº 7, de 3 de agosto, o antigo Conselho de Defesa Nacional passou a chamar-se Conselho Superior de Segurança Nacional. A partir desse momento, o termo ‘segurança’ substituiu o de ‘defesa’. Nos planos governamentais, o referido Conselho tinha como objetivo os perigos, os antagonismos e as pressões que poderiam afrontar a nação, debilitando os interesses nacionais (FREITAG, 2001, p. 29).

Cerca de três anos depois, em 1937, foi criado mais um órgão, o Sistema Federal de Segurança e a ele acrescida a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras. Na ocasião, a chamada “Lei de Fronteiras”¹⁸ estabelecia em 150 km a largura da faixa limítrofe que poderia ser ocupada por pessoas e representantes do Brasil, ou seja, não era permitida a presença de empresas estrangeiras. No caso específico da fronteira com o Paraguai, foi delimitado com uma faixa de 50 km. A atitude intervencionista do Estado desejava corrigir os desequilíbrios entre o campo e a cidade, povoar e preservar a segurança dos territórios junto às fronteiras.

O golpe que instaurou o Estado Novo colaborou para que o Governo Federal se empenhasse em demarcar as fronteiras do país por meio de um projeto político/ideológico que estabelecia limites da nacionalidade. Uma das estratégias encontradas foi através do conceito Estado/Nacional ou Estado/Nação e, assim, “*o Estado elegeu o nacionalismo como veículo entre a organização do território, a força das identidades e a estrutura política do país*” (FREITAG, 2001, p. 36). Alguns historiadores acreditam que a “Era Vargas” tenha escolhido a região intencionalmente e não aleatoriamente, pois a orientação política de imigração determinava que as cotas para imigrantes deveriam ser de 80% de agricultores e o restante de outras categorias profissionais.

¹⁸ Medidas que, segundo FREITAG (2001), faziam-se necessárias aos intentos de defesa das fronteiras do país. Buscava-se concretizar a concepção de fronteira, reconhecida pelo adjetivo “*consciência de fronteiras*”. Porém, era necessário, povoar espaços de fronteira brasileira para não ocorrer à desnacionalização que as imensas distâncias poderiam favorecer. Há um maior aprofundamento na obra: CAMPOS, Francisco. O Estado nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 121.

O papel do Estado Novo, mitificado pelo discurso unificado para os territórios do oeste do Brasil, buscou, por meio de políticas territoriais, povoarem seu próprio espaço, visualizado pelo Governo Federal como uma forma de integração das fronteiras sócio-econômico-culturais. A estratégia denominada de *Marcha para o Oeste*,¹⁹ elaborada no final de 1937, possuía um teor de estímulo, no sentido de que todos deveriam participar do processo político de construção nacional:

‘A ideologia da nação em marcha’ constituiu-se na legitimação do espaço geográfico, supostamente marcado pelo vazio de brasilidade. A epopeia do bandeirismo, predominante no século XIX, foi a fonte inspiradora deste novo sentimento de fronteira (FREITAG, 2001, p. 42).

A política da era Vargas podia ser simplificada em duas expressões: Pátria Unida e Forte, um modo de unificar o território e, ao mesmo tempo, uma estratégia de manipulação e de autoritarismo por parte do Estado. A unificação era uma forma de organização territorial, de facilitar a formação das identidades sociais e a estrutura política adotada no país, evitando, assim, um contingente de pessoas dispersas e até isoladas, ficando a parte dos acontecimentos no país (FREITAG, 2001). A ideia de “*nação em marcha*” explorava um plano discursivo de Vargas que desejava da população um vínculo afetivo com a terra natal, pois a presença de estrangeiros no território era significativa. Na verdade, o movimento lembra a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento, ou seja, se todos participassem do processo de expansão, seriam coproprietários do território nacional (LOPES, 2002).

A partir de 1950, intensificou-se o povoamento na região, incentivado pela ação das companhias colonizadoras que vendiam pequenas colônias de terra (10 alqueires, ou seja, 24 hectares), fazendo prevalecer a predominância de pequenas e médias propriedades (RIBEIRO, 2002). Na ocasião, a maioria dos migrantes era composta por imigrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de alemães e italianos atraídos pela propaganda do clima e do solo, pelos corretores de terra, como adequados para a agricultura. Outros migrantes oriundos de outros estados (mineiros, nordestinos e capixabas) migraram em direção ao oeste “*para trabalharem como arrendatários, principalmente nas lavouras de hortelã, uma vez que os*

¹⁹ Marcha para o Oeste foi uma designação criada, no contexto dos anos 30, para caracterizar os incentivos e as políticas adotadas pelo governo Vargas para promover a ocupação da fronteira oeste do Brasil (SOUZA, 2009, p. 37).

agricultores sulistas, possuindo os mesmos métodos de trabalho agrícola, não se adaptaram a estas lavouras” (RIBEIRO, 2002, p. 32).

O Paraná se sobressaiu na produção nacional de soja na década de 1970 e a região oeste ganhou destaque por ser a maior produtora no período. Por outro lado, com a mecanização nas terras, as pequenas propriedades foram incorporadas por grandes proprietários de, no mínimo, 30 alqueires, pois quem possuía essa quantidade de terra, naquela época, era considerado muito rico. As máquinas agrícolas passaram a fazer parte da paisagem da região; os agricultores, empolgados com as safras, passaram a produzir em grande escala e esqueceram-se dos produtos de consumo local. Assim, violência e mortes surgiram pelos conflitos relacionados à posse da terra. Em linhas gerais, tais problemas:

agravaram-se a partir do início do século XX, como resultado da passagem das terras devolutas para a competência dos Estados e com a multiplicação das iniciativas governamentais de colonização direta e indireta, a partir de concessões de terras a empresas particulares. Deu-se, concomitantemente, uma intensificação da ocupação não legalizada da terra, por parte de lavradores oriundos de outros Estados. Principalmente a partir da década de 1970, com a modernização da agricultura, os conflitos da terra tornam-se mais intensos. Os pequenos agricultores foram sendo expulsos da terra, tornando-se boias-frias. Outro tipo de violência que iria se somar seria a do jaguncismo, da grilagem das terras (RIBEIRO, 2002, p. 33).

No entanto, o momento mais importante na organização demográfica e territorial da região ocorreu com a construção da usina hidrelétrica. A partir dela, o espaço pertencente à Foz do Iguaçu se transformava para abraçar pessoas de vários “mundos” que precisavam improvisar sua sobrevivência de acordo com a situação vigente no início da construção da Itaipu. Atraídos pela esperança de uma emancipação econômica e pela expectativa de crescer ao mesmo tempo em que a cidade, muitos tiveram que se modelar e se reestruturar para construir, no cotidiano, a sua própria história pessoal.

Seguindo esse raciocínio, o estudo desenvolvido por Ribeiro (2002, p. 175) nos induz a pensar que o surgimento de favelas na cidade foi devido ao excedente da população que não foi absorvida pela construção da usina, como também os conflitos agrários e as migrações, já que muitos foram “*expulsos*” da zona rural onde plantavam para sobrevivência da família, devido à especulação imobiliária que precisava criar loteamentos urbanos, fazendo a favela se tornar, para muitos, a única alternativa de moradia. Em meio a todo esse processo “progressista”, percebe-se que, na cidade, não havia espaço para todos, pois:

Todos os problemas surgidos na *era* Itaipu, com o passar do tempo se potencializaram, abarcando todos os aspectos do cotidiano da população de Foz do Iguaçu, e reflexamente das cidades vizinhas. Problemas de moradia, favelamento, fome, disputa de terras, saúde, educação, abuso de autoridade, violência, foram crescendo em proporção paralela a sua expansão territorial, que geraram também problemas com a ocupação ou incorporação de novas áreas, que determinam diversos conflitos. (CATTA, 2003, p.156).

As instabilidades existentes nas áreas de fronteira, onde a circulação de pessoas e produtos é muito grande, servem de esconderijos adequados para atividades marginais, que, muitas vezes, correspondem a “*um meio complementar do trabalhador pobre cobrir as deficiências do próprio salário para a sua manutenção pessoal e da sua família*” (CATTA, 2003, p. 142). Assim, entende-se que, naquela época, as condições precárias de vida e o desemprego induziam a população às improvisações pela sobrevivência, recorrendo aos trabalhos informais, cujo território vizinho, o Paraguai, facilitava esse tipo de prática, mas que, conforme as pesquisas científicas publicadas e informações da imprensa vêm se perpetuando até os dias atuais.

Por outro lado, a atividade de “*contrabando*” na fronteira com a Argentina (na década de 30 até 70) ocorria somente para atender às necessidades imediatas de moradores e do comércio local de Foz do Iguaçu. As mercadorias eram trazidas (encomendas) e entregues diretamente ao cliente, fosse ele comerciante, vizinho, gerente de algum hotel ou restaurante e ainda que “*neste sentido, parece válido afirmar que a prática desse contrabando foi vivida sem culpa, pois foi realizada por esses trabalhadores como uma atividade legítima e justa*” (SOUZA, 2009, p. 172). Vale ressaltar que a atividade era encarada como estratégia de sobrevivência pelas pessoas que dela se utilizavam, por isso, não a caracterizavam como ilegal.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Em relação à definição de fronteira, percebe-se que diversas áreas do conhecimento produzem estudos que podem ampliar os conceitos de fronteira como um campo singular de relações entrelaçadas com os atuais processos de globalização. Nesse sentido, deixa de ser apenas uma linha imaginária, um limite, um lugar da diferença para tornar-se “*aberta, porosa, exemplo de integração e de aproximação*” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 48). Segundo o mesmo autor, a região denominada de *Tríplice Fronteira* é descrita, particularmente pela imprensa brasileira, argentina e pelos organismos oficiais de segurança e “*inteligência*”, como

sendo um lugar de tráfico de drogas e armas, de lavagem de dinheiro, “*paraíso de contrabandistas*”, “*santuário da corrupção, impunidade e delinquência*”, espaço no qual o trânsito de sacoleiros é “*livre*” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 38).

Neste sentido, Albuquerque (2010) faz referência à Ponte da Amizade, que é o foco do comércio fronteiriço, das imagens construídas e repassadas, relatando os frequentes bloqueios e fechamento do espaço quando há o aumento na fiscalização e repressão ao contrabando; faz referência também às proibições de entrada de trabalhadores brasileiros no Paraguai ou por parte dos paraguaios quando são impedidos de levarem produtos alimentícios brasileiros ao país vizinho para consumo ou comercialização. Não suficiente, fala-se da região como um espaço de instabilidade e de insegurança, pois são frequentes os assaltos e violência física (morte) a compristas/turistas.

Há também, ao lado dessas representações de conflito, a ideia de integração entre as fronteiras, presente no discurso de identidade latino-americana e nas declarações de políticos, diplomatas e comerciantes envolvidos com os processos de comercialização do MERCOSUL²⁰. As pesquisas sobre zonas fronteiriças visam propor sugestões políticas e jurídicas para maior integração da região no sentido de discutir a livre circulação de trabalhadores, a existência de uma legislação específica para o cidadão fronteiriço, projetos que estimulem o bilinguismo nas escolas e projetos turísticos de integração entre as cidades fronteiriças, entre outras. Os estudos históricos se voltam para os processos comuns que transcorrem nas fronteiras, como também:

Os estudos culturais (literários, antropológicos, comunicacionais) sobre as zonas de fronteiras no Mercosul também enfatizam o hibridismo cultural e buscam investigar práticas comuns que se misturam nos espaços fronteiriços: O gaúcho/gaúcho, o ‘portuñol’, a ‘identidade fronteiriça’, os símbolos de integração nas *ciudades gêmeas* ou transfronteiriças (ALBUQUERQUE, 2010, p. 49).

Assim, para melhor descrever a região fronteiriça onde está localizada Foz do Iguaçu, é necessário tecer alguns relatos sobre a história da cidade a partir da instalação da colônia militar que, conforme registros de Wachowich (1987, p. 23), ocorreram no dia 22 de

²⁰ O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Segundo CARDIN (2011), a existência das políticas aduaneiras e de fronteiras entre os países pertencentes ao MERCOSUL não garantem que a atuação dos governos na faixa de fronteira leve em consideração tais políticas.

novembro de 1889. Segundo o autor, na época, a cidade possuía apenas 324 habitantes²¹. A instalação da colônia militar aconteceu efetivamente em 23 de novembro de 1889, pelo coronel do exército Antonio Baptista de Costa Júnior. Em 1905, chegava à foz do rio Iguazu o coronel Jorge Schimmelpfeng enviado para fazer estudos sobre o povoamento e mapeamento da região. Pela Lei nº 1.383 (14/03/1914) foi criado o município de Vila do Iguassu. Em 10 de junho de 1914, o coronel tomou posse como primeiro prefeito da recente cidade. Em 1918, passou a ser reconhecida, em definitivo, como Foz do Iguazu.

O desenvolvimento da cidade de Foz do Iguazu alavancou a partir da saída da coluna Prestes (que invadiu Foz em 1924) e com a ocupação do município pelas tropas federais a partir de 1925 (LIMA, 2012). Em 1930, tornou-se obrigatório o uso da língua portuguesa, pois antes dessa determinação, era uma mistura de português, espanhol e guarani. A moeda que predominava na cidade era o peso argentino, porque o domínio econômico da época era da Argentina. As “*novidades*” chegavam à cidade por meio dos vapores que aportava no Porto Oficial. Era através dos vapores que a população enviava e recebia suas encomendas. Praticamente, tudo que era consumido em Foz do Iguazu vinha da Argentina.

O processo histórico de construção da cidade de Foz do Iguazu foi marcado por curtos ciclos econômicos que não conseguiram se manter por um tempo significativo para gerar condições de sustentabilidade (KLEINSCHMITT; AZEVEDO; CARDIN, 2013). Assim, após a instalação da Colônia Militar no município, aos poucos, as modificações necessárias foram acontecendo para atender às necessidades da população: a chegada do primeiro médico, o doutor Dirceu Lopes (1934), que se elegeu prefeito em 1954; a abertura da unidade de saúde Santa Casa Monsenhor Guilherme (1938), indispensável aos cidadãos; a criação do Parque Nacional do Iguazu que alavancou o turismo como fonte de renda (1939); a construção do Aeroporto do Parque Nacional do Iguassu (1941), onde funciona, atualmente, a sede do Clube Gresfi; a criação do primeiro Grupo Escolar Bartolomeu Mitre (decreto nº 282, 1944) no centro da cidade, onde permanece até os dias atuais; a abertura da primeira agência bancária do Banco do Brasil (1945); e, ainda na década de 40, a criação do Primeiro Batalhão de Infantaria Motorizada (1949) (LIMA, 2010, p. 22-25).

Nas décadas seguintes, alguns fatos foram significativos para o crescimento da cidade e de sua economia. Na década de 50, a economia da cidade se desenvolveu movida por ciclos econômicos da erva mate e da agricultura de subsistência cultivada pelos colonos alemães, polacos, eslavos e italianos. Deu-se início à criação da escola do Magistério – Escola

²¹ A população era composta por: 212 paraguaios, 95 argentinos, 5 franceses, 2 espanhóis, 1 inglês e apenas 9 brasileiros. (WACHOWICH, 1987, p. 182).

Normal Iguazu (1952); a fundação do primeiro Jornal – A Notícia – pelo pioneiro João Lobato da Mota Machado (1953) e a primeira rádio comunicadora da região – Rádio Cultura de Foz do Iguazu; em 1956, iniciaram as obras da Ponte Internacional da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai. Na década de 60, alguns municípios – Céu Azul, Medianeira, São Miguel do Iguazu e Matelândia – emanciparam-se e Foz do Iguazu encolheu.

Na década de 70, outro salto significativo nos ciclos: a criação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguazu (FACISA) (1979), que é a atual UNIOESTE; a construção da segunda ponte, a Ponte da Fraternidade, ligando Brasil/Argentina, e que, após a morte de Tancredo Neves, foi batizada em sua homenagem (1984); inauguração da primeira estação de televisão – TV Naipi – e do Jornal Gazeta do Iguazu (1985). O final dos anos 80 e início dos anos 90, foi marcado pelo turismo de compras e o comércio da exportação para o Paraguai, o que acarretou o fechamento de empresas na cidade e, como consequência, o desemprego. A partir do final dos anos 90 até os dias mais recentes, a cidade vem se mantendo com as atividades do comércio, do turismo de compras e de eventos, conforme descreve Perci Lima (2010 pp. 26-39).

Segundo os apontamentos de Souza (2009, p. 174), dois projetos de integração física e econômica foram importantes para a aproximação entre Brasil/Paraguai: A construção da Ponte da Amizade (1965) e da Hidrelétrica de Itaipu (1974-83) – denominada de binacional por estar no território dos dois países.²² Sua construção impulsionou o crescimento em vários setores e serviços, principalmente, na construção civil que exigia a necessidade de acomodar o grande contingente de trabalhadores que aportaram no município a partir de 1974. Conforme a mesma autora, época em que o número de habitações locais (1974/79), quadruplicou, “*subindo de 4.000 para 16.061 unidades*”, gerando especulação imobiliária na cidade. Nessa mesma época, as famílias brasileiras que já viviam no Paraguai foram transferidas por causa das indenizações para a construção do lago de Itaipu também na margem direita do rio Paraná, do lado paraguaio.

Para grande demanda de trabalhadores que permaneceu, o poder público municipal aprovou a abertura de, aproximadamente, 79 loteamentos urbanos nas antigas áreas rurais das regiões do São Francisco, Porto Meira, Jardim São Paulo e Três Lagoas. Sem a menor infraestrutura, construíram aí suas moradias modestas (SOUZA, 2009). É interessante

²² É interessante destacar que em ambas as construções existem os interesses políticos, das duas nações, que interpenetram e refletem na base econômica, pois, ao mesmo tempo em que o Estado é hegemonia e dominação, é também, “*uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como o interesse geral*” (FALEIROS, 2008, p. 52). Sugestão de leitura: FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do Estado Capitalista. 11ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

destacar que, no trabalho de pesquisa da autora, consta que, “em 1977, o governo municipal de Foz do Iguaçu já implementava projetos de desfavelamento na cidade”²³ (p. 182), ou seja, um pouco antes do período do alagamento das terras. Ainda segundo a autora, esse processo de mudança sugere que essas favelas foram formadas pela população excedente, ou seja, a que não foi mais absorvida pela construção da usina. Como também, que alguns dos seus entrevistados declararam que, além do problema do desemprego, o final da obra trouxe o caos social para a cidade (SOUZA, 2009, p. 193).

Como já foi destacado, a cidade de Foz do Iguaçu está localizada no *extremo oeste* do Estado do Paraná, com uma área aproximada de 422 km² (1992) considerando perímetro rural e urbano. A fronteira trinacional é margeada pelos rios Iguaçu, que separa a cidade de Foz do Iguaçu da cidade de Puerto Iguazú na Argentina e, pelo rio Paraná que nos separa de Ciudad Del Leste no Paraguai. A cidade, além de contemplada por uma das maiores obras da engenharia moderna, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujo nome se justifica segundo a lenda em que um velho cacique indígena, ao escutar o murmúrio do rio Paraná na pequena ilha situada na entrada da atual barragem, deu-lhe o nome Itaipu, que, em sua língua, quer dizer “*pedra que canta*” (SOUZA, 2009), possui também, uma das sete maravilhas do mundo: as Cataratas do Iguaçu. À parte os atrativos turísticos, a cidade recebe muitos compristas que vêm visitar o movimentado comércio de produtos importados no país vizinho, Paraguai, fato que colabora com a economia local, pois mesmo ficando poucos dias, gastam com hospedagem e alimentação.

Com a expansão da atividade comercial no Paraguai, os chamados “sacoleiros” ou “muambeiros” (pessoas que vinham à cidade apenas para comprar), Foz do Iguaçu expandiu sua rede hoteleira que, em 1992, era considerada a terceira maior do país, só perdendo para o Rio de Janeiro e São Paulo. Na mesma época, a cidade vizinha de Puerto Iguazú recebia grande contingente de brasileiros querendo adquirir produtos de couro, laticínios, queijos, azeitonas e vinhos, entre outros. Esses compristas permaneciam por um curto espaço de tempo na cidade e, com a reestruturação da economia pela qual passou a Argentina no início dos anos 90, os preços foram dolarizados, assim o dólar passou a ser a referência comercial dessa região e dos brasileiros que a habitavam (LIMA, 2010). Esse fator refletiu no movimento do aeroporto, do terminal rodoviário e, conseqüentemente, na rede hoteleira da cidade. Mas, no período que compreende de 1996 a 2006, o “*turismo de compras*” sofreu, rigorosamente, repressão da Polícia Federal e da Receita Federal que vem sendo mantida até

²³ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu: Retratos. Foz do Iguaçu: Campana & Alencar, 1997, p. 38.

os dias atuais. O fenômeno do *circuito sacoleiro* descrito por Cardin (2011) tem características da informalidade, clandestinidade e uma hierarquia interna que garante sua estrutura.

A análise da realidade apresentada por Cardin (2011) mostra que o cotidiano dos trabalhadores no *circuito sacoleiro* não é de maneira homogênea e linear. Ao mesmo tempo em que precisam da atividade como meio de sobrevivência, sofrem com o combate da fiscalização que tanto fragiliza suas práticas marcadas por desconfiança e precaução, considerando ainda o risco que correm transportando pacotes fechados sem saberem seu conteúdo (armas, drogas...). O autor pontua que as relações internas entre os trabalhadores do circuito são marcadas pela concorrência, disputas internas e traição (2011, p. 05). Segundo o mesmo autor, o desemprego e a escassez de oportunidades no mercado nacional, bem como os preços atrativos no país vizinho justificam e desenham o movimento intenso existente na fronteira entre Brasil/Paraguai. Por outro lado, existe o movimento de turistas de eventos e os que vêm para descansar, conhecer a região e fazer compras para uso pessoal, presentear a família e amigos. Ambos contribuem para a estabilidade econômica do comércio, da rede hoteleira e dos estabelecimentos de alimentos.

Além do comércio fronteiriço, a história da cidade foi marcada pela exploração de recursos naturais, como a erva-mate e a madeira, e dos recursos hídricos: as Cataratas do Iguaçu para o turismo e o rio Paraná para geração de energia. Até o início dos anos 1970, não houve mudanças significativas (CATTA, 2003). Contudo, as transformações ocorreram com rapidez no período de dezoito anos, precisamente entre 1973, quando iniciou o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e 1991, quando, com a abertura da última unidade geradora de energia, pode-se dizer que o espaço da cidade transformou-se e que:

os imóveis antigos foram sendo demolidos para dar espaço a prédios de estilo arrojado e satisfazer às exigências de um mercado imobiliário que crescia, procurando atender à população estrangeira, principalmente árabe, coreana e chinesa que mantinham atividades no Paraguai, negociando em dólar, no 'black'. Também deram início à construção de Shopping Centers e Lojas de comércio para atender à demanda consumista de uma população, principalmente de turistas brasileiros, argentinos e paraguaios, que acorriam àquela região (CATTA, 2003, p. 36).

O megaprojeto deixou heranças para os menos favorecidos. Porém, a conjunção de fatores – o turismo, o comércio e a expansão agrícola da época – colaboraram para as mudanças na cidade. Entretanto, para os que trabalharam na construção da hidrelétrica, nada

de continuidade após o término da obra. Para alguns, restou a volta para a cidade de origem, partir para outra cidade e construir uma nova barragem, ou arriscar a vida no município e reinventar um novo projeto de vida, mesmo sabendo que as oportunidades ocupacionais eram poucas, o desemprego era crônico, e que teria de recorrer a outras formas marginais de ganhar a vida ou tentar uma oportunidade na indústria do turismo como camareiras, lavadeiras, garçons, porteiros, telefonistas e guias turísticos, entre outros. Trabalhadores que “*não aparecem nas fotos de divulgação do turismo, nem nas propagandas oficiais que apontam como geração de empregos – diretos e indiretos*” (SOUZA, 2009, p. 204).

Essas mudanças afetaram diretamente o cotidiano das pessoas. Houve um reordenamento dos espaços voltados para os interesses da Empresa Binacional de Itaipu e do Poder Público local. Enquanto as transformações significaram “*paraíso*” para uns, para outros representavam “*inferno*”, pois trouxeram consequências, segundo relatos de um dos entrevistados por Souza (2009, p. 193): “*o desemprego e a violência foram problemas reais enfrentados pelas pessoas mais humildes*”. Embora existisse uma divulgação dos benefícios que a obra trouxe à cidade, não houve investimento dos recursos para geração de empregos após o término da mesma. Para a mesma autora, o déficit de moradia e na economia, dos anos 1990, colaborou para a crise, pois os investimentos que foram realizados para o desenvolvimento da atividade turística privilegiaram apenas uma minoria na cidade.

A imagem de uma cidade igualitária onde todos podiam usufruir das suas riquezas, não é verdade. A desigualdade pode ser visualizada, inclusive, na distribuição das moradias construídas pela usina para abrigar os seus próprios trabalhadores, por exemplo. Sob o ponto de vista de Gonzalez (2005), “*a cidade aparece como um território em constante disputa, na qual atores sociais distintos buscam construir seu espaço e sua memória*” (p. 05). Neste sentido, conseguem romper com toda e qualquer intenção de homogeneidade, harmonia e consenso. São sujeitos sociais que disputam, à sua maneira, construir sua própria história no espaço que elegeram como patrimônio. Contudo, nem sempre são aceitas suas considerações, argumentações e necessidades imediatas, e sim o que o poder público elege como prioritário em seu benefício.

Segundo Gonzalez (2005), a luta pelo espaço de moradia é um traço predominante no processo de desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu. Conforme o autor é um elemento que transpassou toda a década de 1970 – antes do fenômeno Itaipu – estendendo-se na década de 1980 pelas regiões periféricas da cidade, passando por novas adequações no decorrer dos anos 1990. No entanto:

assim que a cidade passou a se definir enquanto centro de operações de enormes empreendimentos capitalistas, muito especialmente os investimentos na rede hoteleira e comercial, a ocorrência de ocupações em variados pontos da cidade desencadeou algumas ações da parte do poder público, visando, por um lado, estancar tais movimentos — esforço que se mostrou inútil naquele momento —, e, por outro lado, recuperar alguns territórios já perdidos nesse processo ou, pelo menos, garantir certo controle sobre eles (GONZALEZ, 2005, p. 03).

Retomando a questão espacial, mais em específico o espaço relacionado aos trabalhadores da usina, Jesus (2009) fez um comparativo entre os diferentes “*espaços habitacionais*”. As casas da Vila C tinham um caráter mais rudimentar, com os materiais de vida útil de até 10 anos. Era a vila mais próxima da Usina – prioritária. Enquanto as casas das vilas A e B possuíam clubes esportivos e de lazer; a Vila C tinha apenas um centro comunitário. Na Vila C, só as ruas principais tinham asfalto, as demais eram de cascalho; já nas Vilas A e B, todas as ruas eram asfaltadas e com uma estrutura bem melhor. Como problematizou Ribeiro (2002):

No meio do caminho entre a cidade de Foz do Iguaçu e o canteiro de obras ficam as três vilas residenciais de Itaipu, que formam quase uma cidade à parte: no Conjunto C moram os peões de salários mais baixos, que têm família (os solteiros dormem em barracões no alojamento dentro do canteiro de obras); o Conjunto A é destinado aos trabalhadores especializados, de nível médio; e no luxuoso Conjunto B estão as casas dos altos funcionários: engenheiros, economistas e outros executivos, todos muito bem pagos (RIBEIRO, 2002, p. 55).

Todo esse fenômeno foi um processo que alterou o modo de vida de muitas pessoas, principalmente os que viviam nas áreas rurais e tiveram que sair, ou melhor, foram “*expulsos*” e sem muitas explicações. Ribeiro (2002) sugere que a política habitacional de Itaipu baseou-se, inicialmente, num processo de desapropriação e expulsão de moradores das suas antigas moradias. Como é o caso apresentado numa entrevista concedida por uma desapropriada que, segundo ela, aconteceu em 1974. Sua propriedade era na localização onde hoje é a Vila B. Conforme dados de Ribeiro (2002), o programa de desapropriação foi realizado no período entre 1978 a setembro de 1982. Segundo a mesma autora, “*isto causou grandes problemas porque os núcleos comunitários eram desfeitos, com as famílias tomando rumos diferentes*” (RIBEIRO, 2002, p. 28). Pessoas que se sentiram obrigadas a deixar para trás a memória construída e o sentimento de pertencimento, como é o caso narrado a seguir.

A Dona Celanira Antunes²⁴ nos concedeu algumas informações (06/05/14) que ainda estão presentes na sua memória, pois ela está atualmente com 92 anos. Mesmo assim, foi possível resgatar reminiscências com a colaboração de três dos dez filhos que teve. Aos poucos, foram se lembrando de alguns acontecimentos a partir das datas de casamento deles e de seus irmãos e/ou de nascimento dos primeiros filhos (netos). Dona Celanira casou-se aos 16 anos (1938) e, como presente de casamento (para ela e o irmão), recebeu de seu pai um pedaço de terra com cerca de 20 alqueires, mas só tinha escritura de 4 alqueires. Ela teve sua terra desapropriada (1974) onde hoje é a Vila B. Na ocasião, não lhe foi explicado porque teria que vender a chácara. Só foi dito que teria que sair de lá. Contudo, nunca entendeu porque ela e o irmão foram os únicos retirados da área, pois segundo ela, os dois (ex) vizinhos têm as chácaras até os dias atuais. Sentiu-se expulsa! No início, veio o sentimento de desespero, já que era viúva (em 1964) com dez filhos e da propriedade retirava o sustento de toda a família. Sem instrução e sem saber como proceder em relação à venda e ao valor da terra, pediu ajuda ao seu vizinho de chácara que nomeou de Sr. Geraldo. Na ocasião, o Sr. Geraldo disse ao negociador (a) que tinham que pagar melhor pela terra dela, pois tinha sofrido muito para criar os filhos na chácara.

Conforme a pesquisa de Ribeiro (2002, p. 30), o critério adotado para avaliar os preços das terras que Itaipu pagava era estipulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dos bancos e dos cartórios. Os donos das terras questionavam os valores, uma vez que o preço do que tinha registro sempre era menor do que, de fato, valia, como foi o caso da entrevistada que só recebeu pelos alqueires que tinha registro. O restante ficou com a usina, pois não tinha como comprovar sua posse. Dona Celanira acha que recebeu bem pouco pela sua chácara, mas não podia fazer nada na época, apenas concordar e mudar-se. Relata que nunca quis sair de lá. Por ela, moraria até os dias atuais.

Além do apego afetivo ao lugar, era na chácara que ela plantava feijão, milho verde, mandioca, soja, hortaliças, frutas, criava galinhas e vacas de leite, acompanhada de seus filhos. Ou seja, toda alimentação da família era praticamente produzida na propriedade. Os filhos ajudavam na roça e a vender os produtos na região, que hoje é a Vila A. Naquela época, existiam casas denominadas de zona – as quais os trabalhadores da usina frequentavam – e muitos barracos (uma favelinha), segundo informações de uma das filhas que vendia ovos, leite e galinhas. A filha relatou que tudo que levasse era vendido e que as “mulheres da zona” eram as melhores clientes, pagavam na hora. Dona Celanira ficava até altas horas da noite

²⁴ Os filhos presentes no momento da entrevista autorizaram a divulgação do nome da entrevistada.

empalhando os ovos com palha de milho para não quebrarem até o destino. O leite era transportado em garrações de plástico para não quebrarem, pois as filhas que iam vender tinham entre 14 e 15 anos. Depois, ensinou a elas a empalharem os ovos, assim não precisaria mais ficar noite adentro empalhando sozinha. Já nesse período, os filhos mais velhos haviam casado, um trabalhava em Cascavel e as três filhas, mais novas, moravam com ela.

Com o dinheiro que recebeu da desapropriação da primeira chácara (segundo ela, pagaram o que quiseram) conseguiu comprar outra chácara no Jardim Guaíra (início de 1975), na região do Porto Meira, próximo às margens do rio Iguazu, pois queria continuar com as atividades de plantação e venda que realizava na anterior. Porém, enganou-se por duas razões: 1^a) A água da nova chácara era de poço e na antiga passava por dentro da propriedade um rio de água corrente muito limpa que não secava o ano inteiro. A localização indica que deve ser o rio Almada, que deságua no rio Paraná; 2^a) Havia muito roubo na região. As vacas que tinha foram roubadas para churrasco na barranca do rio Iguazu, como também, houve uma seca grande (década de 1980) que ocasionou a secagem do poço e como não tinha água próximo, as vacas foram morrendo aos poucos por falta de pastagem e de água. Os roubos não eram só das vacas, mas das galinhas, do que plantava e inclusive bezerros mamando eram levados. Uma observação feita por uma das filhas foi de que, na primeira chácara, não havia roubos. Eles saíam para a roça²⁵ e a casa ficava “*aberta*”. Na segunda chácara, era impossível fazer isso. Sempre tinha que ficar alguém em casa cuidando do pouco que lhes restava.

Nessas condições e sem ter mais os meios de sobrevivência, foi obrigada a vender a terra e comprou um terreno na Vila Adriana (1986) com três simples moradias, onde vive até os dias atuais. Quando se mudou para vila, só morava com a filha mais nova e a neta de 3 anos. Tempos depois, foi obrigada a se desfazer de uma parte do terreno, pois a prefeitura exigia muro, calçada e os impostos eram muito altos. Vendeu uma parte e ficou com outra com duas casinhas: em uma ela mora e a outra é alugada para um neto. Neste contexto, não é possível discordar que o período de construção da hidrelétrica também foi marcado por práticas de violência. Segundo Ribeiro (2002):

Se a obra trouxe o ‘desenvolvimento’, na linguagem dos tecnocratas de Itaipu, encontra-se, contudo, nas narrativas dos moradores mais antigos, outra imagem da obra, associada à ‘*violência*’, demonstrando a batalha simbólica que, no plano das representações, a população tem com Itaipu (RIBEIRO, 2002, p. 56).

²⁵ A roça era distante da casa, pois a chácara se estendia até a barranca do rio Paraná, onde os irmãos pescavam. Ao saírem, não fechavam a casa. Deixavam a porta encostada e ao retornarem, estava tudo em ordem.

Diante de tantos relatos da memória dos antigos moradores da cidade de Foz do Iguaçu, ainda é possível acreditar que existam razões para muitos imigrantes, oriundos de várias partes do planeta, terem escolhido a cidade como moradia, pois, segundo dados da Polícia Federal brasileira, existem, entre os moradores de Foz do Iguaçu, cerca de 65 nacionalidades diferentes. A cidade é considerada, em números de habitantes, a “*capital brasileira de etnias*”, por abrigar uma verdadeira diversidade de pessoas de diferentes culturas que abrange imigrantes do norte-europeu até da Ásia. Muitas pessoas escolheram a fronteira para morar, atraídas, principalmente, pelo comércio de Ciudad Del Leste (XAVIER, REVISTA PAINEL, nº 208, p. 04).

1.3 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO DE FRONTEIRA

De maneira geral, o fenômeno violência existe em Foz do Iguaçu desde antes da construção da Itaipu, embora alguns autores como Catta (2003) e Lima (2012) pontuem que o município se tornou um caos somente após o término do megaprojeto. Esses autores acabaram por produzir uma imagem romântica de uma cidade, onde a população podia usufruir de suas riquezas (lazer e turismo). Como se pode observar, as desapropriações (em seu favor) realizadas pela Usina (pré-construção) já configuravam uma violência para com as populações que foram “*expulsas*” de suas moradias para construção dos alojamentos dos operários e/ou das áreas rurais que foram alagadas pelo lago da hidrelétrica (RIBEIRO, 2002). Contudo, os fatos sugerem que a violência se intensificou após o final da obra, que, segundo Catta (2003), foi determinante para o crescimento da criminalidade na cidade, já que os operários dispensados, na maioria, não tinha emprego formal e passaram a fazer parte de um contingente de desempregados ou viviam de ocupações temporárias. Ainda segundo o mesmo autor, havia os que perambulavam pelas ruas mendigando um teto e comida, e, na ausência disso, passaram a cometer pequenos delitos para sobreviverem.

Assim, pessoas, encontros, desencontros, trocas, economias, políticas de integração, identidades e tantos outros, são aspectos que se pode enumerar para a construção de uma complexa fronteira, ainda mais se tratando da *tríplice fronteira* – Brasil, Paraguai e Argentina. Nas considerações sobre o espaço fronteiro, os autores Kleinschmitt, Azevedo e Cardin (2013, p. 14) descrevem que, no início da década de 1990, a região foi classificada internacionalmente pela Revista Forbes (1994) como o terceiro centro comercial do mundo, só perdendo para Hong Kong e Miami. Mesmo sendo de diferentes formas econômicas, pode-

se dizer que há uma interdependência das três cidades neste setor. Neste sentido, para Foz do Iguaçu foi benéfico, pois alavancou a rede hoteleira e o transporte urbano, já que “*muitos sacoleiros atravessavam o país em comboios (...) gerando uma grande rede de negócios e ocupando um contingente populacional significativo*” (CARDIN, 2011, pp. 02-03).

A fronteira entre Brasil (Foz do Iguaçu) e Paraguai (Ciudad Del Leste) é conhecida por vários fatores que a cristalizam com preconceitos devido às inúmeras práticas ilegais desenvolvidas. Pela Ponte Internacional da Amizade atravessam milhares de pessoas em busca de melhores preços, que dependem da cotação do dólar, mesmo sabendo que existe o risco de ser falsificado, já que, o país vizinho é conhecido como o “*paraíso da falsificação*”. Por outro lado, não são somente as compras de importados que se presencia na fronteira, mas um aglomerado de cores, vestes, idiomas, moedas corrente (peso, dólar, real e guarani), enfim, é uma convivência com múltiplos aspectos que a caracterizam como um espaço singular.

Em relação à fronteira do Brasil com a Argentina (Puerto Iguazú), pode-se descrever como uma realidade um pouco diferente da anterior, pois o fluxo de compristas (turistas) é menor, sua economia é sustentada pelo turismo e pela rede hoteleira e a fiscalização aduaneira das autoridades de saúde e de imigração é muito rigorosa (KLEINSCHMITT, AZEVEDO e CARDIN, 2013). Segundo os autores, os índices de homicídios são baixos, fator que sugere a dedução de que a violência é um elemento que não interfere no movimento dos turistas que vão à busca de gêneros alimentícios, bebidas e das famosas roupas de couro. Como nas duas cidades, Foz do Iguaçu também vive do turismo (seja de compras, passeio ou eventos) que colabora para alavancar a economia local, empregando um contingente de pessoas em ocupações diversas (como chefes de cozinha, motoristas, entre outras).

Nas suas peculiaridades, a cidade de Foz do Iguaçu possui, segundo o último Censo do IBGE²⁶ (2010), 256.088 habitantes. Tem suas principais atividades econômicas pautadas no turismo, na geração de energia elétrica, no comércio fronteiriço e é dotada de uma infraestrutura de hotéis e restaurante bem estruturada para realização de eventos (congressos, competições, feiras, etc.) em comparação com muitos municípios do mesmo porte. Outro marco de avanço para a cidade, segundo observações de Lima (2010, p. 205), é a fundação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) que é tida como uma grande esperança para o desenvolvimento da cidade que, no futuro, poderá tornar-se um grande polo

²⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realiza censos nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal e/ou para outras instituições e o público em geral. Consultar: <http://www.ibge.gov.br>.

universitário, já que é frequentada por milhares de alunos oriundos de todas as regiões do Brasil e da América Latina.

Contudo, é necessário destacar que o capital precisa manter a força de trabalho *apta* para o trabalho, que, na linguagem, o capital é denominado pela “*inversão do homem*” e pela “*formação do capital humano*”, o que significa o consumo de mais-valia e uma significativa valorização da força de trabalho²⁷. Desse modo, ocorre, simultaneamente, o desenvolvimento da produtividade e o aumento da vulnerabilidade social, principalmente, dos desprovidos de habitação, de educação de qualidade, de políticas sociais e de emprego, entre outros. É a violência como noção de progresso, mas que, ao mesmo tempo, acontece a degradação do outro, ou seja, observa-se o pior e o melhor no mesmo lugar.

Em meio a um turbilhão de mudanças significativas para a cidade e sua população, fatos revelam que a violência, principalmente entre os jovens, é um fator preocupante para os órgãos de segurança pública da cidade, pois, sem programas de prevenção e sem estruturas de atendimento, os jovens tornam-se vulneráveis e facilmente entram para o crime. Luz (2008, p. 02) observa que “*oito a cada dez adolescentes atendidos em abrigos de Foz do Iguaçu recebem ameaça de morte por parte de traficantes*”, geralmente, esses adolescentes estão fora da escola, com a família nas ruas “*brincando*” de vender doces, salgados e CDs, principalmente na região da Ponte da Amizade ou transportando mercadorias do Paraguai, até ficarem nas mãos do crime organizado. Segundo o mesmo autor, 504 jovens de 12 a 18 anos foram assassinados em Foz do Iguaçu entre 2001 e 2007. Tais apontamentos reforçam a ideia de que Foz do Iguaçu é a campeã em homicídios juvenis no país, com média de 234 mortes a cada cem mil habitantes.

A violência tem sido um fenômeno preocupante no Brasil e em Foz do Iguaçu em particular. Alguns fatores são apontados como facilitadores, entre eles, o contrabando de armas, o tráfico de drogas e a localização geográfica da cidade, entre outros. Ainda que:

o perfil dos adolescentes assassinados em Foz do Iguaçu não difere muito de outros adolescentes mortos em outras cidades do país, apenas a cor predominante, pelos traços da colonização da região, a maioria dos adolescentes mortos era da cor branca (67%), porém, a grande maioria era do sexo masculino (93%), pobre (38%) ou muito pobre (48%), trabalhadores não qualificados (44%), não concluíram o ensino fundamental (90%), tiveram envolvimento com drogas (21%) e foram mortos por armas de fogo (89%) (LUZ, 2008, p. 11).

²⁷ Segundo Vicente de Paula Faleiros (2008, p. 72) “As despesas para o setor da educação não são somente da mais-valia retirada do capital, mas pelo seu crescimento elas aumentam, também, o valor da força de trabalho, e, assim, diminuem a taxa de mais-valia, que de outra forma seria estável”.

Num trabalho de pesquisa realizado pelos autores Gonçalves, Cassuce e Galante (2010) sobre o número de homicídios para cada 100 mil habitantes nas 10 cidades mais populosas do Estado do Paraná em 1980 e 2002, Foz do Iguaçu obteve a quinta colocação, com o indicador de 35,94 homicídios (1980). Em 2002, quase triplicou para 97,09. O resultado do período da pesquisa é um acréscimo de 170, ou seja, 14 % no número de homicídios na cidade. Os autores optaram por defender a teoria de que o aumento da criminalidade tem influência de fatores conjunturais e estruturais que incluem fatores socioeconômicos e de localização da cidade.

Segundo os mesmos autores, *“no ano de 2000, as regiões fronteiriças apresentaram 10,56 homicídios para cada 100 mil habitantes a mais que outros municípios do Estado”* (GONÇALVES, CASSUCE E GALANTE, 2010, p. 40). E o aumento dessa relação evidencia o crescimento da violência nessas regiões, sugerindo a organização sistematizada com que as quadrilhas atuam nesses locais e a fiscalização insuficiente devido ao número reduzido de policiais e fiscais que trabalham nas regiões fronteiriças, o que, a título de hipótese, pode-se deduzir que facilita o acesso às drogas, e que o custo local do consumo é facilitado às populações usuárias dessas localidades.

A localização dos municípios em relação às regiões fronteiriças foi outro fator que afetou, consideravelmente, os índices de criminalidade. Os resultados encontrados comprovam que os municípios que fazem fronteira com o Paraguai têm seus índices de violência, na média, superiores aos demais. Isso comprova o fato dessa ser uma área crítica quando se trata de controle da violência, o que já não ocorre em municípios que fazem fronteira com a Argentina. Uma provável explicação seria a de que o comércio com a Argentina apresenta características diferentes daquelas do comércio realizado com o Paraguai (GONÇALVES; CASSUCE; GALANTE, 2010, p. 41).

Esses dados seriam suficientes para gerar mais divergências com os órgãos de Segurança Pública do Paraná, que contestam os números divulgados, justificando, de certa maneira, o crescimento da criminalidade. Segundo eles, comparar Foz do Iguaçu com outra cidade brasileira é uma atitude equivocada, pois a cidade está na rota utilizada por traficantes e contrabandistas. Segundo publicação de Wojciechowski (2009, p.02) *“o acelerado crescimento demográfico e a falta de oportunidades econômicas legais, induzem as pessoas a se envolverem com o ilegal”*. Na verdade, os índices de violência juvenil, na cidade, vêm oscilando de acordo as pesquisas divulgadas. No trabalho de pesquisa realizado por Cardin

(2013), observa-se que a violência entre os jovens no município teve uma ascensão nos anos de 2005 a 2007, seguido de uma significativa queda em 2008, explicada pelo autor como sendo derivada de “*choque de gestão* ²⁸” (CARDIN, 2013, p. 177), momento que exigiu breve readequação dos grupos atuantes no local a uma nova realidade.

A violência está cada vez mais presente nas sociedades atuais e, em Foz do Iguaçu, não seria diferente por todas as razões elencadas anteriormente. Estudos realizados sobre o assunto constataam que a violência como forma de expressão tem sido marca juvenil, independentemente dos modos de inserção social dos jovens. Os adolescentes, geralmente, justificam suas atitudes como uma atração pelas ações criminosas que transcendem, em muito, a aquisição de bens materiais e o incentivo que o mundo do consumismo proporciona. Todavia, conforme os dados fornecidos por Luz (2008), a maioria dos jovens assassinados era de cor branca (67 %), e o índice de pobres não atingiu 50%, informações que sustentam as ideias de Marília Pontes Sposito, professora titular da Faculdade de Educação da USP. Segundo a autora, é preciso romper com o pressuposto de que o jovem pobre e negro é indicativo de problema social:

Esses jovens, como a maior parte da juventude urbana e pobre, não constituem um risco social e um grave problema para a sociedade. A vivência da pobreza não significa imediatamente predisposição para a violência. Há expressivos segmentos de jovens das camadas populares que buscam estratégias de sobrevivência para eles e suas famílias; trabalham temporariamente e em condições difíceis, lutam para superar a diversidade e as desigualdades sociais (SPOSITO, 2007, p. 132).

Todos esses elementos são valiosos para a análise do cenário fronteiriço, pois, devido à sua complexidade, a violência tem sido um desafio às autoridades públicas que precisam se utilizar de estratégias eficientes, concretas e eficazes para, pelo menos, amenizar o problema. Segundo Andrade (2012), há uma associação entre a taxa de homicídios e a desigualdade socioeconômica, como também entre as ocupações informais que, no começo do Século XXI, chegaram a alcançar o índice de 62,08% da população iguaçuense em meados da década

²⁸ O choque de gestão explicitado pelo autor diz respeito à convergência de um conjunto diferenciado de políticas públicas direcionadas à normatização das práticas de trabalho na região. Na primeira década do século XXI, mais especificamente durante as primeiras gestões do PT no Governo Federal, foram desenvolvidas medidas de universalização do ensino e ampliação dos cursos profissionalizantes para a melhoria da qualificação da força de trabalho, uma coibição mais intensiva do circuito sacoleiro na região da Ponte da Amizade, a tentativa de inserção do sacoleiro por meio da Lei do Micro Empreendedor, o desenvolvimento de práticas midiáticas para estigmatizar o contrabando, o combate violento às práticas sociais desenvolvidas de maneira paralela ao mercado regulamentado e, por fim, um conjunto de operações policiais nas regiões periféricas da cidade. Todos estes esforços associados sintetizam o interesse em disciplinar os usos e costumes na fronteira.

de 1990, tornando-se um grave problema social (ANDRADE, 2012, p. 385). Para esse autor, são nas atividades informais que os jovens encontram-se numa situação de risco e vulneráveis à violência fatal, pois, muitas vezes, é por meio dessas atividades que os jovens pobres têm encontrado um espaço na sociedade, até porque, para trazer mercadorias do país vizinho, não é preciso ter qualificação profissional e nem escolaridade avançada, elementos que facilitam a migração de jovens para o ilícito.

Objetivando adentrar especificamente no assunto em tela, no segundo capítulo será abordada uma breve descrição da região do Porto Belo e suas peculiaridades, da instituição onde será realizada a pesquisa de campo, bem como, do perfil dos sujeitos pesquisados que responderam aos questionários nas duas turmas (9º ano A do ensino fundamental e 1ª série A do ensino médio), no total de 56 interlocutores, bem como, o relato das entrevistas abertas realizadas com os adolescentes sorteados pela lista de frequência das turmas. No terceiro momento, constarão as informações obtidas nas entrevistas de maneira quantitativa e descritiva sobre a violência entre os adolescentes no interior/entorno do colégio e os elementos que podem influenciar sua perpetuação no contexto pesquisado. A partir dos dados obtidos nas entrevistas, far-se-á um paralelo com alguns desdobramentos conceituais advindos de autores como Montalli (2004), Silva (2011), Augusto (2005), Cardin (2011), Ribeiro (2002) e Gomide (2012), entre outros.

CAPÍTULO II

2 A VIOLÊNCIA NO COLÉGIO DO PORTO BELO: REALIDADE OU MITO?

O objetivo do segundo capítulo é apresentar a realidade que foi investigada, descrever o perfil dos adolescentes do Porto Belo e alguns elementos que possam apontar para os índices de violência entre os sujeitos sociais pesquisados. Para tanto, o texto iniciará com a apresentação da região em que foi realizada a pesquisa de campo do presente trabalho.

Segundo a distribuição das regiões pela prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, o Porto Belo está inserido na Região 2 (Região da Vila C), ou seja, nas proximidades da vila operária que foi construída para abrigar os operários que trabalharam na maior usina geradora de energia do mundo. O bairro fica próximo da Hidrelétrica de Itaipu, por onde passa a rodovia BR 600 que conduz milhares de turistas que vêm para conhecer um monumento da engenharia moderna, o bairro também está próximo da maioria dos polos de ensino superior da cidade. Contudo, a região se configura como um dos corredores de entrada de parte dos produtos que vêm do Paraguai, geradores do ilícito no Brasil, devido sua proximidade com o rio Paraná.

Em meio às diversidades existentes na Região 2, num segundo momento do capítulo, apresenta-se um breve histórico do Colégio Estadual Professora Carmelita de Souza Dias, onde foram aplicados os questionários da pesquisa de campo com os adolescentes de 13 a 17 anos e com os professores/funcionários da instituição, no intuito de conseguir informações mais concretas sobre o fenômeno violência no interior e no entorno do colégio do Porto Belo, como também, possíveis elementos que possibilitem um entendimento do perfil dos interlocutores, incluindo suas vestes, linguagem, acessórios e representações, além de alguns dados quantitativos obtidos nas respostas dos questionários aplicados sobre o assunto proposto, segundo a percepção dos entrevistados.

Numa terceira etapa do capítulo, apresentam-se e discutem-se as tabelas e os gráficos elaborados pela autora a partir das respostas obtidas com os adolescentes. Na amostra quantitativa, computaram-se as respostas dos 56 interlocutores. Os assuntos apresentados no questionário (apêndice A) foram diversos no intuito de adquirir mais conhecimento a respeito do perfil dos mesmos, como, por exemplo, idade, cor/raça, composição familiar, moradia, condições econômicas e a violência. Enfatizando que os relatos das respostas descritivas dos entrevistados constam suas ideias/opiniões/sugestões relacionadas ao assunto em pauta no

colégio e/ou no Porto Belo, pois a violência pode apresentar-se como um fenômeno multicausal que vem se expandindo nas instituições escolares e nas diversas faixas etárias.

Neste contexto, almejando apresentar os dados obtidos no estudo realizado no colégio estadual do Porto Belo, o segundo capítulo constará os seguintes tópicos: 2.1) A região do Porto Belo ou um belo Porto?; 2.2) O cenário da violência e seus atores; e, o 2.3) Os adolescentes e a violência *na, da e contra* a escola. E para melhor compreensão do capítulo, considerou-se necessário o aprofundamento junto à pesquisa realizada pela professora/pesquisadora Elis Maria Teixeira Palma Priotto (2011) de alguns elementos desencadeadores da violência entre os interlocutores na instituição escolar e a descrição dos relatos das entrevistas abertas com os mesmos.

2.1 A REGIÃO DO PORTO BELO OU UM BELO PORTO?

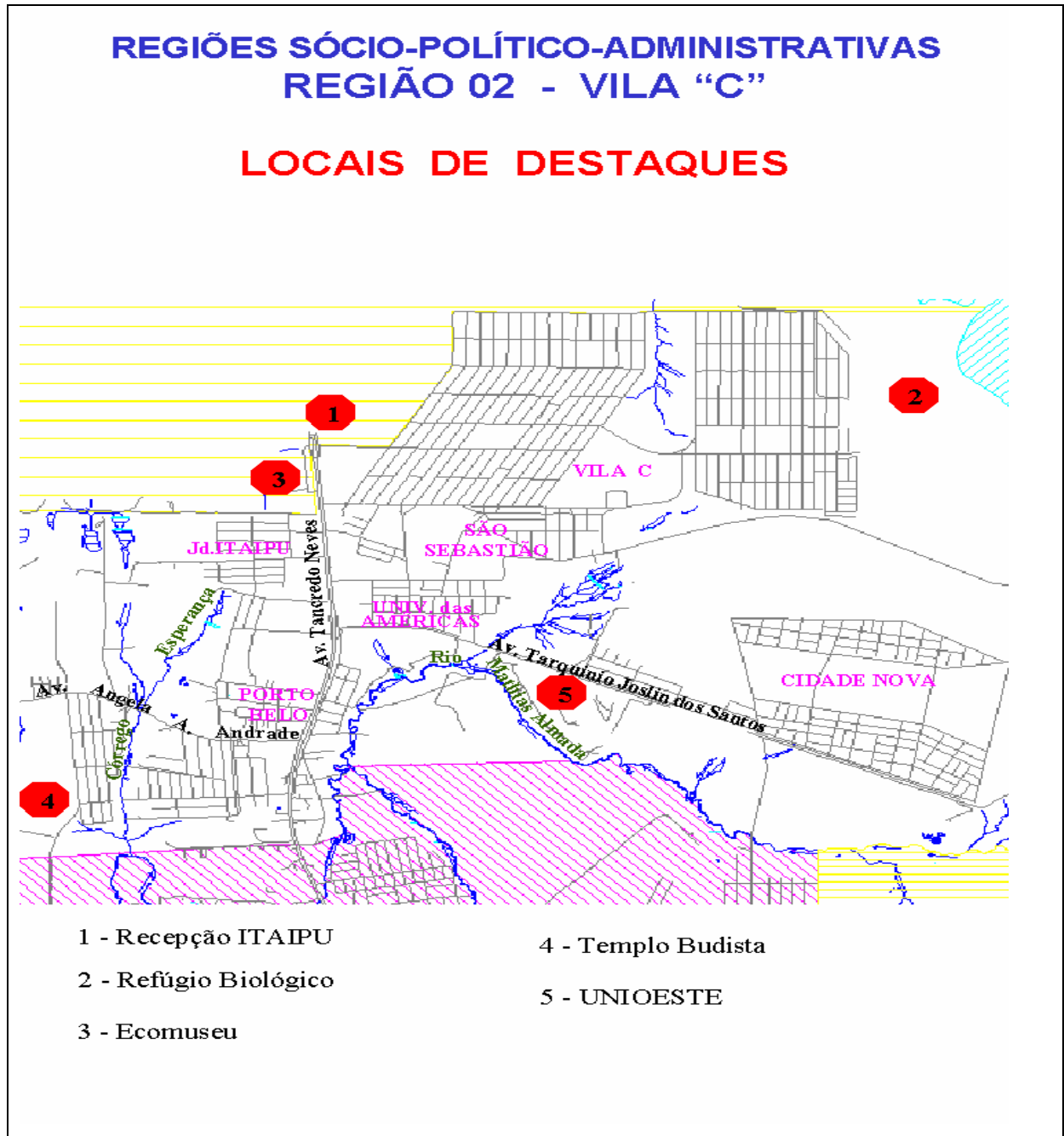
A etimologia da palavra região (*regio*) é abordada por Bourdieu²⁹ (2001, p.113) como algo que conduz ao princípio da divisão “*que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural*”. Embora exista um conjunto de variáveis sobre a palavra, é necessário descrever que a cidade de Foz do Iguaçu está dividida em doze regiões, ou seja, acompanhando o pensamento do autor, a cidade está dividida em doze mundos sociais. Cada região recebe o nome de um bairro que, geralmente, é o mais antigo. A região dois é denominada de ‘Região da Vila C’. É limitada ao norte pela Hidrelétrica de Itaipu (Lago), a oeste pelo rio Paraná, a leste pela Subestação de Furnas e ao sul pelo rio Mathias Almada.

O bairro Porto Belo está entre os mais antigos de Foz do Iguaçu. Ouvindo alguns moradores mais antigos, as reivindicações são inúmeras solicitadas à presidente da Associação de moradores e do Clube de Mães, Marli Ivone Prestes: asfalto, praças com melhor estrutura (iluminação, árvores, bancos...); mais apoio à terceira idade; academia comunitária ao ar livre; cursos do Provopar – Programa do Voluntariado Paranaense – (manicure, cabeleireiro, chefe de cozinha, artesanato, entre outros) mais próximo da região;

²⁹ Pierre Bourdieu, sociólogo francês, morreu na noite do dia 23 de Janeiro, num hospital de Paris, em consequência de um cancro, aos 71 anos de idade. Catedrático de sociologia no Colégio de France, Pierre Bourdieu era considerado um dos intelectuais mais influentes da sua época. A educação, a cultura, a literatura e a arte foram os seus primeiros objetos de estudo. Nos últimos anos, Bourdieu vinha-se dedicando ao estudo dos meios de comunicação e da política. Autor de uma sofisticada teoria dos campos de produção simbólica, o sociólogo procurou mostrar que as relações de força entre os agentes sociais apresentam-se sempre na forma transfigurada de relações de sentido. A violência simbólica, outro tema central da sua obra, não era considerada por ele como um puro e simples instrumento ao serviço da classe dominante, mas como algo que se exerce também através do jogo entre os agentes sociais. Consultar: O Poder Simbólico - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

mais policiamento no bairro; projetos direcionados à juventude (para que os jovens não fiquem ociosos nas ruas); melhorias no posto de saúde, entre outras.

A seguir será apresentado o mapa sócio-político da região 2 – Vila C.



* Fonte: <http://www.pmfi.pr.gov.br>. Acesso em: 18 Abr 2013.

A região dois ³⁰ possui cerca de trinta e três comunidades (bairros, loteamentos, vilas etc.), com 38.229 habitantes (agosto de 2014). Possui uma infraestrutura que atende, em parte, às necessidades da população, composta por muitos (ex) trabalhadores da construção civil da Itaipu e trabalhadores do comércio informal do Paraguai (laranjas/muambeiros). Dispõe de atrativos turísticos, como o Centro de Recepções de Visitantes da Itaipu, o Ecomuseu de Itaipu, o Refúgio Biológico e o Templo Budista. Além disso, a região é contemplada com quatro unidades de educação superior: Unioeste³¹, Uniamérica³², Unila³³ e a UAB,³⁴ esta última funcionando nas instalações do Parque Tecnológico da Itaipu (PTI).

O bairro Vila C, como já foi dito, é um dos três conjuntos habitacionais criados pela Itaipu Binacional para abrigar funcionários das empreiteiras que construíram a Usina (JESUS, 2009). Durante o período de maior intensidade da construção, os funcionários das empresas ligados a outros cargos, também ocuparam as casas que eram de construções mais simples, em blocos de concreto, que deveriam existir apenas durante a construção da obra, devendo ser desmontadas logo após a conclusão. As casas eram basicamente de dois diferentes modelos. Tinha uma espécie de compartimento que formava quatro residências separadas, feitas em alvenaria (blocos de concreto) e armação de ferro, com cobertura de zinco. Segundo o autor *“as casas da Vila C tinham um caráter mais rudimentar - vida útil de 10 anos. Enquanto nas outras vilas A e B, eram mais confortáveis”* (JESUS, 2009, p. 11).

Concentrando-se de maneira mais específica no Porto Belo, no qual foi realizado o presente trabalho, pode-se dizer que, por certo período, foi considerado um dos mais violentos

³⁰ Dados obtidos no site da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu: [http:// www.pmfi.pr.gov.br](http://www.pmfi.pr.gov.br). Diário Oficial da União nº 165 (28/08/2014), p. 98.

³¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – constitui-se numa Instituição de Ensino Superior com mais 3 campi – Toledo, Cascavel e Marechal Cândido Rondon – no Oeste e um em Francisco Beltrão no Sudoeste do estado e três extensões: Santa Helena, Palotina e Medianeira. DEBALD; CARDIN; SOUZA (orgs.), (2009, p. 27).

³² Faculdade União das Américas (Uniamérica), inaugurada em 12/07/2001 e início das atividades acadêmicas em 13/08/2011, tem a missão de transformar Foz do Iguaçu em um Centro de Ensino Superior de Excelência; formar profissionais de alta qualificação e aprimorar o desenvolvimento sustentável local e regional. Disponível em: [http:// www.uniamerica.br](http://www.uniamerica.br). Acesso em: 15 set. 2014.

³³ Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Surgiu como proposta diferenciada. Sua missão institucional está focada na formação de recursos humanos para contribuir com a integração latino-americana, o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente, no Mercado Comum do Sul.

³⁴ Universidade Aberta do Brasil (UAB) - Polo Universitário de Apoio Presencial Darcy Ribeiro, criada por meio de parceria entre a Prefeitura de Foz do Iguaçu, o PTI e o Ministério da Educação. O objetivo da UAB é ampliar o número de vagas da educação superior, especialmente para a população que não tem acesso à formação universitária.

da cidade ³⁵. Um dos elementos apontados é a sua proximidade com o rio Paraná, local por onde entra a maioria dos ilícitos (contrabando, armas e drogas) vindos do Paraguai, que, a título de hipótese, é um dos fatores que colabora com os índices de violência no local, porém, segundo dados do relatório³⁶ de mortes violentas da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013, aconteceram 119 assassinatos na cidade de Foz do Iguaçu. Em específico ao Porto Belo, houve quatro mortes violentas (homicídio doloso), o que equivale 3,4 % dos homicídios. Comparando as regiões, em termos de porcentagem, com o número de homicídios ocorridos na cidade, a Vila C ocupa a quarta colocação com 10,9 % no ano de 2013 (Fonte: Delegacia de Homicídios de Foz do Iguaçu).

Tabela 01. Homicídios por região ³⁷ em Foz do Iguaçu no ano de 2013.

Regiões:	População (%):	Nº de homicídios (%):	Para cada 100.000 hab (%) ³⁸:
1ª – Três Lagoas	27.696 (10,5)	24 (20,16)	1.154 (8,7)
2ª – Porto Meira	30.328 (11,5)	18 (15,12)	1.684,8 (6,0)
3ª – São Francisco	47.451 (18)	17 (14,28)	2.791,2 (3,6)
4ª – Vila C	38.229 (14,5)	13 (10,92)	2.940,2 (3,5)
5ª – Jardim América	13.702 (5,2)	11 (9,24)	1.245,6 (8,1)
6ª - Central	29.012 (11)	08 (6,72)	3.626,5 (2,8)
7ª – Campus do Iguaçu	15.547 (5,9)	07 (5,88)	2.221 (4,6)
8ª – Jardim São Paulo	15.020 (5,7)	06 (5,04)	2.503,3 (4,0)
9ª – Parque Imperatriz	16.338 (6,2)	05 (4,24)	3.267,6 (3,1)
10ª - AKLP/Vila A	23.736 (9)	04 (3,36)	5.934 (1,7)

³⁵ Em decorrência de alguns episódios violentos ocorridos na região. Informações mais aprofundadas, consultar: <http://www.gazetadopovo.com.br>; g1.globo.com; <http://www.dp.policiaivil.pr.gov.br>, entre outros.

³⁶ Relatório obtido na Delegacia de Homicídios de Foz do Iguaçu com o Delegado Marcos Araguari de Abreu no dia 26/03/2014.

³⁷ As regiões estão numeradas de acordo com o número de homicídios ocorridos em 2013.

³⁸ Número de moradores para cada corpo encontrado na região.

11 ^a – Rural Mista	2.635 (1)	04 (3,36)	658,75 (15,2)
12 ^a – Vila Carimã	3.953 (1,5)	02 (1,68)	1.976,5 (5,1)
Total: 12	263.647 (100)	119 (100)	263.647 (64,4)

Fonte: Delegacia de Homicídios de Foz do Iguaçu.

Por outro lado, quando se verifica a população de cada região e confronta-se com o número de homicídios ocorrido em cada lugar, a configuração se inverte, isto é, constata-se que nas regiões mais populosas (São Francisco, Vila C e Porto Meira) são os lugares onde se encontram menos corpos; e, os menos populosos, conseqüentemente, se encontram mais. Neste sentido, quando se estabelece um parâmetro entre o número de moradores com o número de homicídios, a região Rural Mista (658/15,2%) e a região do Jardim América (1.245,6/ 8,7%) apresentam um alto índice de homicídios. No entanto, a causa das mortes não constam nos dados estatísticos.

Segundo o Delegado Marcos Araguari de Abreu, os dados por bairro se referem ao local do crime, ou seja, onde a pessoa foi encontrada morta, que pode coincidir ou não com o local da agressão que deu causa ao óbito, mas será sempre uma referência ao local onde o cadáver foi encontrado. Assim, percebe-se na leitura das informações que a região da Vila C ocupa a nona posição em números de homicídios, pois seriam 2.940,6 (3,5%) pessoas para cada corpo encontrado, portanto, não pode ser considerada violenta. No entanto, reforça-se que o perfil dos crimes não é possível obter por meio dos dados estatísticos, pois são indicadores/representações matemáticas da violência que permitem afirmar que uma região é mais violenta que outra.

Entretanto, para 58,92 % dos adolescentes entrevistados o Porto Belo é violento. Justificam suas afirmações dizendo que há muitos crimes; que no local tem muito bandido e pessoas mal intencionadas; que morre quem está envolvido (a) com drogas e contrabando; que o bairro tem épocas de efeito dominó, ou seja, acontece uma morte seguida da outra (por vingança), depois acalma e, que tempos depois, recomeça. Também comentam que antes não havia tantas mortes. Explode a violência e depois volta a calmaria. Os adolescentes pensam que o bairro não será tranquilo, pois o tráfico de drogas não acabará nunca. Por outro lado, os interlocutores que disseram não para a existência da violência no local foram de 41,08 %. Explicam que não é com frequência que ocorrem os crimes; que nada aconteceu com ele (a); que na rua onde mora não vê nada e se existe, não quer saber, entre outros. Na ocasião, os

adolescentes citaram o “Magrão”³⁹ que ajudava pessoas que precisavam dele, participava de algumas atividades comunitárias e esportivas no bairro. Quando uma casa era roubada ou outro objeto qualquer, descobria e mandava devolver os pertences aos donos. Ainda citaram que, quando estava vivo, não aconteciam assaltos na região, o que ultimamente tem se repetido, principalmente, aos turistas que visitam o Templo Budista. O que sugere a tese do bom bandido.

Um dos bairros mais antigos da região dois é o Porto Belo. O nome está relacionado à existência de um porto durante a década de 1960 que era utilizado para exportação da madeira Araucária para o Paraguai, pelo rio Paraná. Quando a estrutura foi desativada, o seu nome foi mantido⁴⁰. O bairro é ocupado por moradores pertencentes à classe média e baixa e é constituído por cerca de treze pequenos bairros circunvizinhos (alguns bairros só têm 5 ou 6 ruas), com modestos comércios – panificadora, salão de beleza, mercadinhos, bares, farmácia e lanchonetes, entre outros. Algumas ruas são de calçamento poliédrico e outras asfaltadas (aquelas onde passam transporte coletivo). Existem três escolas municipais, um colégio estadual, uma unidade de saúde pública, três creches e, para o lazer da população local, as opções se restringem a uma quadra de esportes, um campo de futebol e pracinhas mal conservadas – mato, bancos quebrados, não há parquinhos para as crianças e nem academia ao ar livre para a terceira idade.

Para melhor conhecimento da história dos bairros durante o período de 2010 a 2012, destacamos o material disponibilizado pelo Jornal Gazeta do Iguazu, que desenvolveu o projeto “*A Gazetinha nos Bairros*” pelo qual fazia visitas e entrevistava moradores/pioneiros que fazem parte da história do local. No dia 13 de abril de 2012, o periódico apresentou as famílias que se destacam no Porto Belo por alguma ação em prol do progresso do bairro. Na ocasião, o jornal destacou que os primeiros moradores, em sua maioria, correspondiam a imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, como é o caso de um morador da família Kalb que chegou a Foz com 5 anos de idade e vive no Porto Belo há 53 anos (OVELAR, 2012)⁴¹.

³⁹ Acusado pelo GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - de ordenar a morte de mais de 30 pessoas no mundo do tráfico e era apontado como um dos comandantes do esquema do Porto Belo. Foi executado com mais de 50 tiros no dia 12/09/2013.

⁴⁰ Informações obtidas como o Sr. Ricardo Lemmertz, um dos primeiros moradores do Porto Belo.

⁴¹ É interessante problematizar o esforço midiático em construir o imaginário do migrante pioneiro. Tal discurso visa fortalecer a ideia de que antes dos migrantes do sul do Brasil chegarem ao oeste paranaense não havia pessoas vivendo na região. Assim, cria-se a ideologia da existência de um vazio demográfico que teria sido preenchido pelos migrantes pioneiros. Este pensamento tenta encobrir a existência anterior de povos originários e enfraquecer as lutas pela defesa de seus direitos em relação à posse da terra.

Entretanto, antes de fixar residência no município (em 1959), a família residiu alguns anos em Céu Azul que, na época, era um pequeno vilarejo. Período que iniciava a construção da Ponte Internacional da Amizade que liga o Brasil ao Paraguai. Segundo publicação do jornal:

As terras adquiridas no Porto Belo, logo se transformaram em grandes plantações de tomate. Além disso, vacas leiteiras também geravam lucro para a família. Mas o forte mesmo era o agronegócio. Até o Batalhão do Exército, onde havia um grande potencial de consumo de tomate, tornou-se cliente. ‘Fomos os primeiros a plantar o fruto no bairro’. A década de 1960 foi marcada pelo extrativismo (OVELAR, 2012, p.01).

O bairro Porto Belo era tomado por densa mata fechada que dificultava a passagem de veículos. Os caminhões circulavam pelas ruas estreitas de terra, abarrotados de madeiras brutas e beneficiadas rumo ao Paranazão – rio Paraná. As condições de tráfego eram extremamente precárias na época: “*A estrada principal era um verdadeiro picadão*” - relata um morador antigo. Quando chovia, a pista ficava lisa e era impossível subir de tanta lama que se acumulava na rua. Quem se arriscava a andar no lamaçal, geralmente, escorregava e caía no barranco. “*As estradinhas eram abertas no muque*”, conta o morador. Outra dificuldade enfrentada pelos primeiros moradores do Porto Belo era o caminho para o centro da cidade, feito de chão puro. Havia um único ônibus que passava pelo bairro que fazia a linha Foz do Iguaçu a Guaíra e circulava apenas duas vezes ao dia - manhã e tarde.

Aproveitando a ideia do jornal, realizamos uma entrevista com um dos primeiros moradores da região, o Sr. Ricardo Lemmertz. A entrevista aberta ocorreu em sua pequena propriedade que não parece estar localizada numa área urbana, nem tampouco em uma região tida como violenta. Os correios não entregam correspondências, por isso a família tem uma caixa postal na agência central da cidade para recebê-las. O serviço de telefonia fixa e móvel funciona. Os sons predominantes no local são o canto dos pássaros, das galinhas e o mugido dos bois no pasto. Os membros da família Lemmertz saíram do Rio Grande do Sul, fizeram escala em Concórdia/SC e tempos depois desembarcaram em Céu Azul, oeste do Paraná, onde a maioria dos imigrantes parava por ter mais oportunidades de trabalho naquela época. “*Lá cuidávamos de chácara*”, relata o Sr. Ricardo Lemmertz ⁴².

⁴² Autorizou, mediante o TCLE, a divulgação do nome no trabalho de pesquisa. Entrevista concedida no dia 08 de fevereiro de 2014.

O morador recorda que, quando seu pai decidiu mudar para Foz do Iguaçu, fixou-se, primeiramente, na região norte da cidade. Na ocasião, a família morou numa Fazenda chamada Bela Vista (onde hoje é a Itaipu), depois se mudou para onde, atualmente, corresponde à atual Vila B e, posteriormente, para onde pertence ao Jardim Paraná. Lá, a família plantava tomate, criava porcos, galinhas e tinha algumas vacas de leite. Naquela época, a região do Porto Belo estava sendo desbravada e havia poucos moradores. Contudo, havia a presença de “jagunços”⁴³ que vinham de outras cidades. Eles se “adonavam” das terras que já tinham dono e cercavam pequenos lotes para vender.

A família Lemmertz perdeu para os “jagunços” 27 hectares. Mesmo lutando durante 20 anos na justiça para conseguir a reintegração de posse – período em que os familiares sofriam ameaças para desistir da causa. Após o advogado que defendia a causa ter sido assassinado no seu escritório, a família decidiu desistir do processo com receio de perder o restante de terra que ainda tinha para seguir a vida e ter onde produzir o próprio alimento. Atualmente, os 13 hectares que restaram estão divididos entre três irmãos (pequenas chácaras) onde moram e criam animais de pequeno porte. O lugar é bem arborizado e silencioso. Porém, o entrevistado enfatiza que, em breve, estará se sentindo “sufocado” com a construção de condomínios fechados em volta das pequenas propriedades existentes, pois alguns vizinhos mais antigos venderam suas terras para construção dessas novas modalidades de moradias. Ainda segundo o morador, nos finais de semana, a vizinhança reunia-se para se divertir e conta que:

O baile era organizado na casa de algum morador. Cada final de semana era em uma residência diferente. Quando o espaço era pequeno para dançar, arrancavam parte das paredes (de madeira) para ficar maior o espaço. Ele tocava gaita e violão. A dança se estendia a noite toda (RICARDO LEMMENTZ, 2014).

O entrevistado descreve que tudo acontecia em perfeita harmonia, alegria e descontração, pois o ambiente era totalmente familiar e a intenção dos participantes era se divertirem. A noitada era na base do ki-suco e refrigerantes; as brigas, na época, aconteciam mais nos botecos e entre quem exagerava na bebida; desavença se resolvia na faca; as mortes com arma de fogo eram raras. Ainda conforme o declarante, após a desativação do Porto que

⁴³ Homem violento que trabalha como guarda-costas de fazendeiros, políticos etc; capanga. Conceito obtido no dicionário: Domingos Paschoal Cegalla, 2005, p. 518.

exportava madeira⁴⁴, comentava-se, na época, que o local passou a ser utilizado para o contrabando de café e de soja do Brasil para o Paraguai, pois o grão era um produto muito valioso durante as décadas de 1960 e 1970. Em contrapartida, vinha do país vizinho uísque e equipamentos de informática, que eram estocados em Foz do Iguaçu e depois levados aos seus locais de destino com mais facilidade, pois a fiscalização não era tão rigorosa. Na década de 1980, o forte do contrabando era o cigarro, que permanece até os dias atuais. O pioneiro diz que *“não se ouvia falar em carregamentos de drogas ou de armas/munições como nos dias atuais”*.

Além da “violência” que a família Lemmertz sofreu com a perda das terras, houve o roubo da moto de um sobrinho (há aproximadamente 5 anos). Após os ladrões terem sido descobertos, fizeram ameaças ao rapaz, mas depois pararam. Relata que há violência na região, mas que acontece entre quem está diretamente envolvido com o que é errado. Nas propriedades da família Lemmertz, roubaram algumas vacas que foram vendidas para os açougues da região e fizeram churrasco com parte da carne. *“A pessoa acaba sabendo porque as notícias correm”*, diz o morador. Depois de perder os animais, o Sr. Ricardo construiu um estábulo ao lado da casa para guardar as vacas; à noite, solta os cachorros para cuidar e diz que *“qualquer movimento estranho, eles latem e assustam os invasores”*. Foi a maneira encontrada para não perder mais animais. O entrevistado finaliza sua fala preocupado com as futuras gerações da família, no caso, os netos. Para ele, a questão das drogas está muito séria e alarmante na maioria das famílias. Porém, desconhece a existência do uso de entorpecentes, na dele, até o momento.

No bairro Porto Belo, existe um local denominado Casa de Apoio Esperança em Cristo, fundada pela Irmã Zélia Barbosa da Silva, que há oito anos trabalha em prol da recuperação e apoio ao dependente químico e moradores de rua. Os albergados (30 pessoas, na época da reportagem realizada pelo Jornal Gazeta do Iguaçu) recebem quatro refeições ao dia, acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais. Para manter toda a estrutura e bancar a folha de pagamento de quatro funcionários, a entidade recebe um subsídio da prefeitura e doações de pessoas da comunidade. Quando é insuficiente, realiza eventos (rifas, bazares, chá beneficente, etc.) para arrecadação de fundos que ajudam na manutenção da instituição.

⁴⁴ Segundo Cardin (2011, p. 32) “As madeireiras que ainda restavam na cidade lentamente foram para outros lugares, buscando garantir a lucratividade de suas atividades”.

É preciso destacar que há um atrativo turístico na região (bairro Jardim Califórnia) que é o Templo Budista de Foz de Iguaçu construído (em 1996) pela comunidade chinesa da região da tríplice fronteira – Brasil, Paraguai e Argentina. A obra deixa muitos visitantes impressionados por sua beleza, principalmente pela réplica de concreto do famoso Buda sentado (MI LA PU-SAN), de 7 metros de altura. Atrai atenção não só dos adeptos do budismo, mas também, de outras religiões e dos visitantes que vêm a Foz do Iguaçu fazer turismo. A suntuosidade do Templo Budista e do espaço como um todo impressiona pelo tamanho e pela beleza. São 2,5 mil metros quadrados de área repleta de belos jardins decorados com dezenas de estátuas de divindades. Na ampla calçada em frente ao templo, estão colocadas 108 estátuas de cerca de 2 metros de altura cada. A posição de uma das mãos significa boas vindas e a outra energia positiva. Todas foram doações dos adeptos do budismo.

Ao chegar ao Templo, os visitantes encontram uma mensagem escrita numa placa oferecendo boas vindas: *“Nós vamos eliminar nossas aflições e sofrimentos, trazer saúde, longevidade, riqueza, harmonia e outros benefícios”*. Ouvindo alguns moradores do bairro sobre o que pensam da mensagem, responderam que entendem a expressão como transmissão da paz e do entendimento entre os povos; que a cultura oriental quer irradiar um pouco de calma para a região; que é um lugar de meditação, de reflexão e de busca pela paz entre as pessoas; como também, que os visitantes se sentem bem acolhidos ao chegarem ao local.

2.2 O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA E SEUS ATORES

O colégio estadual do Porto Belo é responsável pelo segundo ciclo (6º ao 9º ano do ensino fundamental); pela 1ª à 3ª série do ensino médio; e, pela educação de jovens e adultos (EJA). Na medida do possível garante o número de vagas suficiente para atender o processo de escolarização dos moradores da região. Embora não seja o interesse de nosso estudo, é preciso afirmar que a existência de vagas é diferente de afirmar que a estrutura física e pedagógica corresponda às mais adequadas. No decorrer do trabalho, surgiu a necessidade de analisar, com mais profundidade, a violência entre os adolescentes no interior e no entorno da instituição do bairro, bem como, ouvir a comunidade escolar como uma estratégia para definir melhor e concentrar as entrevistas no interior de um mesmo universo.

A instituição foi inaugurada, oficialmente, no dia 10 de junho de 1995, durante o governo de Jaime Lerner. Em síntese, é mantido pelo poder público estadual, administrado pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), nos termos da legislação em vigor e pela

Deliberação nº 16/99 – Conselho Estadual da Educação⁴⁵. A finalidade era atender aos alunos do bairro Porto Belo e circunvizinhos: Jardim Nova Califórnia I e II, Vila São Sebastião e Jardim Itaipu. O primeiro nome era Escola Estadual do Porto Belo – ensino do 1º grau. A autorização de funcionamento foi concedida pelo prazo de 2 anos, a partir do início de 1986, para ministrar, de forma gradativa, o ensino correspondente às quatro últimas séries do 1º grau. Com o aumento da demanda de alunos (ano de 1988) foi prorrogado o prazo de autorização.

Tendo em vista a impossibilidade de o colégio continuar com o nome do bairro, foi feita a solicitação de mudança, ocasião em que a instituição começou a adotar o nome de uma professora que trabalhou desde sua fundação. Passou assim, em 1993, a denominar-se Colégio Estadual Professora Carmelita de Souza Dias – Ensino de 1º e 2º graus, foi prorrogado para o ano de 1994. No ano seguinte (1995), com a criação do ensino médio, teve como sede, a título de empréstimo, as instalações da Escola Municipal Monteiro Lobato, transferindo-se, no dia de 09 de maio de 1995, em definitivo, para o prédio próprio à Rua Pedro João Medeiros, nº 129, Jardim Marisa, onde funciona até os dias atuais.

Com o surgimento de outros pequenos bairros, loteamentos e vilas, tais como: Jardim Marisa, Jardim Universitário, Cidade Nova, Parque Magalhães, Jardim Olívia, Jardim Irmã, Loteamento Budel, Califórnia I e Califórnia II, Parque Industrial e Comercial São Paulo, Jardim Florença e Jardim Veneza, elevou o número de alunos que dependiam do ensino da instituição. Devido ao aumento da demanda surgiu a necessidade de ampliar o espaço, construindo (em 1998) uma biblioteca e um laboratório de informática⁴⁶, objetivando ampliar o atendimento aos educandos melhorando, assim, o aprendizado.

O colégio dispõe de 14 salas de aulas distribuídas em três pavimentos, uma quadra de esportes coberta, um laboratório de informática, secretaria, sala dos professores sala da direção, sala da equipe pedagógica, cozinha, refeitório, sala de recursos multifuncional para atendimento dos alunos com déficit de aprendizagem, uma biblioteca com cerca de 2.000 exemplares e demais espaços. Conta com cerca de 100 funcionários – desde a direção ao porteiro – e aproximadamente 949 alunos⁴⁷ pertencentes às classes média e baixa. Os que moram um pouco distante da instituição são levados de carro pelos pais até o colégio. Para

⁴⁵ Dados obtidos no Projeto Político Pedagógico da instituição (PPP), mediante a autorização do TCLE (anexo IV) da Resolução 196/96.

⁴⁶ As instalações foram transformadas em sala de aula.

⁴⁷ Dados atualizados em 02 de setembro de 2014 com a secretária do colégio.

obter informações sobre o rendimento escolar e comportamento dos alunos, os pais e/ou responsáveis comparecem quando são solicitados pela direção, pela equipe pedagógica ou pelos professores. Ao final de cada bimestre, os alunos com notas acima da média (60) recebem os boletins e os que estão abaixo da média, só os responsáveis podem retirar.

Para descrever as características dos sujeitos sociais estudados, foi necessário realizar algumas observações no interior e no entorno do colégio. Neste exercício, observa-se que parte significativa dos jovens se inspira em algum (a) amigo (a) com quem mais se identifica, pois existem os grupos para cada atividade que realizam. No horário do intervalo (recreio), jogam basquete, tênis de mesa, outros jogam truco, alguns casais (namorados) ficam abraçados, mas sem beijos, pois não é permitido no espaço interno – se forem vistos, assinam registro na ata e os responsáveis são comunicados. Normalmente, toca o sinal para o retorno às salas e eles fingem não ouvir. Com frequência, a pedagoga precisa ir à quadra conduzir os demais para as salas de aula. Conversam em pequenos grupos do mesmo gênero, são alegres, ouvem música no celular e acessam à internet (redes sociais), entre outras ações.

Numa das observações realizadas no intervalo das aulas, uma jovem de 15 anos demonstrava ser a mais feliz naquele dia, mostrando a aliança de noivado às amigas. Já tem todos os planos definidos para sua vida pessoal: casará ao final do ano de 2015, terá quatro filhos e não sabe se concluirá o ensino médio. Depois pensará. **PESQUISADORA:** Seus pais deixaram você casar aos 15 anos? A resposta foi imediata: “Sim! Pela minha mãe já me casaria este ano”. A situação sugere que, casando a filha, a responsabilidade passará a ser do genro (23 anos), pois, segundo informações obtidas com a equipe pedagógica, é uma aluna com atitudes e comportamentos inadequados ao ambiente escolar, com os demais da sala e com os professores. Os pais são solicitados, com frequência, a comparecerem ao colégio e dizem não saber o que fazer.

As informações contidas na literatura (LEVISKY, 2000; GOMIDE, 2012; LISBÔA, 2006; SALES, 2013; PRIOTTO, 2011) referentes à adolescência pontuam que os indivíduos, nessa fase, se apropriam de trajes, acessórios e/ou linguagem como meio de afrontar/chocar a família (mais tradicional), que discorda do comportamento que adotam. Na verdade, no entendimento dos adolescentes, a família, a igreja e a escola são instituições repressoras, pois estão sempre determinando regras/convenções a serem adotadas. Neste sentido, a mídia brasileira influencia o comportamento desde a infância, pois repassa a imagem de que o famoso ou bem-sucedido é feliz e, para ser feliz, é preciso ter fama, sucesso e dinheiro. O copiar o outro sugere um enfraquecimento da personalidade, pois, segundo Amélia Thereza de

Moura Vasconcelos⁴⁸, psiquiatra da Infância e da Adolescência, “*estamos diante de uma crise de valores onde perdemos a noção do limite entre o bom e o mal. São esses conceitos aprendidos que regem nosso comportamento a nível social*” (p. 138). Ainda conforme a autora, o processo educacional tem participação importante no sentido de dar os valores da cultura. Professores e alunos devem fazer uma análise crítica dos programas televisivos.

Como pode ser observado por Vygotski (1996), o meio social é determinante e tem influência decisiva no desenvolvimento/pensamento/formação do adolescente. O processo de construção da fase da adolescência é marcado por desigualdades, conflitos, incertezas e instabilidades do sujeito, o que não significa uma exclusão do social ou do capital. Na coletânea elaborada por Levisky (2000, p. 57), Maurício Knobel, professor de Psiquiatria Geral da Infância e da Adolescência (UNICAMP), pontua que a violência como padrão de conduta é a que se usa como defesa, pois, numa sociedade violenta, se foge ou se luta. Portanto, os adolescentes, pelas características do período de vida, na maioria das vezes, optam pela luta. Por isso, o autor considera que as reivindicações dos adolescentes, geralmente, são “*solucionadas*” por meio de um comportamento violento.

Analisando as respostas dos interlocutores, observa-se a existência de episódios violentos no bairro pesquisado. Alguns afirmam haver tiroteio, assassinatos e brigas, entre outras ações violentas. A tabela a seguir demonstra a incidência de violência no Porto Belo. Foi elaborada pela autora com base nas respostas (questões 13 e 14) dos adolescentes que disseram sim para a existência de violência no local e os motivos que atribuem à sua existência. Dos 56 depoentes, 33 (58,92 %) afirmam que o lugar é violento. Porém, o principal ponto a ser destacado na análise das entrevistas refere-se à motivação do fenômeno que é o acerto de dívidas (68,96 %), seguido pelo tráfico de drogas (62,06 %), ressaltando que alguns interlocutores apontaram mais de um motivo na sua resposta.

Tabela 02. Motivos que contribuem para a violência no Porto Belo segundo os adolescentes entrevistados.

Motivos:	Porcentagem:
Acerto de dívidas	68,96 %
Tráfico de drogas	62,06 %

⁴⁸ Artigo: Violência e Educação. Levisky (2000, pp. 135-143).

Contrabando	37, 93 %
Rivalidade pessoal	17, 24 %
Rivalidade entre famílias	13, 79 %
Rivalidade entre gangues	3, 44 %

Em específico ao colégio pesquisado, informações obtidas com o coordenador do Batalhão de Polícia Escolar Comunitária, Tenente José Antônio da Silveira Júnior, dão conta de que os números referentes ao item *preventivo* dizem respeito às visitas aos colégios e/ou quando são solicitados pela equipe pedagógica ou direção do estabelecimento de ensino. Quanto ao item *reativo*, são as situações mais graves, como em casos de brigas com lesão corporal, danos ao patrimônio público, desacato ao funcionário público ou tráfico de drogas no interior ou entorno da instituição quando são encaminhados para a delegacia de polícia (os maiores de 18 anos) ou do adolescente, ou seja, quando há por parte da vítima a representação judicial do fato ocorrido.

Tabela 03. Dados da Patrulha Escolar referentes ao ano de 2013.

Colégios da Região 2:	Bairro:	Preventivo:	Reativo:
Carmelita de S. Dias	Porto Belo	109	06
Flávio Warken	Vila C velha	74	01
Ipê Roxo	Cidade Nova	118	23
Paulo Freire	Vila C Nova	91	06

* Dados de 11/02/2013 até 19/12/2013.

Conforme informações do Tenente Silveira, os dados servem apenas como parâmetro, pois, dos quatro colégios listados na região dois, o que mais apresenta problemas relacionados ao tráfico de drogas e violência entre os educandos é o Ipê Roxo – numa visão judicial e não social. No entanto, a instituição aparece com números abaixo do colégio Carmelita, no item *preventivo* nos primeiros semestres de 2013/2014. Ainda segundo o militar, o patrulhamento é realizado com frequência nos estabelecimentos onde há mais solicitações por parte da instituição escolar. Por outro lado, observa-se que o colégio pesquisado não supera o Ipê Roxo no item *reativo*. Considerando os comentários do tenente, pode-se deduzir que, em alguns casos, as vítimas preferem não se expor por medo de

represália dos agressores e, por isso, não levam o caso adiante. Optam por esquecer o acontecimento.

Tabela 04. Dados comparativos da Patrulha Escolar dos primeiros semestres de 2013/2014.

		Preventivo:		Reativo:	
Colégios da Região 2:	Bairro:	2013	2014	2013	2014
Carmelita de S. Dias	Porto Belo	50	60	04	02
Flávio Warken	Vila C velha	40	32	00	05
Ipê Roxo	Cidade Nova	48	55	11	12
Paulo Freire	Vila C nova	39	38	03	01

* Dados referentes aos 1º semestres de 2013/2014: De 11/02 até 28/06/2013 e de 10/02 até 30/06/2014.

Estabelecendo um comparativo entre as tabelas anteriores (3 e 4), percebe-se que houve um equilíbrio nas ocorrências registradas nos colégios mais violentos da região 2 – Ipê Roxo e Carmelita – e que, ambos, mantiveram índices mais elevados tanto no item *preventivo* como no *reativo* em comparação com os outros dois – Flávio Warken e Paulo Freire. Como também, que a instituição pesquisada demonstrou um aumento no quesito prevenção de 10% no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. Portanto, pode-se dizer que os dados obtidos servem como parâmetro para que ações voltadas para amenizar os conflitos violentos entre os alunos sejam elaboradas, adotadas e concretizadas no ambiente escolar no sentido de tornar a convivência, entre os que dele fazem parte, pelo menos, mais harmoniosa.

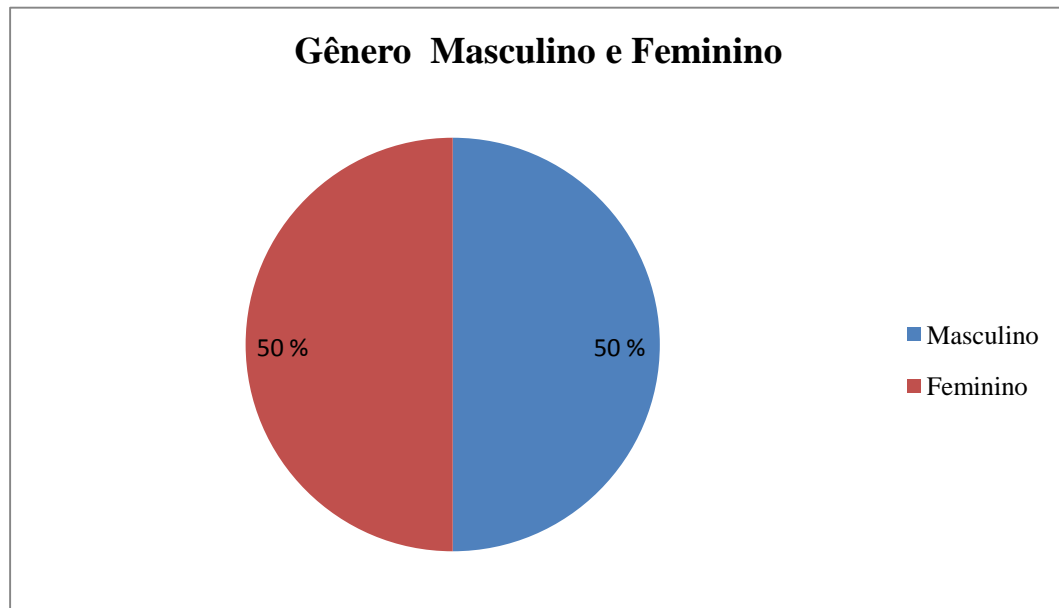
Fazendo referência aos entrevistados, observa-se que possuem suas características próprias, mas, de maneira geral, assemelham-se à maioria dos jovens da sociedade atual. Em alguns, as características físicas são visíveis como, por exemplo: cabelo tingido nas pontas (vermelho, loiro, azul, etc.), seja longo ou curto; uma pequena parcela das meninas se destacam pela maquiagem (escura) muito marcada nos olhos e batons em tom vermelho, rosa pink ou coral; as vestes são calças justas, mini blusas/saias/shorts e, complementando o visual, muitas pulseiras e brincos/argolas enormes. As que usam saias no joelho, o que sugere frequentarem algum segmento religioso mais conservador, pois não usam maquiagem e nem acessórios exuberantes - brincos e pulseiras grandes.

É possível arriscar que, em média, existem por turma, de dois a três alunos (as) resistentes ao uso do uniforme escolar. Esse fator é uma das dificuldades enfrentadas pelo colégio em relação aos alunos. As alunas vêm com um top ou mini blusa por baixo da camiseta (tiram no recreio) e, ao passarem pelo portão, tiram o uniforme como se estivessem se libertando de algo incômodo. Quanto aos alunos, a questão é o uso de camisetas de cor escura, com estampas grandes e coloridas; as calças grandes e caídas (provavelmente, uns dois números a mais que o manequim do usuário) aparecendo metade da peça íntima. Os adolescentes elaboram sua linguagem própria para dialogar, namorar, trocar experiências e vivenciar afinidades, além de buscar garantir a autonomia de inserção entre os grupos, mesmo sendo transitórios, principalmente, no ambiente escolar (BAQUERO, 2008).

Considerando os elementos expostos, Levisky (2000) enfatiza que os adolescentes, com suas características biopsicossociais, tendem, de maneira espontânea e natural, descarregar seus impulsos agressivos através de expressões impulsivas sem pensar nas consequências e que, em muitas situações, pensam depois do ato concretizado, ou seja, *“são vias de expressão rápidas e buscam satisfação imediata dos desejos sem passar pelos critérios de avaliação, simbolização e linguagem”* (p. 21). Para o mesmo autor, é na fase da adolescência que o indivíduo tem uma dificuldade enorme de conviver com regras, e talvez a maneira “democrática” como a sociedade se organiza com certas normas, em condições de igualdade para todos – isso vale para o essencial, mas existem as diferenças que precisam ser respeitadas. Ressalta ainda que, na sociedade contemporânea, é comum a mídia propagar violências cometidas contra e pelo público jovem dentro de uma sociedade cada vez mais global, *“muitas vezes cruel, injusta e desigual em suas oportunidades”* (2000, p. 23).

Visando uma apresentação mais precisa dos adolescentes moradores do Porto Belo, foi aplicado um questionário (em anexo) composto de 18 questões que abrange desde sexo, idade, cor/raça ao assunto em pauta: a violência. Os gráficos foram construídos pela autora baseados nos dados obtidos na pesquisa de campo aplicada no colégio no dia 13 de março de 2014, em duas turmas do turno da manhã: 9º ano A do ensino fundamental e 1ª série A do ensino médio. O universo avaliado foi de 56 alunos. A somatória das duas turmas é de 68 matriculados, porém, no dia da aplicação estavam presentes 32 alunos no 9º ano e 25 alunos na 1ª série. Um (a) aluno (a) foi excluído (a) da turma do 9º ano por ter 18 anos e a pesquisa foi delimitada entre 13 e 17 anos.

Gráfico 01. Gênero dos adolescentes entrevistados – 9º ano A e 1ª série A.



Na somatória total das duas turmas, foi obtido um equilíbrio de 50% entre os gêneros masculino/feminino. Porém, analisando separadamente, a turma do 9º ano A possui 40,5% de alunos do gênero masculino e 59,5% do gênero feminino. Uma diferença significativa. Já a turma da 1ª série A tem um número mais aproximado entre os gêneros: 55,18% do feminino e 44,82% do masculino. No que se refere ao gênero, dados divulgados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2009) dão conta de que o risco dos adolescentes homens morrerem assassinados foi, aproximadamente, 12 vezes maior do que o das adolescentes mulheres, na maioria dos municípios pesquisados. Dos 267 municípios pesquisados com mais de 100.000 habitantes, apenas em 9 cidades o risco das mulheres foi maior do que o dos homens.

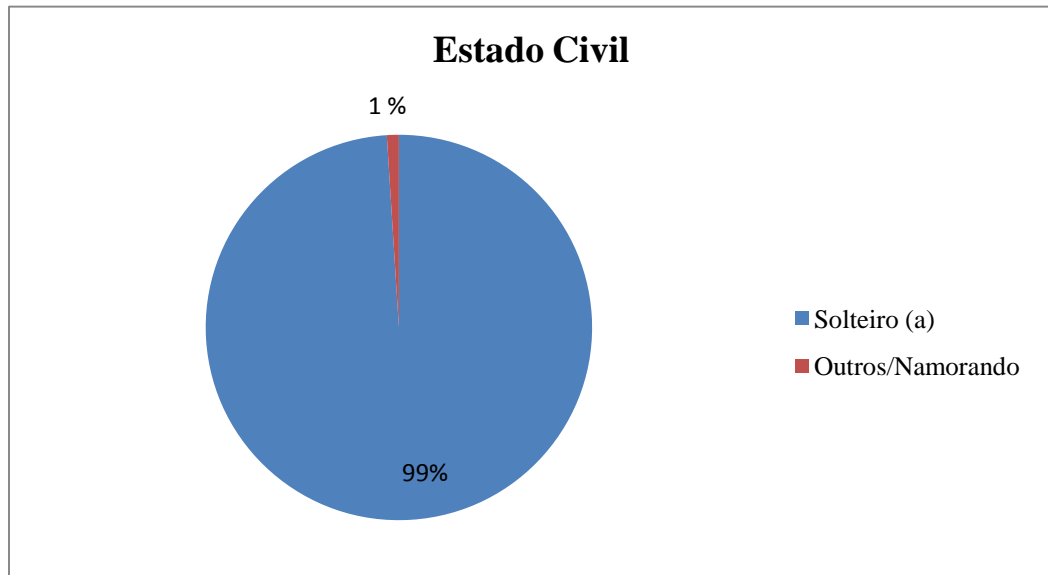
Muito embora o gênero feminino venha conquistando seu espaço no mercado de trabalho, a pesquisa divulgada por Madden⁴⁹ e Saber⁵⁰ (2013, p. 30) mostra que um estudo desenvolvido pela OIT (2006) identificou que o gênero feminino entre 15 e 24 anos, apresentava taxas de desemprego mais elevadas do que o gênero masculino da mesma idade. Fator verificado em mais da metade dos países analisados - 78 num universo de 123. Segundo

⁴⁹ Doutora em Administração Pública pela Universidade de Temple (EUA) é, atualmente, pesquisadora associada da Universidade de Brasília.

⁵⁰ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Ciências Sociais pela mesma universidade.

as autoras, é um fenômeno que tende a se acentuar na fase adulta e que a desigualdade entre gêneros ainda é marcante em grande parte das sociedades contemporâneas.

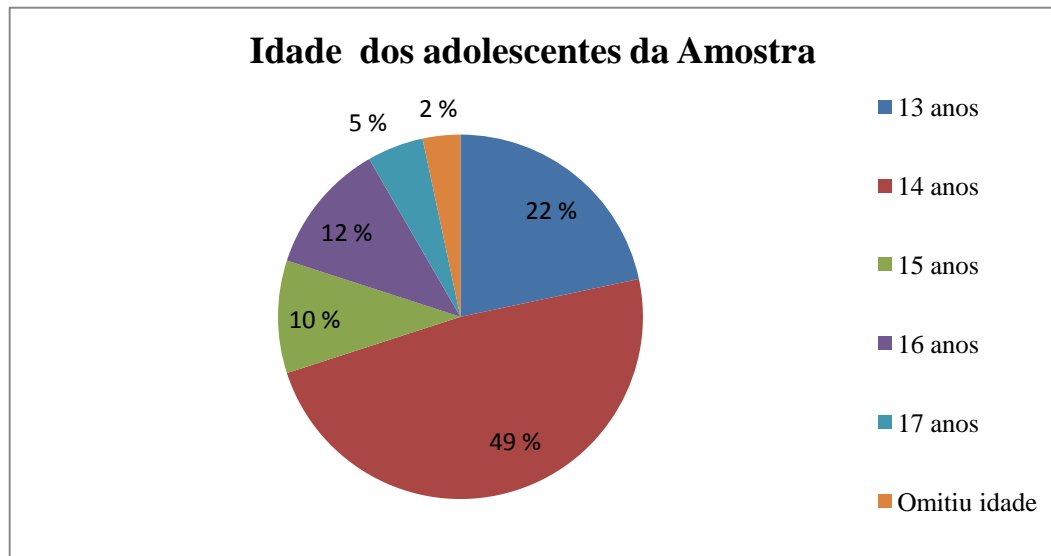
Gráfico 02. Estado civil dos adolescentes entrevistados.



Como pode ser observado no gráfico, não apareceu nenhum (a) adolescente casado (a). O mesmo sugere que 100% dos declarantes são solteiros, pois a resposta *namorando* não significa casamento. O que nos induz a concluir que todos moram com algum membro familiar. E que, se existem rearranjos familiares, conseguiram adequar-se aos mesmos. Segundo Sposito (2007), quando os membros da família não se adaptam aos novos estilos familiares, tendem a formar seu próprio núcleo autônomo e, às vezes, de maneira precoce, ou seja, sem maturidade para tal compromisso e sem estrutura financeira para manutenção da nova família que constituiu.

Contudo, ao se declararem solteiros, não quer dizer que, no universo pesquisado, não haja adolescentes que tenham filhos, pois, como pontua a Doutora em Educação pela Flórida State University Rute Baquero (2008, p. 269), cerca de 14 milhões, entre 15 e 19 anos, têm filhos e que, no Brasil, uma em cada cinco jovens nessa faixa etária já teve um filho. Ainda segundo a autora, o início precoce da vida sexual do gênero feminino tem sido maior do que do gênero masculino. Fator que acarreta uma gravidez indesejada, a qual continua em dados alarmantes, que, a título de hipótese, sugere o abandono da escola. Com baixa escolaridade, as chances são menores de obter emprego com boa remuneração.

Gráfico 03. Idade dos interlocutores adolescentes.



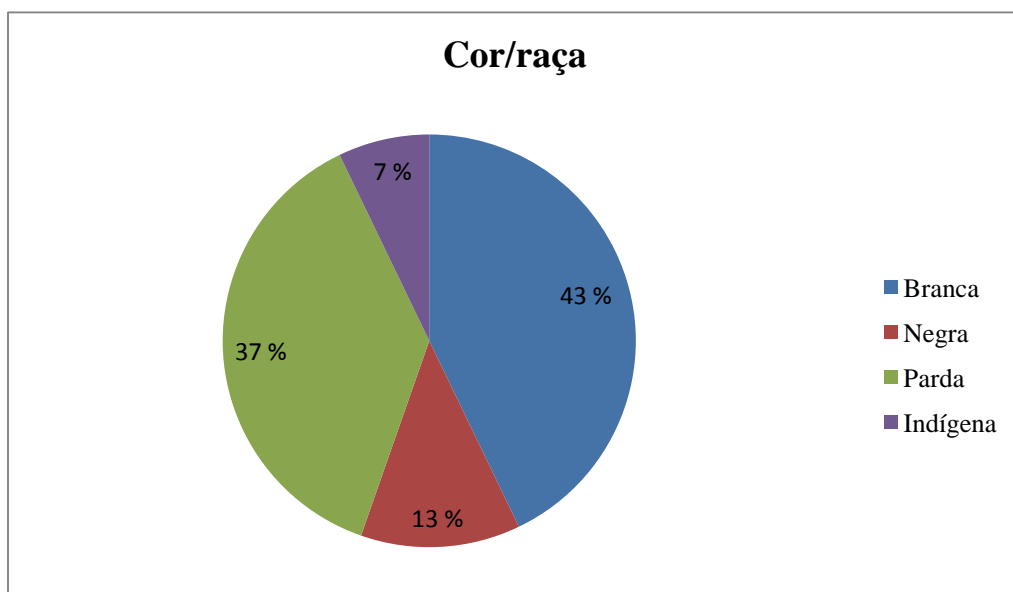
Em relação à idade dos declarantes, pode-se dizer que há um número significativo de alunos com distorção idade/série. Na turma do 9º ano A, 27,1% estão na idade avançada para o ano (entre 15 e 17 anos). A idade sugerida pelos órgãos educacionais é de 13/14 anos. Os demais, 72,9% encontram-se na idade correta. Na sala da 1ª série A, 24,14% estão em distorção⁵¹, enquanto que os demais, 75,86%, estão na idade considerada adequada para a série.

Em relação à concepção dos adolescentes sobre a escola, Baquero (2008) descreve que deve ser um lugar de aprender, de distração e de conversa entre as pessoas, mas que é preciso que seja um espaço com mais conforto, ou seja, estar em bom estado de conservação, ventilação e equipamentos de multimídias, entre outros aspectos. Define também, que além de um espaço de conhecimento e de interação social, deve ser um lugar que o educando tenha vontade de frequentar. Neste sentido, as autoras Papa e Freitas (2011) reforçam que muitos estão fora da escola por não considerá-la atrativa e nem prepará-los para um futuro com garantias de estabilidade econômica. Como também, este aspecto sugere que os alunos com distorção idade/série podem ser repetentes e/ou desistentes, que retornam no ano seguinte, para mais uma tentativa de continuar estudando.

⁵¹ As informações obtidas na secretaria do colégio são de que alguns alunos já vêm dos anos anteriores com idade avançada. Os fatores são os mais diversos: gravidez precoce, mudança repentina da família do bairro (ameaça), trabalho, conteúdos desinteressantes para o jovem, entre outros. O turno da noite é o mais afetado devido à maioria dos alunos trabalharem com mercadorias oriundas do Paraguai.

É importante ressaltar que a escola deve ser um ambiente mais atrativo e que desenvolva, nos fins de semana, atividades esportivas/culturais/lazer que estimulem a participação dos seus integrantes e de suas famílias. Outro elemento essencial é a expansão dos cursos profissionalizantes para melhorar a qualificação dos adolescentes, principalmente, dos que não conseguiram concluir os ciclos de educação formal, que assim teriam maiores oportunidades de emprego, não havendo necessidade de recorrer à informalidade (MADDEN; SABER, 2013, p. 31). Segundo as autoras, uma alternativa que poderia ser adotada para a melhoria da situação “*é a flexibilização da legislação trabalhista, com a diminuição dos encargos financeiros e sociais para as empresas que contratam jovens*”. Porém, talvez fosse mais adequado melhorar a formação dos jovens, para que cheguem ao mercado de trabalho com mais qualificação. E ainda, garantir melhores condições de vida para as famílias dos seus integrantes, evitando que sejam “*forçados*” a abandonar a escola para contribuir com a renda familiar.

Gráfico 04. Cor/raça dos adolescentes.



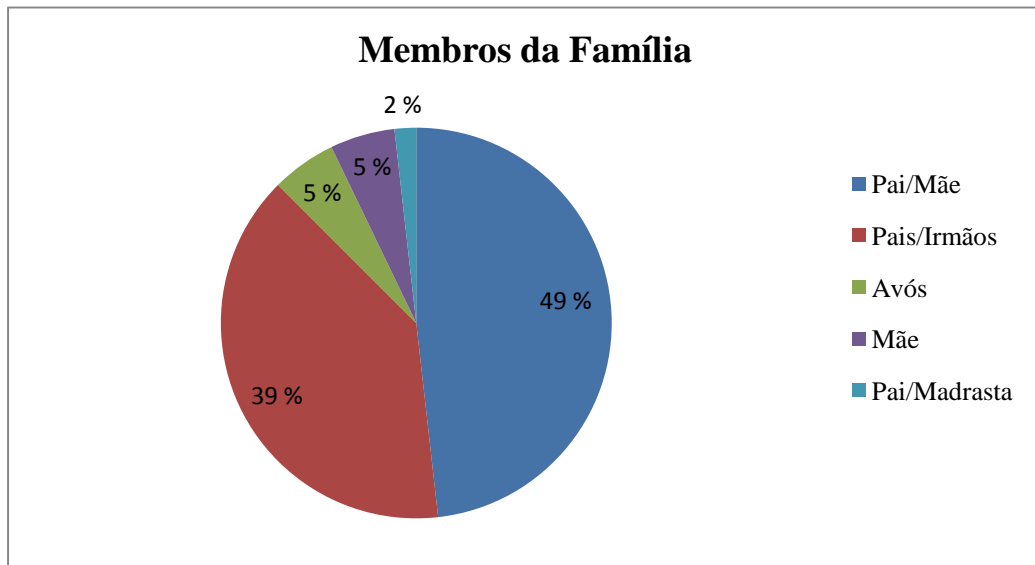
Num país onde a miscigenação é acentuada desde os primórdios de sua colonização, é provável que o público entrevistado não tenha declarado a cor/raça a que pertence, afinal, é uma questão de autoidentificação e qualquer um pode declarar o que lhe convém. Nas observações preliminares da autora/pesquisadora, é possível afirmar que não há esse grande contingente de brancos – 43%. Porém, é preciso demonstrar o que foi declarado. Em relação

ao segundo item, a cor parda com 37%, pode até ser o real. Contudo, vale lembrar que alguns se declaram brancos e, na verdade, podem ser pardos. Fazendo referência à cor/raça, as autoras Papa e Freitas (2011, p. 182) pontuam a importância das conferências livres para o público jovem nas quais são abordados temas voltados para o interesse deles, como: lazer, tempo livre, cultura, meio ambiente e questões raciais e de gênero, entre outras. As autoras sugerem que as conferências livres comportem vários segmentos, incluindo os que estão privados de liberdade, ou seja, a inclusão do público juvenil de maneira geral.

Um ponto importante na obra das autoras Papa e Freitas (2011) está relacionado à questão racial que aborda o 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE) realizado na Bahia (em julho de 2007), no qual foi solicitado que as resoluções elaboradas/aprovadas fossem transformadas em Políticas Públicas de Juventude. Segundo as autoras, a partir da realização do Enjune, foi possível elaborar ações e estratégias capazes de garantir sua efetivação. Já foi considerado um avanço no campo da juventude, principalmente, a negra que tem lutado pelo reconhecimento enquanto ser humano de direitos como as demais etnias. Um dado a ser considerado é o de que, no conjunto das populações dos 267 municípios pesquisados, o risco do negro ser assassinado é 2,6 vezes maior em comparação com os brancos (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009). Contudo, não é o caso da região², pois, conforme a declaração dos entrevistados, a maioria é de cor branca (43%), o que, a título de hipótese, sugere dizer que a cor com maior índice de homicídios foi a que predomina na região. Esses fatores foram constatados por Andrade (2009), afirmando que 69,05% dos homicídios foram de pessoas declaradas como da cor branca.

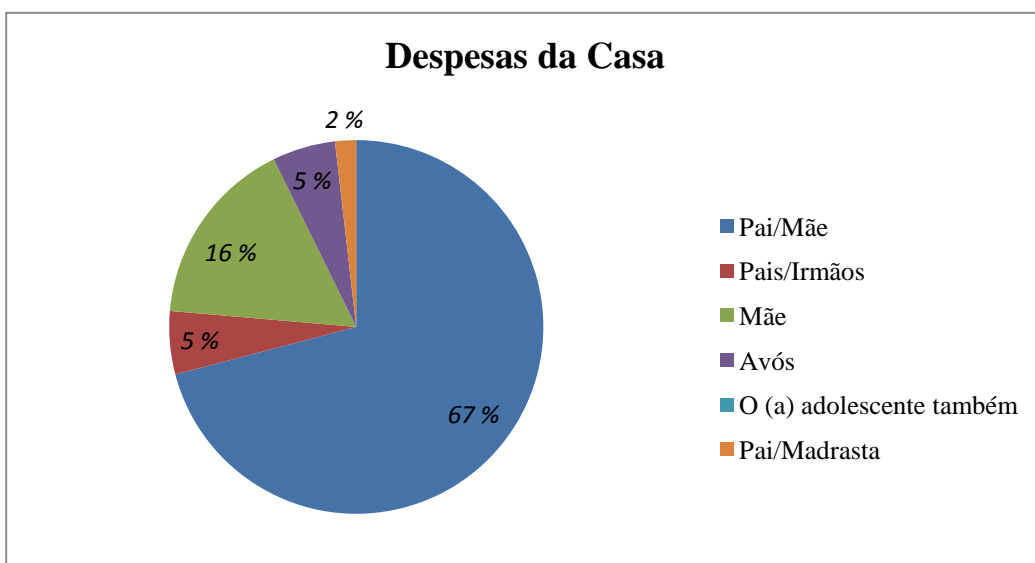
Para as autoras Papa e Freitas (2011, p. 310), basta verificar os “*Mapas da Violência*” (2010) para constatar que os (as) descendentes negros (as) continuam sendo as maiores vítimas de violência, e que isso tem raízes históricas, sendo o grupo mais vulnerável à morte por homicídio. Segundo as mesmas autoras, as taxas de vitimização são em média de 31,7 em cada 100.000 negros, enquanto que na raça branca é de 18,3 em cada 100.000 brancos. Contudo, é uma tese que não condiz com a realidade de todos os municípios do país, pois, especificamente, em relação à região em pauta, os dados apresentados por Andrade (2009, p. 59), no estudo de Mestrado que realizou, demonstram que o índice de homicídios entre as pessoas da cor negra (30,95 %) foi menos que a metade das da cor branca (69,05 %).

Gráfico 05. Com quem mora o (a) adolescente entrevistado (a).



Em relação à composição familiar dos entrevistados, percebe-se que a maioria (49%) mora com os pais. Embora os números possam indicar a existência de arranjos tradicionais das famílias, isso não é um sinônimo de estrutura familiar. Paula Gomide (2012, p. 39) ressalta que a família enfraqueceu na sociedade atual, principalmente, as das regiões periféricas. E que, além da pauperização, a família foi assolada pelo alcoolismo, tráfico de drogas, prostituição e abandono aos filhos. Elementos que, segundo a autora, desencadeiam para comportamentos antissociais de seus membros. O vínculo afetivo é um aspecto considerado importante pela autora para adaptação do adolescente ao meio social, pois, segundo a mesma, a afetividade é um dos caminhos para se obter resultados satisfatórios.

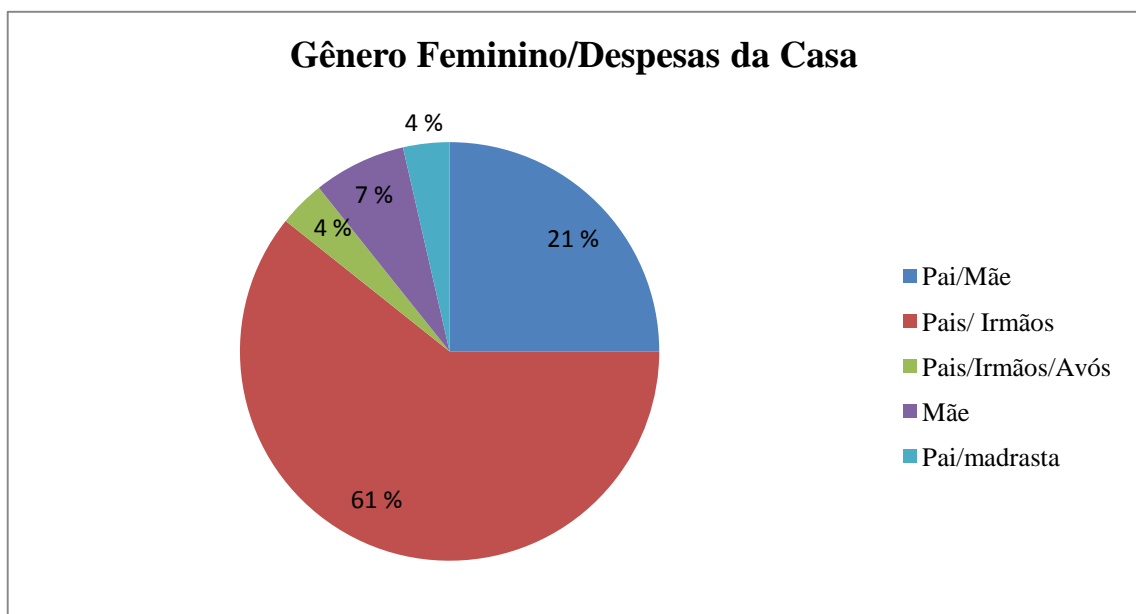
Gráfico 06. Quem mantém as despesas da casa em que o (a) adolescente reside.



No aspecto de manutenção da casa em que o(a) adolescente reside, o índice de 67% diz respeito a pai/mãe, o que sugere que os entrevistados do Porto Belo só estudam. Os que declararam ajudar nas despesas são apenas 5%, o que não significa afirmar que não estejam envolvidos com a economia informal. No estudo realizado por Augusto (2005), a autora considera importante quando o indivíduo não precisa trabalhar e é mantido (a) financeiramente pela família para continuar estudando. Porém, quando não é possível ser sustentado (a) para poder estudar, o trabalho deixa de ser uma escolha e torna-se uma questão de sobrevivência. Compromisso que, às vezes, pode distanciá-lo da preparação para uma carreira profissional promissora.

De maneira geral, pode-se dizer que a desigualdade social e as múltiplas transformações no mercado de trabalho nos últimos tempos têm repercutido na vida profissional do público jovem, principalmente, do sexo feminino. Pesquisas têm apontado para um decréscimo no número de mulheres que têm se dedicado, somente, aos afazeres domésticos, significando a inserção de um contingente maior do gênero feminino no mercado de trabalho, porém, tardio em relação ao gênero masculino (MADDEN; SABER, 2013). Na verdade, é um campo que requer a discussão da realidade do primeiro emprego e da capacitação profissional, pois, segundo Silva (2011, p. 09), não é apenas a formulação e a implementação de políticas de inserção, mas também, de programas socioculturais e a oferta de oportunidades de experiências de vida.

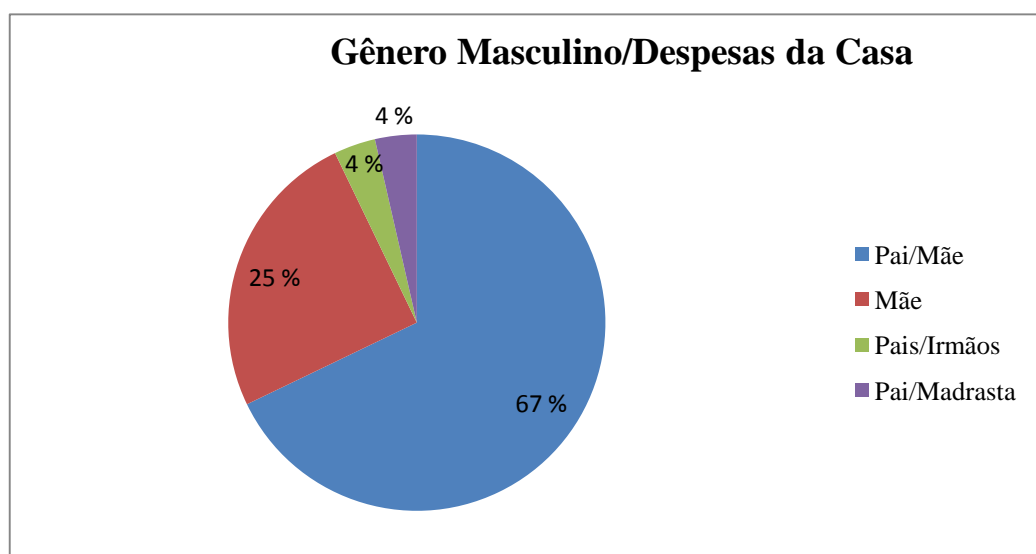
Gráfico 7. Gênero feminino em relação a quem mantém as despesas da casa em que a adolescente habita.



Quando se refere ao gênero feminino há uma parcela significativa da participação dos pais/irmãos nas despesas da casa (61 %). Isso sugere que a adolescente do gênero feminino não está necessitando contribuir com as despesas da família até o momento, fato constatado nos comentários das autoras Madden e Saber (2013). O item pai/mãe ficou bem abaixo nesse quesito (21%) que se pode afirmar como o triplo a menos. Já é um indicativo de que o declarante do gênero masculino pode estar inserido no percentual maior e ingressando no mercado de trabalho mais cedo. Neste sentido, Silva (2011) enfatiza que são necessárias políticas públicas que contribuam para a inserção ao mundo do trabalho, mas que sejam priorizadas jornadas de trabalho compatíveis com os estudos.

Inicialmente, é preciso mencionar que a situação de vulnerabilidade econômica em que vive um grande número de famílias obriga uma parcela crescente dos seus membros a conciliar os estudos com o trabalho, fazendo diminuir a proporção dos que não estudam, não trabalham e sequer procuram emprego. Entretanto, não quer dizer que não tenham vontade, talvez lhes faltem oportunidades, pois, conforme pontua Silva (2011), os indivíduos oriundos de lares rurais empobrecidos e com escolaridade baixa continuam sendo os com menores chances de inserção no mercado formal de trabalho. Por outro lado, os que conseguem, costumam ter um prejuízo no rendimento escolar causado pela dupla jornada exercida.

Gráfico 7.1. Gênero masculino em relação a quem mantém as despesas da casa em que o adolescente habita.



A maioria dos interlocutores masculinos é mantida pelos pais (67%). O que, a título de hipótese, pode-se dizer que ainda não há necessidade de trabalharem. Contudo, um dado que chama atenção é a grande parcela da mãe na manutenção das despesas (25%), ou seja, comparando os dois gráficos de gênero, as casas onde mora o gênero feminino, a participação da mãe na manutenção é de apenas 7%. Enquanto que no gênero masculino é mais que o triplo. Todavia, há possibilidade de declarações infundadas por parte dos declarantes.

Na pesquisa realizada na região Metropolitana de São Paulo, Montali (2004, p. 242) identificou padrões de inserção no mercado de trabalho marcados por posições familiares e de gênero. Detectou também o crescimento da inserção de cônjuges femininos e das chefas femininas sem cônjuge no mercado de trabalho. Bem como, o aumento de sua contribuição na composição da renda familiar, o que coincidiu com despesas das casas dos adolescentes do gênero masculino. A situação sugere que não acontece só na região 2, mas em muitos lugares do país e no Porto Belo também.

É preciso destacar que a Lei 8.069/90 proíbe o trabalho para menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. Contudo:

Deverá ser entendido o artigo 60 da Lei 8.069/90 como proibição dos menores de *16 anos* ao trabalho, por força da Emenda Constitucional nº 20, que alterou o artigo 7, XXXIII da Constituição Federal, proibindo qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, à partir dos 14 anos, pela razão de que a norma constitucional prevalece sobre as leis infra/constitucionais (BRASIL, 1990, p. 183).

Na verdade, a proibição adota a filosofia da Lei 8.069/90, objetivando a proteção integral da criança e do adolescente. Portanto, supõe-se que antes dos 14 anos de idade o adolescente receberá a instrução/educação devida, como também, o lazer que necessita para um desenvolvimento saudável. Neste sentido, percebe-se que a lei busca evitar futuros desgastes que venham prejudicar o menor.

2.3 OS ADOLESCENTES DIANTE DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Ao refletirem sobre a violência atual, alguns autores⁵² têm justificado em seus estudos, como causa do fenômeno, o aumento do desemprego e a desigualdade social que

⁵² ADORNO, Sérgio (1993); ANTUNES, Ricardo (1996); VELHO, Gilberto (1996), entre outros.

conduz à entrada no tráfico de drogas⁵³ – “*profissão de risco*” – que tem causado reações das forças de segurança pública por ser uma causa direta do aumento dos conflitos com a lei e mortalidade da população cada vez mais jovem, segundo as autoras Sales, Matos e Leal (2010, p. 118). A geração juvenil tem sido apontada como responsável pela criminalidade e pela violência urbana, sendo transformada no representante do medo e do pânico na sociedade. Com suas características próprias da fase e com a imprecisão dos atos, acaba por manifestar desequilíbrio e descontentamentos momentâneos, passando a simbolizar dilemas contemporâneos. Talvez por essa razão, alguns autores associem a adolescência à rebeldia e à violência (FEFFERMANN, 2006, p. 13).

As reflexões feitas pela doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP), Marisa Feffermann, são de que a violência praticada por alguns grupos juvenis se constitui por meio de atos inaceitáveis, de novos valores e que o fenômeno apresenta-se por várias maneiras, como necessidade de afirmação e de participação em um mundo de contradições. E ainda que:

O desejo de experimentar o novo está acompanhado por incertezas, pela avidez de conhecimentos, pelo espanto e indefinições cotidianas de uma realidade que, simultaneamente, atrai e atemoriza. A juventude catalisa as tensões sociais como também as exterioriza – é vitrine de conflitos sociais (FEFFERMANN, 2006, p. 13).

Neste sentido, é interessante estabelecer uma relação entre os apontamentos da autora e as informações obtidas numa das conversas realizadas com os sujeitos da pesquisa sobre o que é violência para eles. Alguns se mostraram tímidos, outros não quiseram falar (mesmo individualmente), uns disseram que falaria depois, entre outros casos. A observação feita foi de que quando estão em grupos não querem falar sobre o assunto ou são de poucas palavras. Acredito que deve ser o medo de ser delatado por alguém presente, por isso, se recusam ou se limitam nas palavras que expressam. Ao ouvirem a palavra *VIOLÊNCIA* é imediata a expressão: “*Vixe*”! A interpretação do termo pode ter infinitas definições que ficaram em aberto nesse momento. Na sequência, serão descritas as opiniões dos

⁵³ Na década e 1970, o tráfico de drogas expande-se e se transforma em indústria (...). No final do século 20, traficantes e usuários tornam-se os grandes párias, pois em suas figuras se somam a decadência moral e o desregramento de conduta. Ilegal e clandestina, a droga passa a ser fonte de disputa e de enormes lucros (FEFFERMANN, 2006, p. 24).

adolescentes⁵⁴ ouvidos quando chegavam ao colégio para o início da aula no turno da manhã – dia 30 de maio de 2014.

Ao ser questionado o que é violência para eles, o primeiro declarante respondeu que é um “*bagulho louco*”. **PESQUISADORA: O que é bagulho louco? O que significa?** E ele declarou: “*Ah, é o maior problema. É coisa feia. Depois eu te explico melhor (Adolescente A)*”. Outros falaram que é roubar, matar, se prostituir, *bullying*, violência contra os adolescentes, é agredir alguém, traficar, bater no(a) outro(a) na frente do colégio, etc. Alguns disseram que a violência verbal predomina entre eles no colégio, mais do que a física. Um adolescente disse o seguinte:

Nós brigamos, às vezes, por qualquer razão, porque outro encostou ou provocou. Assim vai tirando nossa paciência. Nem sempre queremos conversar. Já é um motivo para brigar. Por isso, tem muita confusão na saída da aula (Adolescente B).

No decorrer da conversa, uma declarante respondeu que no Porto Belo acontece muita coisa, mas na rua em que ela mora não tem com frequência. Porém, não quis relatar os acontecimentos. Percebe-se na fala dos entrevistados que, muitas vezes, agem por impulso, ou seja, cometem atos impensados. Por outro lado, há quem sofra violência e não revide:

Já fui agredida dentro do colégio, mas não reagi porque estaria sendo violenta também. Preferi ficar quieta e relevar. Assim é melhor. Estou evitando que coisas piores aconteçam depois. Pois quem gosta de brigar, às vezes, espera no caminho pra casa para bater na pessoa (Adolescente C).

Considerando o exposto, optou-se por descrever a problemática *contra, da e na* escola segundo a concepção da professora e pesquisadora Elis Maria Teixeira Palma Priotto (2011), que considera a violência um fenômeno que se caracteriza por várias manifestações no seu cotidiano. Para a autora, a violência representa práticas usuais no ambiente “*por e entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, (ex) alunos, pessoas da comunidade e estranhos*” (p. 96). As ações acontecem de diferentes maneiras, que vão desde a agressão física/verbal às drogas – uso, oferta, venda e distribuição de álcool, maconha, tabaco e outros. São episódios que ocorrem no espaço interno (salas, corredores, pátio, etc), no portão de

⁵⁴ Os adolescentes serão identificados por: A, B, C, D... Etc.

entrada e/ou na via pública. Em relação aos tipos de violência na escola, Priotto (2011) pontua o seguinte:

A violência *contra* a escola é representada como atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo e furtos do patrimônio como paredes, cadeiras, carteiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares; em relação à violência *da* escola, mostra-se todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam os seus membros como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, o conteúdo alheio aos interesses dos alunos e do mercado de trabalho, os preconceitos (racismo). A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar - abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores (...); a violência *na* escola, em alguns casos, deve ser analisada como a violência *da* escola: o aluno agredir o professor ou usar forças ou não contra o professor, o diretor ou funcionário. Caracteriza-se numa violência gerada através da maneira como a instituição e seus agentes tratam em virtude de regras e normas estabelecidas (pp. 96-97).

Assim, para melhor representar a violência entre os adolescentes no colégio pesquisado, elaborei algumas tabelas a partir das respostas obtidas (nos questionários) com os interlocutores. As questões estão relacionadas à violência na instituição e/ou na região, bem como a atividades recreativas de ocupação/diversão.

Tabela 05. Envolvimento dos adolescentes em brigas (questão 11).

Variáveis	Categorias	Sim (%)	Não (%)
No interior do colégio	Masculino/Feminino	15	85
No bairro	Masculino	21	79
	Feminino	25	75

* Considerando que houve três omissões em relação ao colégio ou ao bairro.

Se, por um lado, a escola é um local de socialização e de aquisição de conhecimento, por outro, é também um lugar onde ocorrem múltiplos conflitos. Segundo Baquero (2008, p. 201), é comum no dia a dia da escola haver brigas entre os alunos que os educadores acreditam ser reflexo da violência social. O “ouvir” e o “deixar falar” pode ser um caminho

para os educadores descobrirem uma solução para os conflitos e atos de violência no ambiente interno da escola. Neste sentido, Priotto (2011) salienta que existem alguns trabalhos que referem à origem da violência escolar na família. Independente da origem, o índice de envolvimento dos entrevistados, em brigas dentro do colégio não pode ser considerado alto (15%), contudo, existe a possibilidade dos declarantes não assumirem que cometam violência física. Desse modo, o índice pode ser maior no colégio pesquisado. Porém, foi constatada nos registros das atas, a predominância de agressão verbal entre os alunos e destes para com os professores. Desrespeito do professor para com o aluno aparece em apenas um registro.

Por outro lado, o envolvimento de adolescentes do gênero feminino (25%) em brigas, é maior em relação aos do gênero masculino (21%). Parece que, no momento, a configuração é oposta a de décadas anteriores, nas quais os homens brigavam mais e as mulheres eram mais pacíficas. Porém, a situação sugere uma busca de equidade até mesmo no quesito violência. Neste sentido, dialogando-se com alguns entrevistados, declararam que as brigas, entre os do gênero masculino, são em decorrência do machismo, isto é, não ser apelidado pelos demais de: medroso, banana, maricas, assim por diante. Já as do gênero feminino, relataram que brigam por causa de xingamentos (*biscate*⁵⁵, por exemplo) e/ou quando sabem que a outra está interessada no namorado delas. Então:

A gente nem perde tempo conversando. Sempre tem nossas amigas fieis que se oferecem pra ajudar e damos um susto na “*biscate*” na saída da aula ou no caminho pra casa. Assim, ela não se mete mais com quem não deve e não lhe pertence. A gente não bate pra machucar. É só pra ficar com medo de nós (Adolescente D).

Mais do que isso, segundo as autoras Westphal e Bydlowski (2010, p. 229), a violência reproduzida na escola pode ser um reflexo da violência vivida em casa, na família: maus tratos, negligência, abandono, abuso sexual, dessa forma a vitimização interfere no ambiente escolar e na socialização dos seus integrantes. Fator que requer uma atenção cuidadosa. Entretanto, ressalta-se que a maioria dos declarantes relatou não ter se envolvido em brigas no bairro e afirmam que algumas situações com vítimas fatais, quando acontecem, estão relacionadas a outros fatores (drogas/contrabando) sugerindo que há existência da violência que causa a execução física – morte. Dos casos de homicídios na cidade de Foz do Iguaçu, revelados por Andrade (2009, p. 59), 94,65%, foram do gênero masculino. O mesmo

⁵⁵ Na linguagem das adolescentes significa mulher que fica com qualquer um que aparece.

pode ser observado nas pesquisas do Mapa da Violência (2013, p. 74), no qual a vitimização homicida feminina no Brasil só representa, aproximadamente, 8% do total de homicídios em relação à masculina, que é frequente.

Tabela 06. Adolescentes que tiveram amigos assassinados na região do Porto Belo (56 entrevistados).

Sim	Não
40 %	60 %

* Houve uma omissão nesse item.

Diante do que já foi explicitado e obtido, a título de informações, é possível perceber que os adolescentes ouvidos do Porto Belo estão inseridos num contexto social onde é comum, tanto em casa, quanto na rua,⁵⁶ presenciar cenas de violência física no seu cotidiano. O que sugere ser possível que tenham se omitido a responder algumas questões por razões pessoais, por terem pessoas na família envolvidas com o ilícito ou terem parentes próximos assassinados. As razões são inúmeras, pois numa região onde a maioria relata que tem tiroteio e mortes, enquanto outros dizem que nunca viram nada, é, no mínimo, estranho. É preciso destacar que a violência física quando atribuída ao *'marginal'* é a que elimina, às vezes, pessoas inocentes.

É interessante confrontar os relatos dos declarantes adolescentes com as ideias de pesquisadores que têm emitido opiniões e publicações a respeito da associação entre a violência e o tráfico de drogas. A estrutura do tráfico é que gera a violência (FEFFERMANN, 2006). Neste aspecto, muitas são as denominações utilizadas para abordar o assunto: trabalho sujo social, limpeza social e extermínio. O termo *"trabalho sujo"*, nesse contexto, se refere à eliminação/extermínio de pessoas indesejadas, que atrapalham os negócios, que sabem demais ou que têm dívidas, entre muitas razões. Assim:

O Porto Belo nunca será tranquilo, pois o tráfico de drogas não acabará. E quando uma pessoa está envolvida com o crime, tanto faz matar ou morrer. Já entra sabendo que viverá pouco. É respeitado (a) pelos outros e se não respeitarem, morrem (Adolescente E).

⁵⁶ Sugestão de leitura: MATTA, Roberto Da. O que faz o Brasil, Brasil? Cap. I, II e III. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986, pp.10-47.

Por outro lado, o trabalho sujo social está associado às pessoas que estão incumbidas de cumprir a lei (que é corrupta e cruel), ou seja, retirar de circulação as pessoas que perturbam a ordem social e/ou cometem delitos (SALES; MARTINS; LEAL, 2010, p. 113). Há possibilidade de que, para alguns interlocutores adolescentes, o fenômeno violência seja familiar, sendo comum conviver com tiroteios e mortes e, para outros, cause estranhamento, mesmo estando inseridos num mesmo espaço social. Como também, pode-se deduzir que adotaram a “*lei do silêncio*”⁵⁷, como é comum nas reportagens de assassinatos nas quais, geralmente, existem várias testemunhas no local, mas ninguém quer se pronunciar.

Tabela 07. A opinião da cor/raça em relação à existência da violência no Porto Belo (56 declarantes).

Cor/Raça	Negra	Branca	Parda	Indígena
Sim	42,85 %	56,52 %	61,9 %	00%
Não	57,15 %	43,48 %	38,1 %	100 %

* Houve uma omissão por parte de um entrevistado. A porcentagem foi calculada por cor/raça.

Como pode ser observada, na tabela, a cor⁵⁸ parda foi a que mais considerou a existência de violência na região em estudo (61,9 %), seguida da cor branca (56,52%). A cor negra tem sido apontada pela literatura científica como sendo a com mais chances de mortes. Porém, são dados que não prevalecem em todas as situações estudadas. Neste sentido, o pesquisador percebe é que, aos poucos, a construção do objeto de estudo vem sendo lapidada, pois não se constrói de maneira imediata, mas com um trabalho minucioso, com retoques/recortes sucessivos, com toda uma série de correções, ajustes e emendas sugeridas por um conjunto de princípios básicos que orientam as opções, ao mesmo tempo, mínimas e

⁵⁷A grande lei, não escrita, mas falada de boca em boca pelos diferentes códigos e sinais, essa tem de ser respeitada e é constantemente lembrada e explicada. Trata-se de regras estabelecidas e aceitas por aqueles pertencentes a essa coletividade, como das sanções estabelecidas, por intermédio das diferentes interações cotidianas, naquele espaço e tempo, que condicionam as normas de condutas (BAIERL, 2004, p. 140).

⁵⁸ É preciso cautela na interpretação destes resultados, na medida em que a cor nas certidões de homicídio é atribuída por um funcionário público, enquanto que a cor na população, isto é, no Censo, é fruto da autocategorização. Em outras palavras, não há garantia de que ambas as fontes classifiquem a cor exatamente da mesma forma, sobretudo quando pesquisas mostraram que a autocategorização racial de uma pessoa pode mudar com o tempo (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009, p. 36).

decisivas. Portanto, construir um objeto científico é, sobretudo, “*romper com o senso comum (...). O pré-construído está em toda parte*” como pontua Bourdieu (2001, p. 34).

Para melhor aprofundamento da temática proposta, no terceiro capítulo dar-se-á a continuidade com as respostas descritas pelos entrevistados alunos/professores/ funcionários na pesquisa de campo sobre a violência *na, da e contra* a escola (PRIOTTO, 2011), na perspectiva de obter-se uma análise da materialização dos fatos no contexto estudado, bem como, a descrição de alguns referenciais teóricos sobre a adolescência, a educação, o trabalho, as políticas públicas de maneira mais ampla e os conflitos de gerações.

CAPÍTULO III

3 VIOLÊNCIA ESCOLAR: A VIOLÊNCIA NA, DA E CONTRA A ESCOLA

Para melhor descrever a violência entre os adolescentes no contexto escolar estudado, no esforço de buscar entendimento sobre o assunto em pauta, optou-se pela apresentação e problematização das respostas dos interlocutores (adolescentes/professores/funcionários), como também dos registros das atas da instituição, bem como das entrevistas abertas com os adolescentes, concomitantemente, fundamentados com os autores apresentados, em específico, as considerações elencadas sobre a violência escolar por Priotto (2011) e pelas autoras Westphal e Bydlowski (2010).

O termo violência⁵⁹ vem do latim: “*violentia = ato de violentar, constrangimento físico ou moral, ao qual se pode acrescentar a coação ou coerção psicológica*” (LEVISKY, 2000, p. 27). Na descrição do escritor, a sociedade brasileira tem vivido um tipo de violência passiva, fruto da repressão, da submissão e da castração, com origem nas épocas coloniais, caracterizada pela mentalidade escravocrata coronelista. Ainda segundo o autor, atualmente, percebe-se maior conscientização no sentido de reagir aos direitos e deveres enquanto cidadãos. É como se fossem brotos exercendo o aprendizado cívico nas manifestações de vontade política.

Voltando um pouco na história, destaca-se que, na Revolução Industrial, existe a versão de que as crianças trabalhavam 16 horas diárias nas fábricas, sofrendo explorações e que também costumavam ser presas às correntes para que não fugissem. Talvez tenha fundamento, pois, segundo relato de Almeida (2010), “*os trabalhos sociais na defesa da criança se iniciaram após a primeira fase da Revolução Industrial*” (p. 37). Segundo a autora, na medida em que os índices de crescimento demográfico sofreram uma queda acentuada, foi percebida a importância da criança como capaz de garantir o equilíbrio da população e da mão de obra futura. Portanto, a situação sugere que existia, mesmo que remota, uma preocupação com as futuras gerações.

⁵⁹ A violência descrita por Sales (2006, p. 48) é a “manifestação do poder, expressão de como as relações sociais estão organizadas, de como o capitalismo se engendrou e se perpetua no país. É exploração, opressão e dominação, mas não é somente força produzida pelas elites, como um dos mecanismos que sustentam e fazem a política e a economia, não constitui seu patrimônio exclusivo (...). A autora entende pela cultura da violência como uma “sociabilidade que valoriza o recurso histórico e atual do emprego da violência para a solução de conflitos”.

Mais adiante, no século XIX, surgiu preocupação mais consistente com o público infantil como possuidor de valores, sentimentos, desejos próprios da idade e, com isso, passou a ser considerado sujeito de investimento afetivo, econômico, educativo, existencial, coincidentemente com o surgimento das ciências Psicologia, Psicanálise e Pediatria. Já no século XX, o (re)surgimento da violência doméstica descreveu a síndrome de crianças com hematomas associados às várias fraturas de ossos longos, de origem traumática. Até a década de 1960, estimava-se que a violência contra menores era um fator de raridade, isso porque a disciplina física não era mais permitida. Em parte, existia a crença de que as famílias eram muito comprometidas com a educação das crianças. Embora:

Freud já tinha abordado o assunto, em 1919, com a publicação da obra *Síndrome da Criança Espancada*, de Kempe e colaboradores, em 1962, em Chicago, que o maltrato à infância começou a ser aceito como objeto de investigação, passando a chamar a atenção dos profissionais da saúde e do público, em geral, para a necessidade de proteção à criança (ALMEIDA, 2010, p. 40).

Fazendo referência específica à legislação elaborada para esse público, é preciso lembrar que, no Brasil, houve a criação do Juízo de Menores (1923) e do Primeiro Código de Menores (1927), nos quais o ser criança não era reconhecido como um sujeito em desenvolvimento. Conforme enfatiza Almeida (2010, p. 39), a criança era simplesmente um objeto que o adulto deveria orientar sem que sua condição de ser humano, dotado de direitos e deveres, fosse assegurada legalmente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (em 1948) reafirma o direito a cuidados e assistência especiais para os menores na sociedade. Neste mesmo ano, a Declaração de Genebra se constituiu na base para a Declaração dos Direitos da Criança, pautada pela Assembleia Geral da ONU (em 1959).

Neste sentido, a evolução das ciências, de maneira ampla, influenciou o surgimento de legislações protetivas no Brasil, com a introdução de vários artigos na Constituição Federal (Art.: 226, 227, 277, 278 e outros). Deste modo, Almeida (2010, p. 39) pontua que o aperfeiçoamento das legislações veio a ser ratificado e complementado na Convenção dos Direitos da Criança (de 1989). O Brasil passou a garantir os princípios da cidadania infanto-juvenil, na sua Constituição (de 1988) que, segundo o mesmo autor, foi “*firmando a Convenção dos Direitos da Criança com a legislação específica do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (de 1990), Lei Federal nº. 8.069*” (ALMEIDA, 2010, p. 40). Dessa

maneira, este público passou a ser sujeito de direitos e de defesa pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Tutelares.

Dentro do contexto social, a sociedade contemporânea propõe uma vida plena, o consumo e a igualdade para todos! Na verdade, diferencia e hierarquiza sob os mesmos critérios de consumo e a realidade mostra que não há lugares para todos nessa sociedade consumista. O público jovem enfrenta, de forma específica, essa realidade “*sem lugares*” para todos, na medida em que é exposto a uma série de vulnerabilidades e ao não cumprimento dos seus direitos, que se estendem desde o direito à educação, ao trabalho e à saúde, até a uma vida digna. Nessa concepção, para Sposito (2007) “*os conceitos utilizados como ‘situação de risco’ e ‘vulnerabilidade social’, dão ideia de ocupação de tempo e acabam por reforçar uma representação do jovem como ‘problema’ e ‘risco social’*” (p. 52). Para a autora, seria interessante a inclusão do adolescente na elaboração dos projetos que lhe dizem respeito, ou seja, considerar a diversidade existente no público juvenil.

De maneira geral, é importante ressaltar que, apenas a partir de 2004, se dá início, no Brasil, a discussão entre governo e movimentos sociais, sobre o desenvolvimento de uma política que identificasse as situações de vulnerabilidade e oferecesse oportunidades diversas de inserção social, focalizando a integração de várias esferas sociais. O desafio era “*como*” agir e atuar no caso da violência e da promoção da segurança pública, já que o menor era cada vez mais notícia na mídia em atuações de violência. Neste sentido, Priotto (2011) sugere a união entre a segurança, a saúde e a educação para a criação de programas de atendimento aos alunos, cada um nas suas especificidades, considerando a diversidade local e incluindo os responsáveis e a comunidade escolar.

Em específico ao contexto escolar, as reflexões elaboradas por Priotto (2011) sobre a violência escolar⁶⁰, consistem em diversas manifestações entre os membros que compõem o contexto:

A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar – abuso de poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autor por parte dos professores, diretores e supervisão, como avaliação, atribuição de notas, entrega de boletins, marginalização, desvalorização da profissão de professor, sua insatisfação, indiferença, absentismo dos alunos, despreparo do profissional (reflexo do medo), falta de estímulos e interação entre educação continuada, discriminações diárias

⁶⁰ No que se refere à violência escolar, Priotto (2011, p. 112) a define como “*todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio público, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por e entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar*”.

onde se destacam como situação que não envolva força, mas se caracteriza por ações de força (PRIOTTO, 2011, p. 97).

A mesma autora salienta que há um desnorteamento no que se refere aos termos violência e indisciplina, pois, em algumas situações, são usados como sinônimos no ambiente escolar. Segundo a autora, a indisciplina é um dos desafios enfrentados pela escola na atualidade. Contudo, reforça-se que não é interesse do presente trabalho abordar a discussão da indisciplina, e, para tanto, sugere-se alguns autores⁶¹ da temática, abordados na pesquisa realizada por Priotto (2011).

Em linhas gerais, a indisciplina pode ser caracterizada como sendo a quebra de regras ou, até mesmo, a ausência delas. No ambiente pesquisado, observou-se: o não cumprimento do horário de entrada do turno da manhã – 7h 30min – para a primeira aula, em média, os alunos atrasam de 15 a 20 minutos; resistência em usar o uniforme escolar; ausentar-se da instituição sem autorização (direção ou supervisão); não respeitar as normas do colégio, entre outros. Entretanto, a diferença entre os termos está em que a indisciplina prejudica, de maneira geral, o funcionamento do processo educacional e não diretamente o indivíduo. Já a violência praticada, para e com o outro, pode causar danos e/ou sofrimento ao próximo ou a algo que lhe pertence. Na verdade, ambas merecem atenção de todos os envolvidos no processo educativo, porém, a violência um pouco mais, por trazer consequências (física e emocional) ao desenvolvimento do sujeito (PRIOTTO, 2011).

É nesse contexto conflituoso que se encontra o adolescente saindo do luto (sentimento de perda) da infância, vivendo uma fase especial e específica de mudanças comportamentais e psíquicas, de novas descobertas, de muitas dúvidas e almejando uma liberdade que não conhece. Em relação a este aspecto, Levisky (2000, p. 50) aborda as ideias do trabalho realizado por Arminda Aberastury (1992) sobre o enfrentamento da violência e acrescenta que a sociedade na qual vivemos está num estado de violência e de destruição, onde os cidadãos não têm garantias suficientes de sobrevivência. Segundo o autor, desde Platão até os dias atuais, se escreve muito e pouco se faz. E que é preciso lembrar as antigas observações dos *“planos para ‘orientar’, ‘educar’, ‘proteger’, (...) aos adolescentes”*.

⁶¹ CAMACHO, Luiza M. Y. As Sutilezas das Fases da Violência nas Práticas de Adolescentes. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27. N 1, p. 123-140, jan/jun. 2001; CALDEIRA, Suzana Nunes. Contribuições da Psicologia para o Estudo da Indisciplina na Sala de Aula. Estudos da Psicologia, Campinas, v. 18, n 1, p. 76-96, jan/abril, 2001; MARTINS, Eni de Fátima. Violência na Escola: concepção e atuação de professores. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo, 2005.

Em relação aos conflitos entre os adolescentes, no ambiente pesquisado, existem alguns registros nos livros Atas que, de certa maneira, são mais utilizados como punição do que como orientação. Contudo, merecem ser discutidos no sentido de demonstrar a amplitude e a complexidade dos episódios ocorridos na instituição escolar. No colégio, existem três diferentes tipos de livros de registros (cada um específico para a situação): um é para os registros mais graves quando a Patrulha Escolar é acionada pela equipe pedagógica ou pela direção; o outro é para situações diversas que acontecem em cada turno; e, o terceiro é específico por turma, no qual constam anotações individuais de cada aluno (atrasos, rendimento escolar e indisciplina, entre outros). Em ambos, encontra-se a violência *na, da e contra* a escola.

Na tabela 8, constam os registros mais frequentes encontrados nos documentos analisados (dos três turnos) na instituição escolar no ano de 2013 e início de 2014.

Tabela 08. Registros dos livros-ata do colégio.

Descrição dos atos:	Quantidade:
Desacato ou agressão verbal do aluno para com o professor	31
Agressões físicas e verbais entre alunos (as)	29
Danos ao patrimônio público causado por alunos	15
Desacato e ameaça à pedagoga ou direção	09

Percebe-se, na tabela, que as agressões envolvendo os alunos predominam e as razões apontadas pelos entrevistados adultos para esse comportamento são as mais diversas da violência *na* escola. Todos os adultos entrevistados afirmaram ter presenciado algum tipo de agressão (física ou verbal) entre alunos e/ou envolvendo aluno/professor no ambiente interno do colégio. As razões atribuídas pelos professores/funcionários para os fatos são de que a ausência de acompanhamento da família e a desestrutura desta facilita esse tipo de atitude, e que, às vezes, existe violência dentro de casa⁶² e o aluno acha que pode fazer o mesmo no ambiente escolar, conduta que desencadeia a falta de limites e de respeito para com os demais; outro relatou que o estresse do professor na escola gera um descontrole de ambas as partes; um (a) mencionou as ameaças que o professor recebe; como também, o fato de o aluno estar sob efeito de entorpecente na escola; e, por fim, a rivalidade entre alunos por futilidades.

⁶² Um dos interlocutores relatou que a violência está também dentro de casa, na família e não só na rua.

Na verdade, o assunto violência no ambiente escolar deve ser abordado em várias disciplinas (português, história, sociologia, filosofia e ensino religioso⁶³, entre outras), partindo da ideia de que é necessário um processo coletivo de todos os envolvidos na educação. Dessa forma, todos se sentirão responsáveis por criarem um ambiente saudável e seguro para o desenvolvimento da aprendizagem e ainda que:

a violência está no cotidiano da escola e, nesta concepção, para trabalhar com o problema diário, tem que ter práticas pedagógicas, educativa como aprendizagem e reflexão por parte dos alunos, professores, direção, familiares e demais membros da comunidade escolar, todos com um mesmo objetivo de construir uma visão crítica sobre o assunto, para então propor alternativas concretas para superá-las (PRIOTTO, 2011, p. 152).

Em relação à violência *contra* a escola, há o outro lado dessa violência que é o desvio de verbas públicas, abandono dos prédios públicos e péssima remuneração dos profissionais da educação, entre outros. Prédios pobres, sujos, degradados, onde ninguém quer estar – nem aluno, nem professor – por isso, o aluno que não tem estímulo se evade, seja desistindo, seja pulando o muro e indo embora mais cedo. Uma das precauções adotada pelo colégio foi aumentar o muro (mais 1 metro) após um ex-aluno pular e adentrar para matar outro que estava em sala de aula. E também o atentado em junho de 2012 contra a instituição, como represália pela apreensão de uma moto, no portão de entrada, que perturbava o andamento das atividades escolares.

Entretanto, considerando toda a estrutura física do colégio, de maneira geral, na coletânea elaborada pelas autoras Westphal e Bydlowski (2010, p. 226), consta que a sensação é de desânimo e de que o esforço não vale a pena. A definição é de que a escola, atualmente, representa um lugar de reprodução de miséria. Contudo, a escola pode reverter a situação aproximando, criando saber, conhecimento, e abrindo a instituição para a comunidade, assim criará aproximação estabelecendo relações mais próximas.

No contexto escolar pesquisado, existem câmeras na parte administrativa, no refeitório e nos corredores das salas. Um dos problemas enfrentados pela direção do colégio é o desafio de conseguir manter a estrutura física em condições adequadas de uso, pois o vandalismo contra o patrimônio público (tabela 8) é considerado alto. Todo início de ano letivo são realizados reparos e, em pouco tempo (um bimestre), já se percebe carteiras e

⁶³ Consta na matriz curricular do colégio o oferecimento de Ensino Religioso para os 6º e 7º anos do ensino fundamental, seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.

paredes riscadas, portas e fechaduras arrancadas, ventiladores e vidros quebrados, entre outros danos.

Todo início de ano letivo, é realizado um trabalho de conscientização com todos sobre a conservação da instituição, contudo, é difícil fazê-los cumprir. A alternativa encontrada pelo colégio para não arcar com as despesas, foi regimentar, e quem danificar, o (a) responsável será chamado (a) e pagará pelo dano. Segundo o diretor, para o ano letivo de 2014, saiu a verba destinada para a reforma da instituição com a qual foram realizados reparos nos banheiros, pintura externa e adequação (rampas) para acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.

De maneira geral, as situações mais difíceis enfrentadas na instituição, caracterizadas como violência *na* escola, acontecem no turno da noite, pois são alunos com idade mais avançada (17 a 38 anos) do que os que estudam no período diurno. Apenas 10% dos alunos estão acima dos 25 anos. Vale ressaltar que os estudantes das primeiras séries do ensino médio são os que mais se evadem⁶⁴ (1ª série 31,91 %; e, a 2ª série, 39,13 % no ano de 2013). Segundo informações obtidas na instituição, alguns não comparecem para estudar, e sim, para passear dentro do ambiente e vender/repassar cigarro, bebida alcoólica e/ou entorpecentes. Há um registro de que foi encontrado com um desses alunos, 120 gramas de maconha no interior da unidade escolar⁶⁵.

Quanto ao patrimônio público, os registros mais sérios são de bomba caseira, destruição de carteiras e de extintores. Por outro lado, as ameaças registradas de alunos para com os professores e direção podem ser consideradas graves. Nos livros-ata encontrou-se o seguinte conteúdo: “aqui dentro você manda, lá fora somos nós; a partir de amanhã sua vida será um inferno”. Essa ameaça corresponde ao registro de alunos que fotografaram o carro dos professores/direção no pátio; além deste, tem ainda a seguinte expressão: “cuidado por onde anda”; e outros xingamentos à pedagoga.

Outro aspecto pontuado por Priotto (2011) no quesito da violência *na* escola é o *bullying*⁶⁶ que se sobressai em relação à agressão física. No contexto pesquisado, existem

⁶⁴ Na pesquisa realizada por Priotto (2011), observa-se que a escola não é estimulante e nem atrativa, como também, que a educação não propicia garantias de um futuro melhor no sentido de melhoria de vida.

⁶⁵ Segundo a Lei nº 9.294 (15/07/1996) - Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público. § 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde, as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema. Mais informações sobre a lei no site: [http:// www.planalto.gov](http://www.planalto.gov).

⁶⁶ *Bullying* é originada da palavra inglesa *bully* que na forma de verbo indica a ação de ameaçar, intimidar. PRIOTTO (2011, p. 94).

situações de transferência do aluno para outra escola por medo e/ou porque recebeu ameaça e recusa-se a ir à escola. O que, a título de hipótese, quando não ocorre a transferência, há o abandono dos estudos. Conforme a mesma autora, *“atitudes como ofender, ignorar, excluir, ferir e humilhar, sempre foram encontradas nas escolas públicas ou particulares”* (p. 93). Ainda segundo a autora, o *bullying* é mais sério porque colabora para que a *“vítima”* isole-se, sinta-se insegura, e até mesmo, discriminada, o que, em alguns casos, contribui para a evasão escolar⁶⁷. Neste aspecto, existe muita reclamação por parte dos professores sobre a falta de respeito, dos alunos, para com eles.

Na concepção de Priotto (2011, p. 96), a violência *da* escola é uma reversão do que foi descrito, anteriormente, pois as práticas educativas adotadas pelo processo educativo são as que prejudicam os membros que a frequentam. Nos registros consultados, encontraram-se anotações referentes aos alunos de ambos os gêneros como: remanejado (a) de horário; fraco (a); desinteressado (a); apático (a); com baixo rendimento; não faz atividades, entre outros.

Esses elementos podem colaborar para o elevado índice de evasão no período noturno, quando somados às práticas laborais desses jovens, pois, segundo informações obtidas no local, muitos deles trabalham com mercadorias oriundas do Paraguai e não existe dia certo para estarem na ativa, pois a facilitação da passagem do país vizinho para o Brasil, pelo rio Paraná, depende do rigor da fiscalização dos órgãos repressores ao contrabando na região de fronteira, por isso, se ausentam mais cedo da aula, faltam muito, ficando difícil conciliar estudo/trabalho, acontecendo o desânimo e a desistência.

Um ponto que merece destaque na análise das entrevistas dos interlocutores adultos, refere-se ao tráfico de drogas na região. Para eles, a formação de gangues relacionadas ao tráfico, a convivência com a violência, a disputa de poder no esquema do tráfico e do contrabando, a rivalidade (Porto Belo/Califórnia), a facilidade de acesso às drogas ilegais e as situações mal resolvidas fora do contexto escolar são elementos desencadeadores dos conflitos envolvendo adolescentes no ambiente escolar. Relacionado a esse aspecto, ressalta-se, no momento, o artigo: *Do Dinheiro e dos Homens no Tráfico de Drogas*, da socióloga e antropóloga urbana Alba Maria Zaluar (2010). Nele é comentado que o tráfico de drogas ilegais, mesmo tendo sido instituído como crime, *“tornou-se uma atividade econômica transacional com conexões nos negócios legais e formais”* (p. 162). Segundo a autora, num

⁶⁷ Os dados obtidos são de 2012 onde a taxa de evasão foi 24,3 % no Brasil. O relatório do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – entre os jovens mais pobres, menos de um terço conclui o ensino médio no Brasil (<https://www.brasil.gov.br>). No Paraná, em específico, na região Oeste a evasão atinge um em cada 17 alunos. Conforme dados do IBGE (Censo 2010), em Foz do Iguacu foi de 5,63 % (<http://www.oparana.com.br>) A evasão do ensino médio (noturno) no colégio pesquisado, em 2013, foi de 30,58 %. Muito acima dos demais índices apresentados.

país como o Brasil, as expressões corriqueiras “*faz dinheiro fácil*” e “*tirar vantagem em tudo*”, são adequadas à nova fase do capitalismo globalizado. Isto é, a sociedade brasileira passou a carecer de valores morais que, de certa maneira, colaboram para a superação de novos desafios. Assim:

como atividade ilegal⁶⁸ e invisível, que favorece a disseminação de tais práticas, o comércio de drogas faz parte do novo ambiente social, econômico e cultural. Foi, portanto, o próprio capitalismo na era da globalização que favoreceu, estimulou e criou uma nova cultura que afeta desde os empreendedores econômicos de vários níveis até os mais reles consumidor dos muitos bens ofertados, legais ou ilegais, com as facilidades da rapidez das conexões internacionais (WESTPHAL; BYDLOWSKI, 2010, p. 163).

As reflexões elaboradas por Alba Maria Zaluar (2010) são de que existe muita polêmica na literatura sobre o tráfico de drogas nos países onde este se estabeleceu. Há quem afirme que é um empreendimento capitalista, já que envolve capital, trabalho e mercados, sendo um dos maiores setores econômicos do mundo. Por outro lado, tem efeitos perversos nos setores político/cultural porque, em alguns setores, desencadeou o aumento da violência, pois, para manterem-se no poder das redes de conexões transacionais, “*eles fomentam práticas violentas pelo controle do comércio e as posições do poder: intimidam, ameaçam, agredem, assassinam, entre outras atitudes*” (2010, p. 167). Retornando às respostas dos adolescentes, o tráfico de drogas aparece como um dos indicadores da violência na região pesquisada (tabela 2) em 62,06% das respostas; e, o acerto de dívidas, em decorrência do mesmo, em 68,96% na opinião dos entrevistados.

Ainda sobre o mesmo assunto, os adolescentes ouvidos acreditam na possibilidade de terem uma vida tranquila no Porto Belo desde que não haja envolvimento com as drogas, com pessoas erradas e mal-intencionadas, mantendo-se longe das brigas e dos traficantes, bem como, não ter dívidas com eles, e, ainda, saber bem o que falar e para quem falar. Em relação à fala, o chinês, professor emérito da Universidade de Wisconsin (Madison) Yi-fu Tuan (2005), pontua que, das fronteiras do corpo, a boca é a mais perigosa. Para o autor, a vulnerabilidade da boca é algo que precisa ser vigiada e que “*estabelecer fronteiras e proteger as aberturas, mesmo assim, não é garantia absoluta de segurança*” (p. 329).

⁶⁸ O termo ilícito é definido pelo que não está em conformidade com a lei vigente no país, ou seja, proibido por lei. Assim é entendido pela lei como ações ilícito/ilegais. Dentro dessa configuração na região da tríplice fronteira, Cardin (2011, p. 106) pontua, na sua pesquisa, a opinião dos interlocutores (laranjas e sacoleiros) a respeito do trabalho desenvolvido pelos mesmos na região. Uns consideram que o trabalho é moral e justo, pois não estão roubando e sim buscando o sustento da família. Porém, existem os que discordam e consideram o trabalho incorreto, mas que os políticos e as pessoas que atuam na fiscalização são “*uma cambada de corruptos*”.

Segundo o autor, ao mesmo tempo em que o ser humano procura segurança, é curioso. E quando se sente seguro, pode estar sendo cuidado e/ou descuidado, mas nem sempre descuidado, já que, o mundo é repleto de surpresas.

É preciso destacar que, para Tuan (2005), o quesito mínimo para segurança é estabelecer uma fronteira, seja ela material ou conceitual. De maneira universal, o autor reconhece três tipos de fronteiras: as das propriedades, as da casa e as do corpo. Estabelecendo uma relação com a fala dos adolescentes entrevistados, percebe-se que reconhecem que não devem transpor as fronteiras quando demonstram um distanciamento (repulsão) ao tráfico e às drogas. Mais do que isso, têm convicção de que quem entra no mundo da criminalidade sabe que viverá pouco. Se, por um lado, os jovens sabem as razões para manterem-se afastados das situações de risco, por outro, existe a ociosidade apontada como facilitadora da entrada do jovem na marginalidade, que, conforme Alba Maria Zaluar é:

A ilusão do ‘dinheiro fácil’ revela a sua outra face: o jovem que se encaminha para a carreira criminoso enriquece, não a si próprio, mas a outros personagens, que quase sempre permanecem impunes e ricos: receptores de produtos roubados, traficantes do atacado, contrabandistas de armas, policiais corruptos e, por fim, advogados criminais. (2010, p. 172).

As práticas discursivas da violência atingem os jovens em conflito com a lei identificados como os que podem ser eliminados do convívio social, principalmente os das camadas populares cujos atos infracionais “*são alvo de amplos e contundentes processos de criminalização da juventude pobre e moradora de favela e da periferia*” (PAPA; FREITAS, 2011, p. 152). Acredita-se que essa concepção precisa ser desmistificada com ações atuantes em forma de palestras esclarecedoras e de projetos inovadores, nos quais a juventude possa atuar revertendo a situação, e possa reconquistar a confiança da comunidade, da sociedade e das instituições que acreditam na sua potencialidade. É o que sugere Priotto (2011) no sentido de que a violência seja um assunto discutido no contexto escolar como tantos outros que interessam aos adolescentes e jovens.

Embora exista um conjunto de variáveis, as representações sociais permitem que o sujeito se oriente em seu cotidiano e, de certo modo, realize suas ações e verbalizações que podem se transformar em atitudes agressivas e violentas. A violência, enquanto fenômeno sócio/histórico/cultural, tem se propagado em diversos segmentos, principalmente, no ambiente doméstico e escolar (ALMEIDA, 2010). Talvez, seja necessário que as

representações sociais possam se modificar em práticas e concepções pessoais que contribuam de maneira significativa para uma mudança social que depende de:

mudanças pessoais, evidenciando a dinâmica individual e social, isto é, a relação dialética que se estabelece na formação do pensamento, destacando como as relações dinâmicas do cotidiano e das interações sociais, de modo significativo e ativo, formam pensamentos e configuram representações sociais de cada indivíduo (ALMEIDA, 2010, p. 69).

Não se pode negar que o contexto escolar é um local de concentração de pessoas e que, segundo Tuan (2005), quanto maior o número de pessoas num mesmo lugar, maior será a problematização de desordem e de violência (p. 336). Desse modo, no que se refere à violência no ambiente escolar, alguns autores caracterizam circunstância, própria do momento de desenvolvimento, como “*desafiadora, intempestiva, lúdica, provocadora, criativa e transgressora*” (PRIOTTO, 2011, p. 60). É preocupante porque, além de trazer consequências sérias (física/emocional/comportamental), ao mesmo tempo, a adolescência⁶⁹ é considerada uma fase de maior vulnerabilidade à violência. Nesse aspecto, para os entrevistados adultos, os fatores que colaboram para a vulnerabilidade dos jovens na região pesquisada são: o envolvimento das famílias no trabalho com tráfico de drogas e com o contrabando (segundo os adolescentes, o núcleo familiar tem grande influência neste quesito), carência material/afetiva e a baixa renda, considerada por Zaluar (2010) como impulsionadora para aquele que deseja um tênis, uma roupa de grife e dinheiro no bolso, entre outros, tornar-se presa fácil para os traficantes.

De maneira geral, o adolescente (ou jovem) passa a ser o mais atingido pelas transformações sociais e econômicas que o mundo atual está passando (FEFFERMANN, 2006). Desse modo, o convívio diário e a exposição das pessoas aos constantes ataques à sua integridade física, psíquica e moral gera expectativas por respostas que, de certa maneira, prepara o psiquismo para a ideia de que a força física resolve conflitos. Conforme a mesma autora, no sistema esquemático da violência, o que conta é a força ou a fraqueza de quem ataca e de quem se defende. Assim, cria-se uma convicção silenciosa de que o crime e a

⁶⁹ Para o psicanalista Contardo Calligaris o adolescente é alguém que: “teve o tempo de assimilar os valores mais banais compartilhados na comunidade (...); cujo corpo chegou à maturação necessária para que ele possa efetiva e eficazmente se consagrar às tarefas que lhes são apontadas por esses valores, competindo de igual para igual com todo mundo; para quem, nesse exato momento, a comunidade impõe uma moratória; cujos sentimentos e comportamentos são obviamente reativos, de rebeldia a uma moratória injusta; tem o inexplicável dever de ser feliz, pois vive uma época da vida idealizada por todos; não sabe quando e como vai poder sair de sua adolescência”. Mais informações consultar: CALLIGARIS, Contardo. A Adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000, p.15 a 21.

brutalidade são inevitáveis e que a pessoa deve estar preparada para reagir em conformidade. Versão ouvida nas entrevistas com os adolescentes, pois, segundo os interlocutores, para quem se encontra no esquema (tráfico/contrabando), tanto faz matar ou morrer.

A impressão que se tem nas leituras das fontes é de que os apelos humanitários caíram num imenso vazio, e que, na verdade, todos se sentem vulneráveis, todos querem atacar primeiro, todos vivem sob o temor da represália, assim por diante. É como se o medo fizesse parte da rotina do dia a dia das pessoas, sentimento descrito por Tuan (2005, p. 12) “*como complexo no qual se distingue claramente dois componentes: sinal de alerta e de ansiedade*”. Segundo o autor, o alerta é acionado quando surge algo inesperado e impeditivo no meio ambiente e a resposta intuitiva do ser é enfrentar ou fugir. A ansiedade é uma sensação difusa de medo que pressupõe antecipadamente algo que possa vir a ocorrer. Contudo, o medo social, descrito pela Assistente Social e Professora Luzia Fátima Baierl (2004), é o que induz as pessoas a paralisarem, a alterarem suas relações e suas maneiras de ser no espaço em que vivem. Não foi constatado nas entrevistas com os adolescentes o sentimento de medo, pois demonstraram distinguir o bairro como local de moradia e de atividades de pessoas ligadas ao crime organizado⁷⁰ que atua na maioria das comunidades pobres da periferia, esquecidas pelo poder público.

Fazendo referência ao poder público, neste aspecto, destaca-se que, em determinadas regiões, parece isentar-se das suas obrigações como agente co-optador de seus deveres, da execução de programas sociais, de obras de infraestrutura e tantas outras, deixando lacunas sociais abertas, muito bem aproveitadas pelas organizações criminosas que atuam nessas comunidades realizando “*benfeitorias*”, suprimindo, de certa maneira, uma responsabilidade que é do Estado. Na região do Porto Belo, os declarantes adultos percebem pouco investimento público na região, a ausência de projetos (trabalho/lazer/cultura) para a juventude, escola em tempo integral e mais investimentos na segurança (policiamento ostensivo) dos moradores para que não ocorra evasão de famílias em decorrência da violência na região. Neste sentido, Zalar pontua que:

⁷⁰ O conceito de crime organizado está imbricado no de máfia e é objeto de interminável polêmica iniciada no século passado (...). O crime organizado não tem organização burocrática, mas um eficaz sistema de punição mortal aos faltosos e desafiadores, assim como uma rede de conexões pessoais, além de um sistema de distribuição dos serviços e mercadorias que são objeto de suas práticas ilícitas e ilegais (WESTPHAL; BYDŁOWSKI, 2010, p. 164).

Mesmo admitindo que a pobreza⁷¹ impõe dificuldades no viver que propicia a marginalização do jovem, é preciso nunca perder de vista que a categoria ‘pobres’ é altamente diferenciada. Também é preciso não esquecer que continuam as dificuldades nos planos social, econômico e institucional, estas novas formas mundiais de atividades econômicas ilegais e violentas não podem ser consideradas estratégias de sobrevivência para os jovens que morrem antes de ter vinte e cinco anos. Os efeitos combinados da pobreza e da urbanização acelerada, sem que houvesse um desenvolvimento econômico necessário para oferecer emprego urbano aos migrantes e aos trabalhadores pobres, não são suficientes para compreender os conflitos armados que matam homens jovens. Portanto, deve-se discutir como a pobreza e a falta de emprego para os jovens se relacionam com os mecanismos e fluxos institucionais do sistema de Justiça na sua ineficácia no combate ao crime organizado (2010, pp. 176-177).

As reflexões feitas por Zaluar (2010, p. 170) sobre os comportamentos “*desviantes fora do padrão social*” são justificadas pela razão do espaço escolar tornar-se um lugar de docilização e disciplinamento dos corpos, ou seja, é um ambiente onde não há espaço para o jovem expressar suas ideias, seja através da pintura, da dança e da dramatização, entre outros. Segundo a mesma autora, criou-se, dentro do ambiente educacional, um sistema de regras e normas que precisam estar em constante vigilância. Se o espaço escolar não oferece essa oportunidade de expressão, não explora as potencialidades dos adolescentes, os induz a canalizar para as práticas difusas e transgressoras no espaço urbano e, é o que tem acontecido. Porém, a autora reforça, neste sentido, que há um grande exibicionismo por parte do público jovem. De qualquer modo, os adolescentes interlocutores não demonstraram rejeição em relação à escola, pelo contrário, reforçam que para ficar longe das más companhias e do assédio das pessoas mal intencionadas, o ideal é estudar, ficar mais tempo na escola e fazer cursos direcionados para o trabalho. Elementos que serão abordados com mais profundidade no item a seguir.

3.1 A ADOLESCÊNCIA, A EDUCAÇÃO E O TRABALHO

⁷¹ Segundo Sales (2006, p. 62) a linha da pobreza é calculada da seguinte maneira: após definição da cesta alimentar básica, seguida do cálculo do seu custo, divide-se a proporção de gastos realizados com alimentação no total do custo das necessidades básicas, que se pode obter entre os mais pobres nos estratos médios ou no estrato de referência. Integram a este cálculo as seguintes necessidades: alimentação; vestuário, calçados e cuidados pessoais; higiene das pessoas e do domicílio; transporte e comunicações básicas; gastos privados em serviços de moradia; e, gastos privados em saúde e educação.

Inicialmente, é pertinente enfatizar que a adolescência⁷² é considerada uma fase peculiar da vida do indivíduo, na qual constrói sua identidade realizando suas escolhas. Período no qual são decididos padrões de conduta que podem contribuir para a vulnerabilidade e risco. É também uma etapa marcada por transformações significativas. Porém, quando o adolescente não encontra espaço para o diálogo, para expressar suas opiniões e discutir seus valores, encontra outras formas mais agressivas que podem alavancar para a violência. Na verdade a ideia de que a adolescência é um problema social não é nova. A linguagem é outra e, às vezes, é preciso parar para decodificar o significado do que querem expressar através de tatuagens, *piercings*, o generalizado e abusivo uso de álcool e de drogas ilícitas, entre outros.

Em específico à educação, Priotto (2011, p. 58) pontua que *“a escola nem sempre está preparada para reconhecer e para trabalhar os problemas do adolescente por ser uma fase de oscilações de humor e de comportamento (...)”*, que requer uma atenção especial, e os professores, nos seus afazeres de ensino (carga horária extensa), optam por manterem-se distantes dessa dinâmica. Contudo, a autora ressalta que as queixas dos professores são do sentimento de impotência e de despreparo para lidarem com algumas questões relacionadas à fase da adolescência, pois é uma etapa pouco explorada nos cursos de formação acadêmica, o que sugere a necessidade de mais aprofundamentos sobre as alterações comportamentais próprias dessa etapa de vida. Neste sentido, Baquero (2008) reforça que os conflitos são inerentes ao desenvolvimento do adolescente e tem a convicção de que:

não existirá caminho sólido enquanto a escola, como todos os sujeitos que dela participam, não parar sob a ‘sombra de uma mangueira’ para encontrar o caminho, mesmo que provisório, como sempre o é, pois, para a escola ser um espaço/tempo de protagonismo juvenil, é preciso se construir não só a vida, mas na vida e com a vida, conforme nos ensinou Paulo Freire. (BAQUERO, 2008, pp. 44-45).

⁷² Conforme o advogado e consultor na área de Direitos da Criança e do Adolescente, João Batista Costa Saraiva (2013, p. 79) “a adolescência seria um lugar temporal da vida humana que abarcaria visivelmente todas as fraquezas/desejos humanos. Aí depositamos crimes, fugas, suicídios, contestações, uso de drogas, rebeldias extremadas ou apatias crônicas, anorexias e toda a sordidez que julgamos – nós, os adultos – nefastas para o bem estar pessoal e social”. Sugestão de leitura: SARAIVA, João B.C. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

Neste aspecto, vale ressaltar que, nos arts. 101 e 112 da Lei nº 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁷³, consta que crianças e adolescentes são sujeitos em pleno desenvolvimento e pessoas portadoras de direitos que devem ser assegurados e respeitados. Como também, que as medidas de proteção devem ser aplicadas para intervenção no aprendizado escolar, na repetência e na evasão, elementos que têm sido apontados como geradores da delinquência (PRIOTTO, 2011). Outro documento que reforça e/ou complementa o ECA em algumas determinações é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁷⁴ que apresenta o acesso ao ensino fundamental como direito garantido, e caso não seja, pode-se acionar o Ministério Público.

O texto sugere preocupações pertinentes pelo fato de que muitos jovens, na idade escolar de conclusão do ensino médio, estarem ausentes da escola devido à baixa qualidade da educação hoje, e porque, em alguns casos, o indivíduo precisa ingressar de maneira precoce no mercado de trabalho, mais por uma razão de sobrevivência do que por simples opção, segundo as autoras Papa e Freitas (2011). Como também que, diante desse fator, articular a educação e o trabalho é um grande desafio, principalmente porque o desemprego, entre os mais jovens, é ainda três vezes maior que entre os adultos, segundo as mesmas autoras. Dos adolescentes entrevistados, apenas 20% declararam trabalhar, porém, o índice de evasão no ensino médio (2013) pode ser considerado alto: 33,89%, já que, no ensino fundamental (do 6º ao 9º anos) foi de apenas 6,62%. A questão é: onde estão estes adolescentes? A título de hipótese, baseado nos estudos realizados, podem estar no trabalho informal, ociosos nas ruas ou em casa, à mercê do assédio dos traficantes e contrabandistas.

Reconhecer a necessidade do desenvolvimento integral do indivíduo significa que não precisa apenas trabalhar e estudar, mas também, experimentar o tempo juvenil, que deve ser visto como um direito garantido e fundamental para o sujeito e para a sociedade. Para as autoras Papa e Freitas (2011), uma ocupação além da escola é uma das alternativas de minimizar a ociosidade da juventude que tem muita potencialidade a ser gasta em benefício próprio e a favor do seu futuro profissional, pois *“a taxa de informalidade também é mais elevada entre os jovens e as jovens mulheres, os negros e moradores rurais, ficam em*

⁷³ 52,3 % dos adolescentes entrevistados conhecem o ECA ou já ouviram falar, mas não sabem para que serve o Estatuto.

⁷⁴ Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

desvantagem em relação aos demais” (p. 57). Nesse aspecto, a concepção dos entrevistados adultos é de que falta mais investimento em projetos direcionados aos mais jovens que os qualifiquem para o ingresso no mercado de trabalho – cursos profissionalizantes, por exemplo. Já os adolescentes entrevistados, veem o estudo e o trabalho com expectativa de salvação, ou seja, como alternativa para melhoria da condição de vida futuramente.

De maneira geral, o Ministério da Educação, com muita dificuldade, consegue enxergar “*jovens*” e “*juventude*”, onde sempre se viu as categorias institucionais de “*estudantes*” e “*alunos*”, isto é, individualmente direcionadas ao sucesso escolar e não ao sucesso dos sujeitos culturais completos para os quais a escolarização é apenas um meio de ascensão social nas suas vidas (PAPA; FREITAS, 2011, p. 244). Como também, que é necessária maior atenção para a escola no sentido da criação de um mercado cultural juvenil exclusivo e adiando ao máximo a inserção no mercado de trabalho, permitindo, assim, mais tempo para se dedicar aos estudos e lazer, ficando liberado assim das pressões do mundo do trabalho. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, é preciso considerar que a juventude é produtora de sentidos e que contribui para o estabelecimento de representações sociais, principalmente, dentro do ambiente escolar que, para alguns, é um lugar de ascensão.

É interessante reconhecer que o mundo atual passou por acelerados processos de transformação e que cerca de 25 milhões de jovens brasileiros têm experimentado os efeitos dessas mudanças, particularmente, nos percursos escolares, de modo muito rápido, e pouco usufruiu, produtivamente, em benefício próprio. Se, por um lado, a pressão de diversos segmentos sociais tem colaborado para que a educação da juventude ganhe relevância e destaque no debate público nacional, contudo, tem facilitado o acesso às novas tecnologias, mais financiamento público para educação, mais materiais didáticos, metodologias e propostas pedagógicas mais atualizadas no sentido de melhor apreensão de conceitos das sociedades contemporâneas (PAPA; FREITAS, 2011). Mesmo assim, muitos estão fora da escola, na idade produtiva, por considerá-la incapaz de prepará-los para entrar numa universidade pública que, também, não é garantia de bom emprego. Assim, com baixa escolaridade, a tendência é o desemprego, baixo salário ou a informalidade.

Faz-se necessário ressaltar que não só a escola deve ficar com a responsabilidade de criar possibilidades para seu público vivenciar experiências sociais, culturais e políticas, mas também, outros segmentos sociais que possam contribuir com a valorização, o estímulo e a criatividade do mesmo: Secretaria da Saúde, Secretaria da Assistência Social, Secretaria do Esporte, Secretaria da Cultura, entre outros órgãos. Contudo, a situação sugere a necessidade

de um trabalho no qual o estudante/trabalhador consiga conciliar os estudos com a dupla jornada exercida. Como também, reconhecer que:

As diferenças entre a teoria da escola nos cursos de forma geral e a prática no mercado de trabalho acabam deixando a escolaridade com um papel modesto frente ao treinamento em serviço ou estágio na preparação do jovem trabalhador. O diagnóstico dominante aponta para as dificuldades de aproveitar oportunidades, especialmente em obter o primeiro emprego, em função do despreparo e da desqualificação frente à competitividade. Essa realidade coloca em xeque a proposta pedagógica da política educacional e da forma de pensar e de agir das famílias. A realidade de jovens brasileiros aponta como alternativa uma reformulação das políticas públicas de primeiro emprego, não apenas no sentido de estimular a busca precoce do mercado de trabalho, mas também de construir um projeto de vida, preparar para a convivência humana, para aprender a ser, saber e fazer. Portanto, a adquirir uma identidade pautada na ética do cuidar de si, do outro e do planeta. Ingressar no mercado de trabalho, sem base escolar, pode ser um fator desfavorável ao desenvolvimento de uma trajetória profissional satisfatória (SILVA, 2011, p. 09).

Dentro desse contexto, fica o desafio aos formuladores de políticas públicas que, segundo Papa e Freitas (2011, p. 47), é o de conseguir elaborar estratégias para conciliação do estudo com o trabalho, pois a maioria dos estudantes está em busca de trabalho por uma questão de sobrevivência. Segundo as mesmas autoras, o Censo Demográfico (2000) realizado pelo IBGE⁷⁵ aponta que os brancos e negros têm maior participação no mercado de trabalho se comparado com os amarelos e indígenas. Todavia, quando se refere à zona urbana e rural, os que residem no campo estão em proporção maior de exclusão. Aponta também, que o pertencimento à família de baixa renda é um fator que colabora para a inserção dos seus membros mais cedo no mercado de trabalho, pela necessidade de ajudar no orçamento doméstico. Porém, o ideal é que concluam seus estudos e depois sejam inseridos no mundo do trabalho na época adequada de maneira qualificada, pois:

é diferente a situação do estudante que trabalha, pois além de não depender da colaboração financeira da família para continuar estudando, muitas vezes ele é quem a ajuda. Como a família não pode sustentá-lo, para poder estudar o trabalho remunerado deixa de ser uma escolha e torna-se uma imposição.

⁷⁵ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma fundação pública da administração federal, criada em 1934. O IBGE tem atribuições ligadas a várias ciências do conhecimento. Realiza pesquisas e organiza as informações obtidas em censos, para suprir órgãos das esferas governamentais Federal, Estadual e Municipal, e para outras instituições e o público em geral (<http://www.ibge.gov.br>).

Com frequência, a necessidade obriga o estudante a trabalhos insatisfatórios, que não têm sentido algum para ele além da remuneração que proporcionam, e não alteram significativamente os laços de dependência que mantém com a família (...). A alternância das atividades torna sua vida fragmentada: trabalho e estudo preenchem tempos sociais distintos. A situação do trabalhador que estuda é ainda mais expressiva das dificuldades envolvidas, pois, nesse caso, sua sobrevivência e a da família dependem da remuneração que recebe mediante um compromisso informal, mas tácito. Esse compromisso afasta-o das possibilidades de dedicar-se à preparação para a carreira que escolheu – o curso, de fato, tem para ele importância acessória – e de ensaiar voos próprios que lhe possibilitem entrar em contato com alternativas, políticas ou culturais, mais amplas. O vínculo impeditivo que o aprisiona é de caráter distinto, mas mais explícito: é a situação global que o produz (AUGUSTO, 2005, p. 16).

No entanto, a escola brasileira, em especial a pública, tem o desafio de criar modalidades educativas que a transforme menos excludente e com maior capacidade de proporcionar uma formação cultural, científica e democrática ao público jovem que a frequenta. Todavia, o que é percebido são instituições dependentes de políticas educacionais descontínuas, insuficientes e distantes da realidade social da população que atende. Segundo Rosana Katia Nazzari (2006), é preciso um currículo mais diversificado para que sirva como incentivo de término dos estudos, já que, o índice de quem consegue chegar a esse nível, é baixo. Porém, enquanto os estudantes oriundos de camadas sociais menos privilegiadas estudam em escolas públicas no ensino básico, tendem a frequentar universidade particular; e os estudantes provenientes de camadas sociais médias e altas, em sua maioria, que frequentaram escolas particulares no ensino básico, geralmente, são os que cursarão o ensino superior na universidade pública. Dessa maneira, torna-se claro que as disputas são mais difíceis e acirradas para os primeiros (AUGUSTO, 2005).

Conforme a *Secretaria Nacional de Juventude* grande parte da população brasileira é atingida pelos índices de desemprego, evasão escolar, mortes por homicídio e envolvimento com drogas e com a criminalidade. No contexto pesquisado, 90% dos alunos do ensino médio estão dentro da faixa etária adequada para o ano (entre 14 e 17 anos), segundo informações da secretaria do colégio. Conforme pontuam as autoras Barber-Maden e Santos (2013), para superar os desafios que esse público enfrenta, foi instituída a “*Política Nacional de Juventude pela Medida Provisória 238 de 01/02/2005*”⁷⁶, criada a *Secretaria Nacional de Juventude*; o

⁷⁶ A partir desse trabalho, o Grupo identificou os principais desafios da Política Nacional de Juventude e apontou a necessidade de integração das iniciativas desenvolvidas pelos órgãos governamentais que atuam com a pauta juvenil. Além disso, sugeriu a criação de um Conselho Nacional de Juventude e de uma Secretaria Nacional de Juventude, vinculados à estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República. Seguindo as orientações do Grupo, foi criado em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve),

Conselho Nacional de Juventude; e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem” (p. 172). Com esse alcance, é preciso enfatizar que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a criar um *Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)*. A Política Nacional de Juventude tem o desafio de assegurar a inclusão dos 4,5 milhões de brasileiros que:

ainda estão fora da escola, do mercado de trabalho, e sem acesso aos bens culturais e ao esporte. São milhares de brasileiros que vivem na fronteira entre a possibilidade de uma vida plenamente cidadã e os riscos de serem cooptados pela criminalidade. Para enfrentar esse grave problema, o governo federal vem investindo em programas específicos e políticas públicas estruturantes que poderão, em longo prazo, mudar essa realidade, possibilitando uma vida digna a todos os jovens brasileiros (BARBER-MADEN; SANTOS, 2013, p. 174).

Embora não seja a temática do presente estudo, é preciso pontuar que a criação do Projovem Integrado tem como objetivo ampliar o atendimento ao público jovem, garantindo-lhe a reintegração à escola, à qualificação profissional e o acesso às ações de cidadania como esporte, cultura e lazer. O Projovem atua por meio de quatro modalidades, executadas pela Secretaria Nacional de Juventude (Projovem Urbano); Ministério da Educação (Projovem Campo); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Projovem Adolescente); e o Ministério do Trabalho e Emprego (Projovem Trabalhador). Cada uma com sua especificidade (BARBER-MADEN; SANTOS, 2013, pp. 175-177).

- **Projovem Urbano:** Colabora com a formação do ensino fundamental com iniciação profissional, atividades práticas de cidadania e inclusão digital. No qual recebe um pagamento mensal do auxílio financeiro de R\$ 100 (cem reais) e permanece condicionado à entrega de 75% dos trabalhos escolares e frequência de 75% às aulas. A mudança é a ampliação da faixa etária (15 aos 29 anos) e que o novo programa não exclui mais os que têm vínculo formal de trabalho;

- **Projovem Campo**– É de responsabilidade do Ministério da Educação e veio substituir o Programa Saberes da Terra. Atende aos jovens de 18 a 29 anos que trabalham na agricultura familiar, oferecendo a conclusão do ensino fundamental em regime de alternância,

dando um passo decisivo para a construção da política juvenil. É importante ressaltar que até então a juventude era tratada pelo Estado brasileiro apenas como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta. Em função do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as políticas para o segmento estavam restritas ao universo de jovens com idade até 18 anos. A partir desta idade o Estado os enquadrava automaticamente no segmento de adultos, com acesso às políticas universais, a exemplo daquelas voltadas para a educação e a saúde, sem qualquer reconhecimento de suas especificidades (BARBER-MADEN; SANTOS, 2013, pp. 172-173).

isto é, alternando as aulas presenciais com atividades educativas não presenciais, de acordo com o ciclo produtivo do campo;

- **Projovem Adolescente**⁷⁷ – É destinado aos de 15 a 17 anos, que se encontram em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integrem famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Este programa oferece proteção básica, assistência às famílias e elevação de escolaridade, como também colabora na prevenção para a redução dos índices de violência, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez na adolescência e do uso de drogas;

- **Projovem Trabalhador**– Objetiva preparar para o mercado de trabalho por meio de ocupações alternativas que gerem renda. Atende aos (18 a 29 anos) que estejam desempregados e sejam membros de famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo. O Programa é executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e surgiu da unificação dos programas: Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

A partir dos projetos elaborados pelo Governo Federal, foram buscadas informações sobre quais programas existem no município de Foz do Iguaçu, e constatou-se a existência do Projovem Urbano,⁷⁸ coordenado por duas professoras na Secretaria Municipal da Educação (SMED). O projeto é desenvolvido nas Escolas Municipais Ponte da Amizade e Padre Luigi. Atende a 290 inscritos (dados de março/2014) entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O participante tem aulas de português, matemática, inglês, ciências da natureza e ciências humanas na primeira etapa. A segunda etapa é específica sobre qualificação profissional na qual são ensinados os temas: como se portar numa empresa, numa entrevista, como atender ao público, conhecimento sobre documentação etc., e a participação cidadã na qual o jovem poderá atuar como agente transformador na comunidade em que vive. Depois do vencimento das etapas, é encaminhado para ampliar seu conhecimento nos cursos de

⁷⁷ No seu Art. 67 o ECA é vedado trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; e, realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. Reforçando que as atividades proibidas aos adolescentes são estendidas às crianças (BRASIL, 1990, p. 83).

⁷⁸ Informações obtidas com a professora Dirce de Souza Rissa, responsável pelo projeto na SMED.

educação profissional e tecnológica – PRONATEC⁷⁹. Porém, não há divulgação da quantidade dos que concluíram os cursos, que se inseriram no mercado de trabalho formal ou quantos abriram seu próprio negócio e quais os resultados alcançados na comunidade que atuaram, entre outros.

Há outro projeto sendo desenvolvido em Foz do Iguaçu que é o Centro da Juventude Jardim Naipi, construído pelo Estado e mantido pela Prefeitura Municipal. Atende adolescentes dos 12 até os 18 anos de idade. Dentre os 29 centros existentes no Paraná, o de Foz é o único, segundo o coordenador e psicólogo Júnior Werlang (cadeirante), que tem modalidades para pessoas com deficiência, inclusive, futsal para cegos. Para esse público não há restrição de idade. Os participantes fazem aulas de karatê, jiu-jitsu, capoeira, dança de salão e *street dance*. O centro possui uma estrutura física bem moderna com piscina, quadra coberta, uma pequena pista de *skate*, biblioteca e laboratório de informática. Porém, a defasagem maior na instituição diz respeito à falta de funcionários. Existem cinco funcionários municipais, três estagiários, uma assistente social e uma funcionária para os recursos humanos, ou seja, dez pessoas para atender 839 participantes (os adolescentes e os deficientes). “É impossível”, diz o coordenador.

Além dos funcionários, existem pessoas que são voluntárias, principalmente, as que ministram as aulas de artes marciais. Segundo o coordenador, se não fosse a boa vontade dos voluntários e as parcerias que consegue, não teria condições de funcionar com tantas modalidades, dezessete ao todo: taekwondo, informática, natação, capoeira, balé, *jazz*, artesanato, oficina de *skate*, inglês, jiu-jitsu, espanhol, dança de salão, *street dance*, karatê, *goalball* e teatro. E para as mães têm a oficina de culinária. Enquanto os filhos participam das atividades, elas aprendem preparando o lanche deles. É um modo de contar com a colaboração das famílias e da comunidade. Aos sábados, o centro oferece aulas de ginástica para a terceira idade. A frase mais utilizada pelo coordenador é “*fortalecimento de vínculo*”! Ainda segundo Júnior, o que mais chama atenção dos adolescentes é quando eles veem os cegos jogando bola, pois percebem que não têm deficiência e não aproveitam suas potencialidades em benefício próprio.

A estrutura física do centro da juventude Jardim Naipi encanta. Por outro lado, é penoso saber que ainda falta muito a ser feito para que os adolescentes da cidade tenham seus direitos garantidos e não sejam atendidos em parcelas devido à escassez de locais bem

⁷⁹ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Consultar: <https://www.pronatec.mec.gov.br>.

estruturados – recursos humanos, equipamentos, materiais pedagógicos e esportivos, etc. A título de hipótese, percebe-se a falta de empenho e de vontade política para que haja investimentos em projetos que como esse, proporcionem mais perspectivas de vida. Estima-se que, pelo porte da cidade de Foz do Iguaçu, mais três unidades (nas regiões mais populosas) seriam suficientes para atender aos adolescentes, principalmente, nas regiões periféricas em que, na maioria das vezes, não há opção de esporte e lazer. Esses são elementos pontuados pela maioria dos declarantes professores/funcionários: áreas de lazer (clube, praças, parques, quadras de esportes), como também, campeonatos esportivos envolvendo todos da comunidade e bairros circunvizinhos. Nesse aspecto, os adolescentes ouvidos citaram que, por falta do que fazer, quando não estão estudando, preenchem o tempo “vazio” na rua na companhia dos amigos.

Outro aspecto que merece destaque está relacionado à Educação Profissional, sobre a qual consta na Lei de Diretrizes e Base (LDB⁸⁰) que se destina ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva em articulação com o ensino regular. A educação profissional precisa estar em articulação com as políticas educacionais básicas, de desenvolvimento científico e tecnológico, que, segundo Silva (2011, p. 06), *“em cada época da história, educadores, intelectuais e instituições têm se preocupado com o processo de socialização e de profissionalização do jovem que, largado à deriva, poderia descambar para as práticas de violência”*. O autor enfatiza que a desigualdade social e as contínuas transformações ocorridas no mercado de trabalho repercutem na vida e na formação do público jovem. Contudo, em meio a todo o processo de atendimento é preciso ressaltar que, quando existe articulação entre a Política da Juventude/Ministério do Trabalho/Ministério da Educação e Cultura no sentido de garantir programas e ações que atendam às perspectivas juvenis, subte-se que a

⁸⁰ Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais e abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Secretaria Nacional de Juventude está mais próxima do favorecido no município, no bairro, no campo e o conectará ao Governo Federal (PAPA; FREITAS, 2011).

De maneira geral, sabe-se que ainda há muito que se caminhar para o crescimento da valorização do trabalho, da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia para a construção de um projeto político de produção de elevação do país a uma categoria de nível superior desses itens, para que sua população possa viver com mais dignidade, sem precisar recorrer à justiça para fazer valer o que lhe é de direito. Nesse sentido, as autoras Papa e Freitas (2011) reforçam que o público juvenil tem muito a contribuir com o país e que precisa ser ouvido! E foi um dos desafios propostos no presente trabalho: ouvir os adolescentes no contexto pesquisado. No item a seguir, busca-se uma contextualização do adolescente em relação às antigas e novas gerações, na sociedade e no meio social pesquisado.

3.2 O ADOLESCENTE E OS CONFLITOS DE GERAÇÕES

Para os estudiosos⁸¹ da adolescência, ela se trata de um período de transformações que ocorrem de maneira transitória. Nessa fase o adolescente passa por experimentações em todos os aspectos do seu desenvolvimento: biopsicossocial, cultural e histórico. É uma etapa de adaptação consigo mesmo e com o meio social em que vive. Além do surgimento de sentimentos diversos como medo, alegria, fúria e ódio; aparecem as dificuldades de lidar com situações de fracasso/rejeição ou poderá demonstrar comportamentos violentos/agressivos que, na verdade, podem ser uma maneira de disfarçar o medo e a insegurança diante de algumas situações que ameaçam sua integridade física (PRIOTTO, 2011). Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz em seu Art. 3º que:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, Art. 3º).

Em relação à faixa etária de adolescente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece que a adolescência se constitui em duas fases “*a primeira, dos 10 aos 16 anos; e a*

⁸¹ Maria das Graças Ferriani (2001); David Léo Levinsky (1997); Içami Tiba (1986/1994); Donna Wong (1999); Samuel Pfromm Netto (1979); entre outros.

segunda, dos 16 aos 20 anos”(PRIOTTO, 2011, p. 49). Para a mesma autora, a adolescência é o “*tempo do acesso à maturidade, em que se está pronto(a) para tomar decisões e socializar-se*”. Portanto, no intuito de tecer algumas considerações sobre esta fase, optou-se pelos estudos do sociólogo Karl Mannheim (1968) que, mesmo associado à Sociologia do Conhecimento, pode ser considerado o pioneiro da Sociologia da Juventude no sentido de reconhecer as contribuições que cada geração pode tecer em relação às demais, independente da idade.

Para ilustrar melhor os estudos sobre as mudanças geracionais ocorridas na sociedade, bem como a transição de uma geração para outra da herança cultural repassada, continuamente, sem perder de vista seu vínculo com os processos históricos e sociais, Karl Mannheim ressalta que a Sociologia da Juventude contemporânea tende a olhar a sociedade na perspectiva avançada, não tão progressista e nem tão conservadora, mas como uma força dormitante que está sempre disponível para enfrentar o que há de novo (WELLER, 2007, p. 12). As novas gerações, descritas por Karl Mannheim, devem ter acesso a uma educação e a uma formação política que contribuam para que sejam agentes promotores da mudança social necessária. Por isso, defende as “*sociedades dinâmicas*” que reconhecem a juventude como um “*agente revitalizador*” da sociedade para o ajustamento necessário de mudanças rápidas ou complementares. Para o sociólogo Mannheim (1968, p. 73), “*além de seu maior espírito de aventura, ela ainda não está completamente enredada no status quo da ordem social*”.

No momento, é preciso destacar que os interlocutores adolescentes relataram que a falta de ocupação no contraturno facilita o envolvimento com coisas erradas (tráfico, por exemplo), como também, de serem influenciados pelos amigos (as), como é possível observar no relato abaixo, ou até mesmo pela própria família, quando esta é envolvida com a ilegalidade.

Tenho amigos (as) usuários de drogas e eles (as) sempre oferecem pra eu usar também. Só que vai muito da cabeça de cada um (a), saber dizer não. Não importa se é amigo (a). Se for amizade de verdade, vai entender quando a gente não quer usar (Adolescente F).

Segundo os adolescentes, nem o bairro e nem o colégio têm coisas interessantes para os mesmos. No ano de 2013, no colégio tinha matemática, xadrez, informática e basquete no contraturno; porém, em 2014, só mantém o time de basquete que representa a instituição nas competições locais e estaduais. Os interlocutores dizem sentirem falta de atividades

esportivas, recreativas e eventos festivos no bairro que possam participar com os amigos e familiares, principalmente, nos finais de semana e nas férias escolares.

Ao fazer referência às novas gerações, Karl Mannheim (1968) enfatiza a importância da juventude na sociedade e o papel que a mesma desenvolve ou deveria desenvolver, seja no individual ou no coletivo. Ressalta que, para entender o público jovem, é preciso considerar o contexto histórico, político e social no qual está inserido. Para o autor, as gerações mais velhas ou intermediárias têm um papel fundamental no repasse das experiências às gerações mais novas, no sentido de promoverem mudanças futuras com sua imaginação criadora para a formulação de novas políticas, ainda que a fase da nova vida será vivenciada apenas pelas gerações mais jovens. Ainda segundo o mesmo autor, os indivíduos podem vivenciar uma situação comum, ao mesmo tempo, como um grupo integrado, porém, cada um absorverá de maneira diferente o que foi experienciado. Reforça que a condição de classe social é um elemento importante, e que os indivíduos pobres estão sujeitos ao mesmo processo de exclusão/inclusão das políticas sociais, do mercado de trabalho, de uma escola de qualidade e das instâncias decisórias, entre outras (WELLER, 2007).

Para a noção de juventude, sob o ponto de vista da diversidade, é considerado o contexto social, as determinações mais amplas e os diversos sistemas de interação social e simbólicas que possam interferir na trajetória social de maneira geral. Na verdade, a juventude é uma condição social e uma representação, e, em cada sociedade ou grupo social específico, existem várias representações sociais – classe social, cultura e gênero, entre outros elementos (WESTPHAL; BYDLOWSKI, 2010). Mais do que um público em transição, a juventude é o momento de experimentação e de participação ativa na sociedade que inclui a inserção no mercado de trabalho, a formação de identidades, a vivência da sexualidade, do lazer e da cultura.

Em relação à convivência diária, os adolescentes entrevistados sabem diferenciar com quem devem ou não ter amizade, ao pronunciarem: “*saber escolher melhor as amizades*”. Como também, com quem não devem ter aproximação ou qualquer outro vínculo, pois, nas entrevistas abertas, relatam que, no mundo da criminalidade, não há amizade e sim rivalidade. Neste sentido, Tuan (2005, p.205) pontua que “*grande parte do medo do ser humano é originário de outras pessoas que o ameaça*”. Assim, percebe-se que os interlocutores têm a noção de não transpor as fronteiras conceituais, pois conseguem manter suas atividades rotineiras no bairro apesar dos episódios violentos relatados pelos mesmos.

É preciso destacar que a juventude brasileira, nos tempos atuais de globalização e de mudanças tecnológicas, deve ser beneficiada com oportunidades e responsabilidades

específicas para dar sua contribuição na construção de uma sociedade melhor para todos. Porém, como abordam as autoras Westphal e Bydlowski (2010), diante de tantas desigualdades e pobreza no país, para que os mais pobres tenham igualdade de oportunidades “*é preciso mais investimentos públicos e programas sociais que proporcionem uma vida digna*” (p. 37). Argumentos mencionados pelos professores e funcionários sobre a necessidade de investimentos públicos em projetos direcionados aos adolescentes no Porto Belo – espaços culturais, cursos públicos de turismo e parcerias com empresários.

Olhando para o universo juvenil, a socióloga Marialice Mencarini Foracchi (1972) registra que a passagem para a condição do mundo adulto, na sociedade moderna, é uma transição difícil devido às complexidades das organizações sociais, às diversas alterações de vida que são oferecidas e as incertezas quanto ao futuro pessoal, entre outros. Conforme a autora, a adolescência e a juventude são categorias analíticas especiais, pois é nelas que refletem e se acumulam as características de outras categorias de idade. E que é na transição para a maturidade que acontece o estado de crise que marca social e psicologicamente a etapa de transição. Como também, que:

a intensidade das experiências da adolescência depende do modo pelo qual a sociedade promove o ingresso na condição de adulta, através de padrões institucionalizados, cerimônias, ritos e rituais, preparo intelectual e emocional socialmente fundamentado. Quando uma sociedade não provê esse adequado preparo, formas equivalentes de comportamento florescem espontaneamente entre os adolescentes, reforçadas pela própria estrutura dos grupos por eles constituídos (FORACCHI, 1972, p. 24).

É preciso enfatizar a necessidade que a juventude tem de se sentir útil, importante e incentivada a participar das discussões políticas para o futuro, no sentido de contribuir para o fortalecimento da democracia do país, como também, das decisões dentro do contexto escolar. Pode-se ressaltar que é um fator concretizado na prática, pois, segundo um estudo divulgado pela UNICEF,⁸² consta que os adolescentes apontaram o diálogo como uma maneira comum

⁸² UNICEF é uma agência das Nações Unidas que tem o objetivo de promover a defesa dos direitos das crianças, suprir suas necessidades básicas e contribuir para o seu desenvolvimento e está presente em 191 países e territórios de todo o mundo. É regida pelos Direitos da Criança e trabalha para que esses direitos se convertam em princípios éticos permanentes e em códigos de conduta internacionais para as crianças. A sede da UNICEF é em Nova Iorque, nos Estados Unidos. A UNICEF é a única organização mundial que se dedica especificamente às crianças. Ela trabalha diretamente com os governos dos países para criar programas de desenvolvimento nos setores da saúde, educação, nutrição, água e saneamento e também para defender e proteger as crianças vítimas de violência (<http://www.unicef.org.br>).

de resolver conflitos, seja na família, na escola ou entre amigos. Porém, o percentual de frequência do diálogo, diminui nas classes mais baixas. Além disso:

[...] “72% dos adolescentes entrevistados afirmaram que têm oportunidade de falar no momento em que são corrigidos”, também diminuindo nas classes sociais menos abastadas. O diálogo na família faz com que os jovens se sintam respeitados em casa e isto proporciona maior confiança entre os membros. “Para 90% dos adolescentes, é na família que eles têm a sensação de que são respeitados. Os amigos com 86% das citações aparecem em segundo lugar, seguido dos professores (81%), colegas de escola (76%) e a vizinhança (75%).” Quando estão na posição de consumidores, 69% sentem-se respeitados (NAZZARI, 2006, p. 121).

Ainda sobre a pesquisa com os adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a família, a escola e a igreja são as instituições que os adolescentes consideram mais importantes na sociedade em todas as raças, classes, gênero e regiões. Por isso, quanto maior o envolvimento de pessoas em atividades coletivas, maior é a possibilidade do fortalecimento da democracia. Dessa maneira, a confiança social e a cooperação entre as pessoas contribuem para a promoção da participação, ampliando os benefícios econômicos e sociais para os indivíduos e para sociedade em geral. É uma considerável característica constitutiva do ser humano e importante para os que estão em desenvolvimento: a juventude da atualidade.

As reflexões feitas por Sposito (2007, p. 296) são de que, na sociedade contemporânea, há um envolvimento cada vez maior de grupos que se expressam de diferentes formas culturais que, de certa maneira, passam a assumir um papel significativo nas suas vidas. Esse fator, segundo a autora, é fundamental para que os projetos elaborados para a juventude estejam direcionados para práticas culturais que possibilitem relações e símbolos por meio dos quais criem seus próprios espaços, com autonomia e responsabilidade do mundo adulto. Para a mesma autora, o público jovem tem necessidade de marcar sua presença usando um estilo próprio que pode ser através do canto, da dança, da arte e da cultura, que, de maneira geral, faz parte das reivindicações juvenis por serem alternativas de vida coletiva nas quais todos trabalham para um bem comum e exploram suas potencialidades.

Neste sentido, existem outras possibilidades de se explorar as potencialidades dos adolescentes na escola, como sugere Priotto (2011, p. 149) na sua pesquisa, quando diz sobre a necessidade de desenvolver algumas ações educativas envolvendo toda a comunidade escolar. Nessas ações seriam destacados quatro eixos: psicológico, social, cultural e político. Foram enumeradas as que envolvem práticas esportivas, palestras relacionadas à sexualidade,

às drogas, à violência, ao preconceito, às relações interpessoais, às normas/regras da instituição escolar e outros temas que interessem aos adolescentes. Como também, estabelecer parcerias entre a escola e outras secretarias (saúde/assistência social/esportes) do município. Temas já mencionados pelos interlocutores e pelos professores e funcionários na presente pesquisa de campo.

Ainda segundo Priotto (2011), as práticas esportivas são muito importantes para os adolescentes, pois desenvolvem o bom convívio, colaboram para o respeito às regras do jogo (saber perder) e direcionam para as atividades não se tornarem uma competição e sim uma cooperação. Conforme a mesma autora, numa cidade turística como Foz do Iguaçu, é possível realizar passeios e visitas técnicas englobando várias disciplinas. Na escola, é possível fazer amostra pedagógica e cultural com exposição aberta à comunidade; mutirão de limpeza do ambiente escolar (paredes, carteiras, mesas...), talvez assim o vandalismo diminua; mutirão de saúde (acadêmicos) com a participação de pais e filhos; plantio de árvores no bairro ou nas margens de um rio próximo – no Porto Belo passa o rio Almada. Enfim, ações que colaborem para promoção da socialização, cooperativismo, respeito e valorização do sujeito pleno.

Desta maneira, seria possível proporcionar aos adolescentes um comprometimento com os estudos, com o ambiente escolar e com seu futuro, pois, como pontua Sposito (2007), as políticas públicas elaboradas para este público específico são setorizadas e preocupadas com o controle e com a compensação, até mesmo com a repressão. E que, geralmente, satisfazem mais à sociedade do que às necessidades básicas dos favorecidos. Por esta razão, pretende-se, no item a seguir, esclarecer alguns pontos e apresentar as dificuldades enfrentadas para atender às necessidades do público juvenil.

3.3 O DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PÚBLICO JOVEM

Assim, para ilustrar melhor sobre as políticas públicas, Teixeira (2002) as define como “*diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público*” (p. 02). Segundo o mesmo autor, são regras e procedimentos que estabelecem as relações entre o poder público, a sociedade e o Estado. E, que devem ser consideradas também as “*não ações*”, ou seja, as omissões, como opção dos que ocupam cargos públicos. Como também que, para elaborar uma política pública, é preciso definir *quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem* (p. 02). O mesmo autor ressalta que nem sempre as “*políticas governamentais*”

são públicas, mesmo que sejam estatais. E que, para serem “*públicas*”, é preciso considerar a quem se destinarão os resultados/benefícios, e ainda, sua elaboração passa pelo processo de debate público. Portanto, pode-se dizer que um dos principais objetivos das políticas públicas seja responder a demandas dos setores considerados marginalizados da sociedade ou os mais vulneráveis. Priotto (2011, p. 126) entende como o “*Estado implantando é um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade*”.

Um ponto a ser destacado nas análises das entrevistas dos professores/funcionários refere-se às consequências para a vida do adolescente envolvido com a violência no Porto Belo. As consequências mais evidenciadas foram: a morte precoce, o abandono escolar, a continuidade da violência e o vício (álcool/drogas). Razões que, segundo os interlocutores, são devido ao descaso do poder público com a região, ou seja, alguns afirmaram que são esquecidos pelos políticos (vereadores, por exemplo). Ainda sobre a ausência de políticas públicas direcionadas à minimização da violência no Porto Belo (mais policiamento), a preocupação maior dos entrevistados é a de que haja desvalorização imobiliária no bairro (imóveis), que ocorra evasão de moradores para outras cidades ou para outros locais (menos violentos), e que só “*restem*” as famílias criminosas. Como também, que se não houver um empenho dos órgãos públicos para melhorar a segurança na região, a tendência é de que os moradores (fiquem mal vistos) não consigam arrumar emprego, o índice de homicídio aumente, haja mais isolamento das pessoas, mais assaltos/roubos e continue a violência entre os adolescentes e jovens. Segundo os declarantes, todos os elementos enumerados podem ocasionar a inviabilidade de moradia no local devido ao domínio da região pelos criminosos – há uma extensão geográfica dominada por bandidos – e a violência poderá tomar proporções alarmantes.

Fazendo referência específica às políticas públicas de juventude, no início do século XX, ressalta-se que, a cada década, a mesma apontava para uma necessidade de investimento na construção da identidade do povo brasileiro a partir dessa população, ou seja, a cada época, uma identidade a ser entendida, interpretada e “*aceita*”. Para as autoras Papa e Freitas (2011, p. 357), o período considerado de crise nesse campo foi entre os anos 1980/1990, momento de desemprego, concentração fundiária e inchaço das periferias urbanas. Na ocasião, surge o diagnóstico brasileiro dos que “*estão fora da escola e do mercado de trabalho*” e “*estão como vítimas e promotores de violência*”. Ainda segundo as autoras, a partir de então, torna-se “*público alvo*” e “*seus problemas*” começam a merecer diagnósticos específicos. A sociedade civil começou a dar ênfase a projetos que propõem a (re)socialização dos que se encontram no estado de vulnerabilidade.

Mais do que isso, nos anos 1990, os governos vigentes, para conter a violência, elaboraram a ideia de “*ressocializar os jovens*”, como também, promover o retorno dos mesmos aos bancos escolares e capacitar para o trabalho, entre outros. Na concepção de Teixeira (2002), as políticas públicas de saúde, educação e geração de empregos são consideradas pelo autor as mais frágeis, por exemplo, na educação, que a descentralização progrediu pouco. Sob esse mesmo olhar, existem outros assuntos pertinentes pontuados pelas autoras Nazzari, Kniphoff, e Baquero (2010) de que:

Na saúde, a gravidez na adolescência e o crescimento da AIDS entre jovens vinculam-se à pobreza e à falta de informações (ausência de normas, restrições financeiras, vergonha e outros). Trata-se de lacunas das políticas públicas, que não investem em amenizar os problemas da atividade sexual prematura, que vem associada ao baixo rendimento escolar e à gravidez precoce, além de risco de contrair a AIDS. Também nessa área está a ampliação do uso de substâncias psicoativas pelos jovens, que remete a outros problemas, além dos psicológicos, tais como os econômicos (danos ao patrimônio) e sociais (desagregação familiar, criminalidade e violência). A vulnerabilidade dos jovens está aliada a dificuldades de acesso aos capitais materiais básicos (educação, trabalho, transporte, saúde, entre outros), bem como à baixa qualidade do ensino público e à segmentação educacional e socioeconômica nas escolas. Dessa maneira, educação e trabalho são dimensões fundamentais para o desenvolvimento dos jovens como membros produtivos da sociedade (2010, p. 05).

Na verdade, nos anos 1990, o Governo queria mostrar iniciativas para os jovens, demonstrando-lhes que tinham lugar na agenda pública. Nessa mesma época, surgiram os espaços institucionais na América Latina.⁸³ No Brasil, foi elaborado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR)⁸⁴ que se destinava a todos os desempregados e teve como público alvo prioritário “*os jovens de baixa escolaridade, especialmente em conflito com a lei e os excluídos em geral*” (PAPA; FREITAS, 2011, p. 358). Diante de um novo momento, os “*perfis da juventude brasileira*” produzem diagnósticos específicos para a necessidade de elaboração de políticas públicas

⁸³ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoiou o Programa de Capacitação Trabalhista para Jovens – o Chile Jovem – iniciado em 1990, que, em seguida, expandiu para outros países como Argentina (1989), Peru (1990), Uruguai (1990), Paraguai (1994) e México (1999).

⁸⁴ PLANFOR - Implementado em todas as regiões do país a partir de 1996, sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foi uma política pública ousada que deixou ao novo Governo Federal, eleito em 2002, seus principais acertos como herança e seus principais limites como desafios de superação.

específicas voltadas para cada faixa etária. Assim, nos anos 2000, um novo contexto surgiu e, segundo Papa e Freitas (2011, p. 361), os conceitos/avaliações/diagnósticos também disputam espaços teóricos e práticos que exigem um acúmulo de informações em suas desigualdades e diversidades. A expressão “*juventude como sujeito de direitos*” pode desempenhar um papel ativo no debate público, pois esse novo “*sujeito*” é um motivador de ação coletiva que abre novos caminhos de participação coletiva e de novas vias de acesso aos bens públicos (p. 366).

Apesar de pouco avanço no campo das Políticas Públicas de Juventude, é necessário reconhecer que houve, a partir do governo Lula, um crescimento econômico de inclusão social e um novo olhar representativo para o público juvenil. Novos programas específicos foram criados para essa população (SPOSITO, 2007). As pesquisas realizadas pela autora em 74 municípios brasileiros demonstraram um novo desenho de gestão, no qual a participação dos segmentos juvenis é significativo, em particular, aqueles coletivos que não faziam parte do movimento estudantil, das juventudes partidárias ou da Pastoral da Juventude Católica. Cada município apresenta particularidades na criação de novos espaços específicos destinados aos que são beneficiados na cidade. A mesma autora reforça que as possibilidades existem, basta a mobilidade da esfera pública para que o acesso aos equipamentos ou serviços públicos, principalmente nas periferias, aconteça.

Nos anos de 2005 até 2010, os assuntos relacionados à juventude foram enfim inseridos na agenda pública no Brasil. Houve o reconhecimento de problemas que mais afetam os jovens e que podem prejudicar seu desenvolvimento: saúde, violência e desemprego (NAZZARI; KNIPHOF; BAQUERO, 2010, p. 10). Conforme as mesmas autoras, “*as políticas públicas em geral, e especificamente as juvenis, no Brasil, são fragmentadas, estão à mercê da competição interburocrática e padecem da descontinuidade administrativa*”. Dessa maneira, as políticas públicas agem somente quando os indivíduos passam a ser um risco social para eles próprios, entre eles e/ou para a sociedade. Segundo as autoras Papa e Freitas (2011, p. 236), são os “*desprotegidos*” que mais sofrem o peso das injustiças e das relações entre o capital e o trabalho, são massacrados pelas estruturas políticas e econômicas que produzem “*os com futuro garantido*” – das classes superiores. Os demais são “*de vida incerta*”, isto é, os de vida social e econômica mais baixa do país.

Diante das discussões apresentadas, percebe-se que as Políticas Públicas de Juventude ainda não oferecem um suporte suficiente para que os brasileiros possam viver com dignidade o tempo necessário sem se preocuparem com o futuro incerto, ou seja, condições de conciliar os estudos com um emprego digno. A literatura sobre o assunto deixa evidenciado que as políticas apresentam fragilidades no sentido de fragmentação, de descontinuidade

administrativa, da insuficiência de recursos financeiros e humanos. É preciso considerar as pesquisas de caráter nacional que trazem indicadores sólidos e tomá-las como parâmetros para a elaboração de ações mais efetivas e concretas. Segundo as autoras Papa e Freitas (2011) pode levar algum tempo para se efetivarem, mas há possibilidade de produzir mudanças no mundo real. As autoras reforçam que o público mais jovem precisa ser compreendido não só pelo fator idade, mas num sentido mais amplo da realidade que envolve elementos sociais, econômicos, culturais e simbólicos. Trata-se de combinações com representações sociais que são feitas por idade.

É importante destacar que dos adolescentes entrevistados (56 entrevistados), 85,71% desconhecem o que sejam Políticas Públicas de Juventude, mais do que isso, não têm informações sobre para que servem e nem para quem foram elaboradas. Em relação aos professores e funcionários, estes consideram que faltam mais investimentos no Porto Belo, no esporte⁸⁵, no lazer e na saúde, principalmente, o atendimento psicossocial. Enumeraram também, a importância de palestras com profissionais da saúde (médico, psicólogo, dentista, nutricionista, etc.) sobre temas do interesse dos adolescentes, já que muitos relatam não terem orientações da família. Apontam que é possível a realização desde que haja parcerias com igrejas, associações de bairros e escolas. Neste sentido, pode-se sugerir que haja mais investimento no contexto socioeconômico, social, cultural e familiar dos adolescentes, para que possam postergar sua inserção no mercado de trabalho, sendo assim liberados das cobranças do mundo trabalhista e dediquem mais tempo aos estudos e ao lazer – fator inatingível para a maioria, atualmente (PAPA; FREITAS, 2011, p. 244).

Ainda sobre o mesmo assunto, nota-se que saber fazer exige informações e competência e, para tanto, é preciso investir numa educação crítica em nome da totalidade das culturas, de maneira que haja reconhecimento, pois ainda é um campo que apresenta fragilidades, mas que já alcançou importantes conquistas. As autoras Papa e Freitas (2011) pontuam que o público jovem tem capacidade, potencialidade e disponibilidade para desempenhar esse papel, o que lhe falta é oportunidade, almejada pelos adolescentes entrevistados. Os interlocutores desejam, de certa maneira, práticas escolares com mais interação e articuladas ao conjunto de ações construídas para (re)socialização deles, além de um aprendizado que seja significativo para interferir nas condições reais de vida no futuro. Na

⁸⁵ Neste sentido, o ECA traz no seu Art. 59 que os Municípios, com apoio dos Estados e da União, devem estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. Há uma Medida Provisória nº 2.208/2001, que garante desconto para estudantes em estabelecimento de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer. Reivindicações da maioria dos entrevistados (BRASIL, 1990, p. 79).

verdade, que colaborem para o desenvolvimento das habilidades pessoais das relações interpessoais de maneira geral. Marília Pontes Sposito (2007) acrescenta que é preciso promover a igualdade de acesso aos bens dos quais, de certo modo, muitos são excluídos, nos diversos segmentos sociais: educação, saúde, cultura, lazer, trabalho e que:

Os programas, por serem focalizados, atingem um segmento de jovens que vivem em territórios destituídos de serviços básicos, predominando uma quase absoluta ausência do poder público. Espera-se que essa população retorne à escola pública para concluir seus estudos (...) participe, quase de modo diário, de atividades educativas em alguma sede de associação local e, além disso, promova o desenvolvimento do seu bairro, quando o Estado e outras instituições não o fizeram (SPOSITO, 2007, p. 23).

Outro aspecto que necessita de atenção diz respeito à saúde, sobre a qual, no momento, existe um questionamento sem resposta: com o fim do Prosad,⁸⁶ como fica a saúde dos adolescentes? Pois, além de vivenciarem dificuldades nos contextos econômicos, educacionais e os conflitos sociais de vários segmentos que geram desigualdades brutais, estes afetam profundamente, de maneira diferenciada, sua saúde que deve ser compreendida como prioridade, já que, todas as crianças e adolescentes são considerados sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento (PAPA; FREITAS, 2011). Diante dessas observações, é preciso entender que o item em pauta necessita constar na agenda pública como prioritária e requer uma (re) formulação de adequação à lógica do Sistema Único de Saúde⁸⁷ (SUS), para o atendimento das demandas existentes, o que não acontece na realidade do país. Segundo as autoras, alguns estudos realizados, através de pesquisas, sobre a atuação integral dos órgãos competentes, para com o público atendido, tem mostrado que ainda existem obstáculos em relação à implantação de programas de prevenção e que:

⁸⁶ Programa de Saúde do Adolescente (Prosad) – Portaria nº 980, de 21 de dezembro de 1989 – que visava à implantação de programas para atendimento do público juvenil entre 10 e 19 anos. O programa é considerado um avanço no sentido da atenção à saúde integral dos jovens. Porém, a pouca frequência do público acabou acarretando a extinção do programa em muitas cidades. Lembrando que tanto a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente reforçam o dever do Estado, da família e da sociedade o direito à vida, à saúde (...), além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência e opressão (PAPA; FREITAS, 2011, p. 109).

⁸⁷ O ECA, no seu Art. 11, assegura o atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços que promovam a proteção e a recuperação da saúde. Como também, a permanência em tempo integral de um membro responsável, nos casos de internação da criança ou do (a) adolescente o tempo que for necessário (BRASIL, 1996, p. 15).

Os adolescentes não são considerados prioridade das gestões de implementação de políticas da saúde; a atenção à saúde desse público está organizada em torno da prevenção e promoção à saúde; profissionais e/ou agentes de saúde realizaram ações educativas como se os adolescentes fossem irresponsáveis, imaturos e incapazes de assumir seus erros; a questão moral/religião de alguns profissionais tem interferido negativamente no exercício da sexualidade para esta população; os adolescentes do sexo masculino são os mais afastados, por isso os agentes precisam encontrar meios de alcançá-los (PAPA; FREITAS, 2011, p. 125).

Na verdade, a saúde de maneira geral, no momento atual, merece um olhar mais cuidadoso e a elaboração de uma agenda prioritária para esse tema. Razão pela qual o Ministério da Saúde (em 2010) lançou as diretrizes nacionais destinadas aos brasileiros (mais jovens), a sexualidade e saúde reprodutiva, o uso do álcool e de drogas como prioridades para acionar recursos públicos, financeiros, humanos e materiais com intuito de fortalecer a assistência no Sistema Único de Saúde (SUS). A gravidez na adolescência⁸⁸ tem se expandido numa proporção alarmante e, ao mesmo tempo, as doenças sexualmente transmissíveis. Segundo Papa e Freitas (2011, p. 130), os agravantes existentes nos contextos econômico/educacional/social podem afetar, profundamente, o desenvolvimento do indivíduo que deve ser compreendido como prioridade, mesmo considerando que, quanto às orientações recebidas por eles na escola, lhes falta ter a consciência da gravidade das consequências na vida futura. As mesmas autoras consideram que o tema em pauta é tão importante quanto a educação no desenvolvimento psicossocial do adolescente, por isso, não deve ser constituída isoladamente dos demais segmentos.

Contudo, as Políticas Públicas de Juventude no Brasil ainda têm muito que evoluir em muitos aspectos, pois conforme Sposito (2007), “*os jovens ainda são identificados como ‘problemas’, ‘vítimas’ à espera de assistência e, não são reconhecidos como sujeitos capazes, ativos e atuantes*” (p. 346). Por outro lado, segundo o parecer das autoras Papa e Freitas (2011), percebe-se um avanço significativo no Estado brasileiro, ao longo das últimas décadas, no que se refere à juventude negra: a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias; a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade

⁸⁸ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o número de adolescentes grávidas está crescendo no país, pois entre 2011 e 2012, o total de filhos gerados quando as mães tinham entre 15 e 19 anos quase dobrou: de 4.500 para 8.300. Como também, segundo o IBGE, nessa faixa de idade, 18% das mulheres já engravidaram ao menos uma vez. Ou seja, a escola é abandonada e às vezes nem retornam mais; arrumar um trabalho digno fica mais difícil devido à falta de estudos e qualificação; e, em alguns casos, se envolve num novo relacionamento e mais uma surge uma gravidez não planejada. (<https://www.ibge.gov.br>).

Racial (Sepp); aprovação da Lei nº 10.639/2003⁸⁹; as cotas para negros nas universidades públicas; aprovação do Estatuto da Igualdade Racial; e, o PRONASCI⁹⁰ – políticas de prevenção centradas nos territórios. Porém, segundo as autoras, ainda há muito a se considerar emergencial e necessário: enfrentamento do extermínio da juventude negra (homicídios e aborto); inclusão da juventude negra no ensino superior público e nas macropolíticas de emprego no Brasil; políticas de apoio às mães adolescentes para continuarem os estudos; defesa das reformas agrárias, urbanas, políticas, tributárias, dos meios de comunicação, da educação, na qual há necessidade de revisão e de transformação; aprovação urgente de marco legal para políticas de promoção da igualdade racial, entre outros.

Ressalta-se que, apenas a partir de 2004, se deu início no Brasil à discussão entre governo e movimentos sociais sobre a necessidade de se debater sobre o desenvolvimento de uma política de juventude que identificasse as situações de vulnerabilidade e oferecesse oportunidades diversas de inserção social, focalizando a integração de várias esferas sociais (PAPA e FREITAS, 2011, p. 142). O desafio é “*como*” agir e atuar em caso de violência e da promoção da segurança pública, já que, o público jovem tem sido cada vez mais notícia na mídia em atuações de violência, seja como agressor ou como vítima. Se, por um lado, a mídia criminaliza os adolescentes, por outro, as pesquisas demonstram que eles são vitimizados (p. 148).

O que os estudos têm indicado é que não será uma tarefa fácil estruturar uma política voltada para a juventude implementando a variável “*repressão legítima*” sem que se atinja uma inserção e uma comunicação no âmbito das práticas juvenis (PAPA e FREITAS, 2011, p. 147). As autoras pontuam que existe drástico abismo entre a incidência de violência e o mundo institucional, e que a violência é um enigma que se torna mais visível quando são divulgadas as estatísticas de morte por extermínio de negros, por homicídios, crimes passionais, tráfico de drogas, enfrentamentos entre policiais e população, sem que haja uma explicação convincente para o fenômeno. Como pode ser observado, o fenômeno violência já faz parte dos investimentos e das reflexões da agenda pública como assunto essencial a ser

⁸⁹ Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (<http://www.planalto.gov.br>).

⁹⁰ O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania é um programa do Governo Federal, no caso do governo Lula, para diminuir os indicadores de criminalidade nas regiões metropolitanas mais violentas do Brasil. O PRONASCI contabiliza um total de 94 ações que envolvem a União, Estados, Municípios e a própria comunidade (<http://www.portal.mj.gov.br/pronasci/>).

discutido e analisado pelos diversos segmentos sociais. Contudo, segundo as mesmas autoras, há muito a ser realizado para que os jovens – sobretudo os integrantes das classes populares que se encontram sem motivação, expostos às situações violentas no seu cotidiano e sem ver seus direitos concretizados – possam ter perspectivas de uma vida digna, de preferência, longe das drogas, seja como consumidor seja como integrante de alguma rede⁹¹.

Por outro lado, Alba Maria Zaluar (2010) constatou, na sua pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, a existência de um vazio institucional, mas que não é falta de escolas, de postos de saúde, de quadra de esportes, e sim um vazio na constituição do sistema de Justiça no Brasil que penaliza principalmente os pobres, mas que também favorece a impunidade em relação aos crimes contra pessoa que afeta os pobres. Pode-se dizer que existem diferenças drásticas entre a incidência de violência e o mundo criado para a elaboração das Políticas Públicas de Juventude, pois a impressão repassada é de que são construídas fora do “*contexto concreto*” da vida dos que experimentam situações diversas e de violência, de diálogos e de práticas que, raramente, se integram entre o campo das ações adotadas e os mundos vivenciados pela juventude.

Enfim, a adolescência é um ciclo da vida no qual as pessoas passam por significativas mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que mudam de acordo com a sociedade, a classe social, a cultura, o gênero, a etnia e a religião. Percebe-se certa instabilidade nas correntes que conferem atributos positivos aos adolescentes como agentes de mudança social, os quais ora os detectam como irresponsáveis ou desinteressados, ora os considera como os verdadeiros problemas sociais. Para Marília Pontes Sposito (2007) é uma fase que requer cuidados e atenção, principalmente os mais pobres que, na maioria das vezes, estão fora das estatísticas dos programas de atendimento das políticas sociais e já são “*determinados*” como indivíduos de um futuro incerto.

⁹¹O conceito de rede é usado em duas maneiras principais nos estudos relativos ao tráfico de drogas hoje no mundo. O primeiro ancora-se nos conceitos de territorialidade e hierarquia com os quais a Geografia tem analisado as metrópoles internacionais, nacionais, regionais e demais cidades para estudar o fluxo de informações e produtos que passam de uma para as demais através dos nós e pontos de interconexão que, hierarquicamente, cada uma exerce. O segundo, mais próximo da concepção antropológica de rede social, é usado para analisar as atividades ilegais que têm caráter de negócio contínuo e que flui por meio de relações interpessoais baseadas no segredo, na confiança sempre posta à prova, no conhecimento das pessoas e nos acordos tácitos estabelecidos entre elas (WESTPHAL; BYDŁOWSKI, 2010, p. 164).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial do estudo foi analisar o fenômeno da violência entre os adolescentes do Porto Belo, pois muitas eram as notícias reportadas pela imprensa (telejornais, jornais e programas de rádio) os envolvendo em assassinatos/homicídios, em tráfico de drogas e/ou em contrabando, já que, a região é considerada um corredor de passagem dos produtos ilícitos oriundos do Paraguai devido o fácil acesso ao Rio Paraná, por onde é transportada a maioria dos itens que entram no país de maneira clandestina.

Contudo, na medida em que o trabalho foi sendo construído, novos elementos, apresentados nas entrevistas realizadas contribuíram para que se focasse, especificamente, nos adolescentes no ambiente escolar, pois os conflitos os envolvendo estavam acontecendo com mais frequência no universo do colégio estadual da região. Assim, buscou-se identificar a violência *na*, *da* e *contra* a escola, que é representada no espaço da instituição de ensino. Nesse momento, sentiu-se a ausência de ações que possam contribuir para amenizar os conflitos entre os interlocutores no interior do colégio pesquisado.

No primeiro capítulo, contextualizamos a região da confluência das fronteiras entre o Brasil, Paraguai e Argentina e suas atrações turísticas, como também, seu lado perverso e perigoso da ilegalidade e do contrabando presente no espaço fronteiriço. Nos capítulos II e III, foram descritos a região pesquisada, os sujeitos da pesquisa, bem como, as informações obtidas nas entrevistas realizadas e algumas situações relacionadas à violência *na*, *da* e *contra* a escola nas fontes documentais consultadas.

Um ponto a ser destacado é o de que a violência no ambiente pesquisado é real, se comparada a outros contextos educacionais da região (Vila C). Contudo, pode ser considerado um índice baixo quando se estabelece um parâmetro com outras regiões da cidade mais violentas. Porém, pode-se dizer que os adolescentes apontados na literatura, por alguns estudiosos da temática, como propagadores da violência, de certa maneira, convivem com a violência no contexto educacional e familiar. Os professores e funcionários entrevistados apontaram a desestrutura familiar como principal razão dos conflitos violentos entre os interlocutores pesquisados, o que não foi confirmado pelos mesmos.

A partir dos registros nas atas do colégio, foi possível constatar que os interlocutores pesquisados são vítimas do sistema escolar (violência *da* escola) ao assinarem anotações com os termos: desinteressado (a), apático (a), fraco(a) e remanejado(a) de horário, entre outros. Neste aspecto, estão sendo vitimados pela escola. Verificou-se que a relação entre a violência

e o ambiente escolar é constante, pois foram constatados diferentes registros que confirmam a existência do fenômeno no contexto pesquisado: agressões físicas e verbais entre alunos, desacato e desrespeito aos professores, danos ao patrimônio público, ameaças a professores/pedagogo/direção, uso de drogas (álcool, cigarro, maconha), remanejamento do aluno de horário, transferência para outro colégio, punições com advertências verbais e escritas, entradas de estranhos no espaço escolar (pulando o muro), entre tantas outras.

Os adolescentes entrevistados reconhecem a existência da violência no espaço escolar e na região. Os interlocutores têm noção de com quem devem andar e terem amizade, o que e para quem falar o que sabem e, acima de tudo, até onde devem transpor as fronteiras, sejam elas concretas ou conceituais. Mas também, reconhecem que, às vezes, ultrapassam os limites no que diz respeito às reações agressivas que praticam dentro do colégio quando professores/pedagoga/direção tomam algumas atitudes para solucionar as manifestações que acontecem no interior da instituição. Não suficiente, sabem que determinadas práticas são decorrentes de problemas mal resolvidos fora da escola.

No que se refere à violência *na* escola, é caracterizada por várias manifestações no cotidiano diário dos livros-ata e da Patrulha Escolar praticadas por todos os membros da escola (alunos, professores, pedagogos, direção e funcionários). Os registros mais comuns foram o de desacato ou desrespeito para com os professores e agressões físico/verbais entre os educandos. Além de que, em algumas situações de ameaças, as vítimas preferem não representar judicialmente o fato ocorrido.

Em relação à violência *da* escola, se apresenta como todos os tipos da prática que são utilizadas pela instituição de ensino que possam prejudicar os sujeitos que dela fazem parte. Neste aspecto, os registros são relacionados aos alunos e apresentam conteúdo considerado desestimulador. Assim, torna mais difícil o (a) estudante sentir-se valorizado (a) e ter estímulo para prosseguir com os estudos.

De maneira geral, no ambiente pesquisado, constatou-se que a violência *contra* a escola destaca-se num contexto mais amplo que se estende desde o “abandono” dos prédios públicos até os danos causados por quem a frequenta, em específico, os alunos. Os mais comuns encontrados nas anotações consultadas foram de: vidros, portas e carteiras quebrados, paredes, carteiras e muro riscados, lixo jogado no chão, bem como destruição dos ventiladores das salas de aula e dos extintores de incêndio, entre outros.

O principal ponto a ser destacado nas análises das entrevistas é o de que a violência no ambiente escolar gera insegurança, medo, estresse e, às vezes, impotência por parte dos professores e corpo administrativo. São situações que causam desânimo para a realização da

função com estímulo. Na verdade, entende-se que a violência no espaço escolar necessita de atenção especial para que todos os inseridos no processo ensino/aprendizagem possam juntos, encontrar possibilidades de enfrentamento do fenômeno e o ambiente torne-se mais prazeroso de ser frequentado.

Estabelecendo-se um comparativo com a literatura pesquisada, conseguiu-se desmistificar três mitos na região pesquisada: 1º) A maioria dos interlocutores mora com os pais, o que sugere a presença de ambos os membros na maioria das residências dos adolescentes; 2º) Não há exclusão devido à cor, pois a maioria declarou-se da cor branca (43%), mesmo sabendo-se que a cor é uma questão de auto identificação, ou seja, cada um pode declarar-se da cor que melhor lhe convier; 3º) Viver na pobreza não significa um passaporte para a criminalidade. Neste sentido, é possível acreditar que, mesmo em meio a tantos conflitos violentos na região e no colégio (citados nas entrevistas), os adolescentes do Porto Belo demonstraram saber até onde devem ir, com quem andar ou falar. Como também, acreditam num futuro promissor ao confirmarem que querem seguir estudando para terem um trabalho bom, mesmo sabendo dos desafios que terão por viverem numa periferia.

Outro aspecto constatado foi a ausência de projetos na instituição de ensino que contemplem práticas educativas e não punitivas. Em relação a amenizar o fenômeno violência no espaço escolar, não há políticas sociais (esporte, lazer e saúde), muito bem pontuadas pelos interlocutores da pesquisa de campo, direcionadas aos interesses dos adolescentes do Porto Belo, pois, segundo os mesmos, não estariam ociosos, no contraturno, envolvendo-se com más companhias e com coisas erradas (usando drogas, por exemplo).

Portanto, compreende-se que algumas sugestões podem ser apontadas para diminuir os conflitos entre os adolescentes no ambiente escolar como: melhorias na estrutura física e na segurança de todos que frequentam o lugar; elaboração e implantação de projetos (equipe de saúde) direcionados para a valorização individual e coletiva dos membros da escola; cursos, no contraturno (teatro, dança, música, informática, pintura, etc.); ações educativo/culturais (competições esportivas, eventos festivos, feiras culturais, etc.) que colaborem com a aproximação de familiares e comunidade, entre outros. Contudo, sabe-se que a escola sozinha não será autossuficiente para efetuar as mudanças necessárias. É preciso o empenho e compromisso de todos com o processo educacional para que o espaço passe a ser um lugar com melhores condições psicossociais para aprendizagem e desenvolvimento saudável dos alunos e de todos que dele fazem parte.

É pertinente pontuar que pesquisar a violência entre adolescentes não foi uma tarefa fácil, pois além de um fenômeno multifacetado é complexo e está relacionado a muitos fatores

que colaboram para sua perpetuação. No caso específico do Porto Belo, dois elementos apareceram nas narrativas dos interlocutores como causadores da violência local: o tráfico de drogas e o contrabando. Neste sentido, o sentimento foi de insegurança e de impotência diante de uma realidade concreta onde existe a carência e a ausência de perspectivas transformadoras, pois segundo os entrevistados, esses dois elementos sempre existirão. Portanto, lhes restam o enfrentamento da situação de como lidar, diariamente, com o preconceito e com a discriminação por parte de quem não tem a compreensão da sua totalidade. Como também, que o envolvimento das famílias com o trabalho ilegal (que induz à violência) colabora para que seus integrantes causem transtornos na vida cotidiana das pessoas e no ambiente escolar. Por isso, se faz necessário uma ação integrada entre o poder público e a sociedade no sentido de, pelo menos, amenizar os impactos da violência na vida dos que com ela convivem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A Dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablue, 2010. 268p.

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A Violência na sociedade contemporânea.** Ed. PUC/RS. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br>. Acesso em: 25 jun. 2013.

ANDRADE, Luciano de, et al. Homicídios juvenis e informalidade em um município brasileiro da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. **Revista Panam Salud.** Publicação em: 31 mai. 2012. Disponível em: <http://www.paho.org>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Análise da distribuição espacial dos homicídios juvenis em um município brasileiro de tríplice fronteira no período de 2000-2007.** Maringá, 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. 98f.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 17, nº 2. Novembro/2005. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em 02 mar. 2014.

BAIERL, Luiza Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência.** São Paulo: Cortez, 2004.

BAQUERO, Rute; NAZZARI, Rosana Kátia (Org.). Formas de (ex) pressão juvenil e (in) visibilidade social. Cascavel: **Coluna do Saber**, 2010. 200 p.

_____. **O Jovem na Agenda.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, 312p.

BARBER-MADDEN, Rosemary; SANTOS, Taís de Freitas (Org.). **A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro.** Universidade de Brasília/DF, 2013. Disponível em: <http://www.unb.br>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BICUDO, Hélio. **O Brasil cruel e sem maquiagem.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Fernando Tomaz (trad). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

BRASIL. ANDI. **Adolescentes em conflito com a lei.** Guia de referência para a cobertura jornalística. Disponível em: <http://www.andi.org.br>. Acesso em: 01 mar. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília, Diário Oficial da união, 1990. Edição Reformulada.

CARDIN, Eric Gustavo. As dinâmicas das fronteiras e os jovens vítimas de homicídios no município de Foz do Iguaçu/PR (2001-2010). **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v.3, n. 2, p.155-181, jul./dez. 2013.

_____. **Sacoleiros e “Laranjas” na Tríplice Fronteira: Uma Análise da Precarização do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2011. Dissertação de Mestrado, 136f.

_____. **As múltiplas faces das fronteiras.** 1. ed. Curitiba, 2013.

CATTA, Luiz Eduardo. **O Cotidiano de uma fronteira:** a perversidade da modernidade. EDUNIOESTE. Cascavel, 2003.

_____. **A Face da Desordem:** pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira. São Paulo: Blucher, Acadêmico, 2009.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943).** Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

COSTA, Maurício Daltro. **Violência juvenil, resultado da marginalização da juventude pela sociedade de consumo.** Elaborado em 05/2003. Disponível em: <https://jus.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2013.

DEBALD, Blasius Silvano; CARDIN, Eric Gustavo; SOUZA, Keila Rodrigues de (orgs.). **Região e desenvolvimento:** estudos temáticos sobre o extremo-oeste do Paraná. Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2009.

DENZIN, Norman K.; LINCON, Yvonna s. (colabs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas Arriscadas:** o cotidiano dos jovens trabalhadores no tráfico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo, Pioneira, 1972. 172 p.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas:** migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

FREITAS, Eduardo de. **Violência urbana no Brasil.** Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com>. Acesso em: 9 jul. 2012.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Menor infrator:** a caminho de um novo tempo. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

GONÇALVES, Jonas Maurício; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha; GALANTE, Valdir Antonio. A influência das regiões de fronteira e de variáveis socioeconômicas na criminalidade no estado do Paraná. **Perspectiva econômica.** v. 6, n. p.23-44, jul/dez, 2010.

GONZALEZ, Emílio. **Cidade, experiência, memória:** aspectos sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu; alguns elementos teóricos. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Londrina, 2005.

JESUS, Rodrigo Paulo. **Aspectos da constituição urbana de Foz do Iguaçu:** experiência dos moradores do bairro Vila C (1976-2006). Disponível em: <http://www.uel.br>. Acesso em: 15 jun. 2013.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana; AZEVEDO, Paulo Roberto; CARDIN, Eric Gustavo. A tríplice fronteira internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina: contexto histórico, econômico e social de um espaço conhecido pela violência e pelas práticas ilegais. **Revista Perspectiva Geográfica**. UNIOESTE V.8, N.9, 2013.

LEMOS, Iara. **Foz do Iguaçu lidera ranking de homicídios entre adolescentes**. Atualizado em 8 dez 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 3 jul. 2011.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas (SP): Papirus, 1986.

LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência:** consequências da realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LIMA, Jackson. **Foz do Iguaçu: a capital das etnias**. Postado em: 31 Jan 2009. Disponível em: <http://www.jtezza.com>. Acesso em: 08 jun. 2013.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu: no contexto da sua história**. Foz do Iguaçu: Ed. do autor, 2010.

LISBÔA, Antonio M. J. **A primeira infância e as raízes da violência**. Brasília: LGE Editora, 2006, p. 15.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 264 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Carlos. **Tráfico ameaça a juventude em Foz do Iguaçu**. Publicado em: 06 Out 2008. Disponível em: <http://www.blogdacomunicacao.com.br>. Acesso em: 25 Jun 2012.

MAIA, Maria Lúcia Andrade. **Misérias das fronteiras:** exploração sexual de crianças e adolescentes femininas em Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, 2012, 142 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu/PR.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (org.). **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MILANI, Feizi M. **Adolescência e violência**: mais uma forma de exclusão. Disponível em: <http://www.educaremrevista.ufpr.br>. Acesso em: 4 set. 2013.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. **Revista Brasileira de Estudos da População**. Campinas, v. 21, n. 2, p. 195-216, jul/dez. 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MORAES, Pedro R. B. de. **Juventude, medo e violência**. Disponível em: <http://ipardes.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2013.

NAZZARI, Rosana Kátia. **Juventude brasileira**: capital social, cultura e socialização política. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. 212 p.

_____; KNIPHOFF Dione Teresinha; BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Visibilidade e emponderamento dos jovens na política pública brasileira**. II SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA – UFPR: Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br>. Acesso em: 24 ago. 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VELAR, Roque. **A Gazetinha nos bairros visita hoje o Porto Belo**. Foz do Iguaçu: Edição 7.136, pp. a8; a9. Publicado em: 16 Abr 2012.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Orgs). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.

PARO, Denise. **Tráfico ameaça a juventude em Foz do Iguaçu**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/>. Atualizado em: 15 Out 2008. Acesso em: 25 Jun 2011.

PEREIRA, Júlio Cesar R. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PIRES, Cecília. **A Violência no Brasil**. 15. ed. São Paulo: Moderna, 1985. Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio estadual Professora Carmelita de Souza Dias, 2012.

PRIOTTO, Elis M. T. Palma. **Violência escolar**: políticas públicas e práticas educativas no município de Foz do Iguaçu. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

REIMANN, Valdirene. **As crianças da ponte**: o trabalho infantil das crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu, Paraná. Foz do Iguaçu, 2013. Dissertação de Mestrado. 133f. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu/PR.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste: 2002. 116 p. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel/PR.

SALES, Mione A., MARTINS, Maurílio C.; LEAL, Maria C. (Orgs). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **(In) Visibilidade Perversa:** adolescentes infratores como metáfora da violência. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. Publicada em 29 mar. 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/>. Acesso em: 6 set. 2013.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Índices de homicídios na adolescência [IHA]:** análise dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Brasília: Programa de redução de violência letal contra adolescentes e jovens (PERVL), 2009.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. **Jovens adolescentes e a inserção ao mundo do trabalho:** influências e percepções. XI CONLAB, Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br>. Acesso em: 27 mar. 2014.

SIMIONATO, Marlene A. W.; OLIVEIRA, Raquel G. **Funções e transformações da família ao longo da história.** I ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOPEDAGOGIA – ABP. Nov/2003. p. 58-66. Disponível em: <http://www.abpp.com.br>. Acesso em: 27 set. 2013.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales** da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 02 – Ano I – Outubro/2012. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br>. Acesso em: 15 mar. 2014.

SOUZA, Aparecida Darc. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu:** um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). São Paulo: USP/SP, 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis:** um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** 2002. AATR-BA. <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 3 set. 2013.

UNESCO. **O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil:** leituras singulares. Disponível em: <http://www.naoviolenca.org.br/>. Acesso em: 3 set. 2013.

VYGOTSKI, L.S. **Obras escogidas, psicologia infantil.** Madri: Visor, 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos:** história do oeste paranaense. – 2. ed. - Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. 218p.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012:** crianças e adolescentes no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.flacso.org.br>. Acesso em: 18 jan. 2013.

_____. **Mapa da Violência 2013:** homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.flacso.org.br>. Acesso em: 02 dez. 2013.

WELLER, Wivian. **Karl Mannheim**: Um pioneiro da sociologia da juventude. XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE). Disponível em: <http://www.espm.br>. Acesso em: 24 fev. 2014.

WESTPHAL, Márcia Faria; BYDLOWSKI, Cynthia Rachid (Edit.). **Violência & juventude**. São Paulo: Hucitec, 2010.

ZAGO, Luciana Grespan. **Fronteira e segurança nacional no extremo oeste paranaense**: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon. Passo Fundo, 2007. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em história, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo/RS.

APÊNDICES

APÊNDICE A – A violência entre jovens num colégio de Foz do Iguaçu

Questionário: adolescentes

1 - Sexo: () Feminino () Masculino

2 – Qual é a sua idade? R: _____ anos.

3 - Como você se define em termos de raça/cor?

() Negra () Branca () Indígena () Parda () Outra – Qual? _____

4 - Estado civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () Outros: _____

5 - Na sua casa moram:

() Pais () Irmãos () Avós () Tios () Companheiros () Amigos

() Outros – Quem? _____

6 – Na sua casa, quem contribui com o pagamento das despesas mensais?

() Pais () Só a mãe () Todos, inclusive, eu () Aposentadoria dos avós

() Outros – Quem? _____

7 - Você já trabalha? () Sim Em que? _____

() Não

OBS: se a sua resposta anterior foi não passe para a questão nº 08!

7.1 - Quantas horas você trabalha por dia?

() 4 h ou menos () 6 h () 8 h ou mais () Outros - _____

7.2 - Você trabalha em qual condição:

() Com Carteira Assinada () Como Estagiário () É Informal () É Adolescente Aprendiz

Em casa Ajuda a família – Em qual atividade? _____

Outros – Qual atividade? _____

7.2 – O trabalho que você realiza garantirá um futuro seguro para você e sua futura família?

Sim – Por quê? _____

Não – Por quê? _____

7.3 – Você trabalha por qual razão?

Para ajudar no orçamento familiar Para comprar o que deseja

Para economizar para o futuro Por imposição da família

Outros - _____

8 – Você conhece:

8.1 - Políticas Públicas de Juventude? Sim Não

8.2 - Estatuto da Criança de Adolescente? Sim Não

9 – Você pretende seguir seus estudos até a Universidade?

Sim – Por quê? _____

Não – Por quê? _____

10 – Você participa de alguma atividade (reforço/esporte/idiomas) no contraturno no Colégio?

Sim – Qual? _____

Não

11 – Você já se envolveu em brigas no espaço interno do Colégio?

Sim – Por quê? _____

Não

11.1 – E no bairro?

Sim – Por quê? _____

() Não

12 - No Porto Belo, existem atividades recreativas (esportivas, lazer, culturais, etc) para ocupação/diversão dos adolescentes?

() Sim – Quais? _____

() Não

13 – O bairro Porto Belo aparece nos meios de comunicação como violento. Você concorda com esta afirmação?

() Sim – Por quê? _____

() Não – Por quê? _____

14 – Se sua resposta anterior foi **SIM** a que motivo você atribui tanta violência no Porto Belo?

() Rivalidade pessoal () Rivalidade entre Gangues () Tráfico de drogas

() Contrabando () Acerto de dívidas () Rivalidade entre famílias

() Outros - _____

15 – Você tem amigos (as) que foram assassinados (as) no Porto Belo?

() Sim – Sabe o motivo? _____

() Não

16 – Você acha possível a juventude do Porto Belo possa ter uma vida tranquila longe da violência?

() Sim – Como? _____

() Não – Por quê? _____

17 – Dê 2 sugestões/soluções de como a juventude pode contribuir para mudar a realidade em relação à violência no Porto Belo:

1) _____

2) _____

18 – Enumere 3 razões que você considera importantes para que o (a) adolescente não se envolva em conflitos violentos e/ou com pessoas violentas?

1) _____

2) _____

3) _____

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO NA NOSSA PESQUISA!!!

APÊNDICE B – A violência entre jovens num colégio de Foz do Iguaçu**Questionário: professores/funcionários**

1 – Qual função você exerce no colégio?

R: _____

2 – Em relação ao colégio você:

() Só trabalha () Mora na região e trabalha () Outros: _____

3 – Você conhece a comunidade do Porto Belo há:

() Menos de 10 anos () Mais de 10 anos () Mais de 20 anos

4 - Você tem filhos com idade entre 12 e 18 anos? () Sim () Não

OBS: Se a resposta anterior foi **NÃO**, passe para a questão N° 7.

5 – Qual é a sua maior preocupação em relação aos seus filhos(as) no que se refere à sociedade atualmente? Por quê?

R: _____

_____.

6 – Qual é o maior desafio dos pais de adolescentes em relação ao futuro “incerto” dos filhos(as) atualmente?

R: _____

_____.

7 – Você já presenciou situações de violência física entre aluno/professor – aluno/aluno – professor/professor no seu ambiente de trabalho? Se **AFIRMATIVA** sua resposta, a que razão atribui esta situação?

R: _____

_____.

8 – Na sua concepção, o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) veio contribuir ou atrapalhar a sociedade? Por quê?

R: _____

 _____.

9 – As questões a seguir (até a questão 9.8) deverão ser respondidas, SEGUNDO SUA CONCEPÇÃO, em ordem CRESCENTE de necessidade e/ou de causa:

9.1 – Fatores que colaboram para a violência entre adolescentes dentro do ambiente escolar:

a) _____

b) _____

9.2 – Fatores que influenciam a violência entre os adolescentes do Porto Belo:

a) _____

b) _____

9.3 – Fatores que contribuem para a vulnerabilidade do adolescente à violência do Porto Belo:

a) _____

b) _____

9.4 – Fatores que contribuem para que a violência do Porto Belo se perpetue:

a) _____

b) _____

9.5 – Consequências para a vida do(a) envolvido(a) com a violência (seja assalto/brigas/drogas...):

a) _____

b) _____

9.6 – Consequências da violência entre adolescentes, futuramente, no crescimento/desenvolvimento da população do Porto Belo:

a) _____

b) _____

9.7 – Sugestões de Políticas Públicas para o público jovem do Porto Belo, no sentido do mesmo ter mais opções de cultura, lazer e esporte.

a) _____

b) _____

9.8 – Para que a população jovem do Porto Belo tenha oportunidades, enquanto sujeito de direito e em desenvolvimento, é preciso haver maior investimento nas áreas de:

a) _____

b) _____

10 – Seja como cidadão(ã), morador(a) e/ou trabalhador(a) do Porto Belo, como você pode colaborar com a causa da violência na adolescência?

R: _____

_____.

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO NA NOSSA PESQUISA!!!